

EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0260/2026 - UC/Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90260/2026 - UC/Saúde

SRP Nº. 034/2026 - UC/Saúde

COMPRASGOV.Nº 926809-40/2026

COMUNICADO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Agente de Contratação/Pregoeiro **Sr. Anderson Kleyton Gomes da Silva** designada pela **Portaria GP nº. 0935/2026** torna público, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Menor Preço por item**, objetivando a contratação dos produtos indicados no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (**internet**).

1.2. A licitação será regida pela **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024; nº 080 de 30 de julho de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.3. A sessão pública para processamento desta licitação será realizada no Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> UASG: 926809 no dia **13 de agosto de 2026 às 09h00min** (horário de Brasília/DF);

1.4. Esta licitação **NÃO ESTÁ reservada exclusivamente** à participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

1.5. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I Termo de Referência

Anexo II Cadastro para assinatura de contrato

Anexo III Declarações Complementares

Anexo IV ARP

Anexo V Minuta de Contrato

OBJETO

2.1. Sistema de Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares e Acessórios/Peças/Componentes** resultantes como itens fracassados/desertos nos processos: **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0259/2025 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90253/2025 e P.L. Nº. 0020/2026-P.E. Nº. 90020/2026**, com inclusão de novos itens, a serem utilizados nas Redes de Atenção Básica e de Média/Alta Complexidade da SMS, e na AME ANIMAL, órgão adscrito à Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB), durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo descritos nos itens abaixo.

2.2. **Em caso de divergência entre o descritivo dos itens no edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.**

2.3. O valor estimado para os itens relacionados nesse Edital é de: **R\$ 1.335.522,01 (um milhão, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais, e um centavo)**, conforme custos unitários apostos em planilha abaixo:

COTAS	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL R\$
AMPLA DISPUTA	1	374402	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL ADULTO: FABRICADA EM CHAPA DE AÇO CARBONO PINTADA PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA (PADRÃO); CAPACIDADE DE PESAGEM PARA APROXIMADAMENTE DE 200 Kg; E COM DIVISÕES APROXIMADAMENTE A CADA 50 GRAMAS; TAMANHO DA PLATAFORMA DE PESAGEM DE APROXIMADAMENTE 340 mm X 390 mm; COM RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PARA CAPACIDADE DE MEDIÇÃO PARA APROXIMADAMENTE ATÉ 2,00 M; E SENDO FABRICADA EM ALUMÍNIO ANODIZADO OU MATERIAL SUPERIORE, E COM MARCAÇÕES DE ALTURA A CADA 0,5 cm. POSSUI TAPETE ANTI-DERRAPANTE NA PLATAFORMA DE PESAGEM, DE MATERIAL EMBORRACHADO PARA MAIOR SEGURANÇA DA PESSOA QUE SERÁ PESADA.; OS PÉS DE APOIO DA BALANÇA POSSUEM REGULAGEM PARA NIVELAMENTO DE ACORDO COM O PISO ONDE SERÁ INSTALADA POSSUI FUNÇÃO DE TARA; PAINEL DIGITAL COM NO MÍNIMO 6 DÍGITOS DE 7 SEGMENTOS E PONTO DECIMAL; TECLADO COM NO MÍNIMO BOTÕES DE ON/OFF, TARA E ZERAR; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO 90 A 240 V ou 220V MONOFÁSICO. ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; FONTE DE ALIMENTAÇÃO; E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVE POSSUIR O SELO DO INMETRO; DEVE SER HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM, CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO; DEVE POSSUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	16	R\$ 1.110,80	R\$ 17.772,80
AMPLA DISPUTA	2	385394	BALANÇA DIGITAL EM AÇO INOX OU VIDRO TEMPERADO COM CAPACIDADE DE CARGA MÁXIMA PARA MEDIÇÃO DE PESAGEM ATÉ APROXIMADAMENTE 180Kg(+/- 30Kg); DISPLAY EM LCD OU MATERIAL SUPERIOR; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA POR MEIO DE PILHAS OU BATERIA .HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM; DEVE ACOMPANHAR: PILHAS OU BATERIAS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA MÍNIMA POR 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; EQUIPAMENTO CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO.	UNIDADE	156	R\$ 152,49	R\$ 23.788,44
AMPLA DISPUTA	3	270970	BALANÇA DIGITAL PEDIÁTRICA COM DISPLAY EM LCD (OU SUPERIOR); E TECLADO DE MEMBRANA COM NO MÍNIMO TECLAS DE ON/OFF, TARA E ZERO; POSSUI CONCHA ANATÔMICA TOTALMENTE HIGIENIZÁVEL E ATÓXICA. EM POLIPROPILENO OU MATERIAL SUPERIOR; DEVE VIR COM COLCHÃO PRÓPRIO PARA A CONCHA ANATÔMICA; CAPACIDADE DE PESAGEM DE ATÉ APROXIMADAMENTE 15 Kg; COM DIVISÃO DE 2g OU 5g ou 10g, PÉS REGULÁVEIS EMBORRACHADA DOS PARA ESTABILIZAÇÃO EM BANCADA OU MESA; FONTE AUTOMÁTICA DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT 110/220V. DISPLAY DIGITAL COM NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 5 DÍGITOS OU SUPERIOR E COM 7 SEGMENTOS; HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM; DEVE POSSUIR SELO DO INMETRO; CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO; ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E TODOS OS DEMAIS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	45	R\$ 764,88	R\$ 34.419,60
AMPLA DISPUTA	4	619313	CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE IMUNO BIOLÓGICO, VACINAS E TERMOLÁBEIS; EQUIPAMENTO VERTICAL, DE FORMATO COM CÂMARA EXTERNA EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430 OU 304 RETANGULAR, DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA ARMAZENAMENTO CIENTÍFICO DE VACINAS E TERMOLÁBEIS; CAPACIDADE INTERNA MÍNIMA DE APROXIMADAMENTE 342 LITROS; REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR HERMÉTICO, SELADO, DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COM SISTEMA DE CIRCULAÇÃO FORÇADO DE AR INTERNO.; DEGELO AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DE CONDENSADO.; EQUIPADO COM BLOCOS CRIOGÊNICOS PARA UND 10 MANUTENÇÃO INERCIAL DA TEMPERATURA NA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA.; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO DE TRÊS A QUATRO GAVETAS DESLIZANTES FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL COM CONTRA PORTAS DE VIDRO DUPLO COM SISTEMA ANTI EMBACANTE.; PORTA DE VIDRO DUPLO E/OU TRIPLO TIPO NO FOG POR ACESSO VERTICAL.; ISOLAMENTO TÉRMICO MÍNIMO APROXIMADAMENTE DE 70 mm NAS PAREDES EM POLIURETANO INJETADO EXPANDIDO LIVRE DE CFC.; EQUIPADO COM 4 RODÍZIOS ESPECIAIS COM FREIO NA PARTE FRONTAL PARA FÁCIL TRAVAMENTO.; PAINEL DE COMANDOS E CONTROLES FRONTAL SUPERIOR DE FÁCIL ACESSO, COM SISTEMA MICROPROCESSADO E COM DISPLAY EM LCD OU OUTRO MATERIAL SUPERIOR, PROGRAMÁVEL PARA MEDIÇÕES DE TEMPERATURA DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE D E 2°C A 8°C COM CONTROLE DE TEMPERATURA AUTOMATICAMENTE APROXIMADAMENTE A 4°C POR SOLUÇÃO DIATÉRMICA.; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA TEMPORIZADA E EM LED DE ALTA CAPACIDADE E VIDA ÚTIL COM ACIONAMENTO NA ABERTURA DA PORTA OU POR MEIO DE BOTÃO EXTERNO DIRETO DO PAINEL.; SISTEMA DE ALARME: VISUAL E SONORO DE PARA CONTROLE DE TEMPERATURA MÁXIMA E MÍNIMA, E FALTA DE ENERGIA OU PORTA ABERTA; DEVE POSSUIR SISTEMA DE BATERIA RECARREGÁVEL AUTOMATICAMENTE. QUANDO CONECTADO NA ENERGIA; SILENCIADOR DO ALARME SONORO, DE APENAS UM TOQUE TAMBÉM NO PAINEL FRONTAL.; SISTEMA DE REDUNDÂNCIA ELÉTRICO / ELETRÔNICO GARANTINDO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.; SISTEMA DE EMERGÊNCIA PARA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA: POR MEIO DE SISTEMA DE BANCO DE BATERIA INTERNA QUE MANTENHA TODAS AS	UNIDADE	4	R\$ 23.073,75	R\$ 92.295,00

			FUNÇÕES ELETROELETRÔNICAS, INCLUSIVE COMPRESSOR DE FRIO, POR UM PERÍODO DE NO MÍNIMO DE 36 HORAS EM CASO DE FALTA DE ENERGIA, COMO PARTE INTEGRANTE DO EQUIPAMENTO ;E SISTEMAS DE ALARMES, COM MONITORAMENTO DE 24 A 48 HORAS NA FALTA DE ENERGIA.; TAMPA FRONTAL BASCULANTE PARA LIMPEZA DO SISTEMA MECÂNICO E FILTROS. • CHAVE GERAL DE ENERGIA – LIGA DESLIGA ; ALIMENTÇÃO ELÉTRICA DE TENSÃO 220V 50/60Hz MONOFÁSICO; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTADA APÓS A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE ACOMPANHAR TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA .				
AMPLA DISPUTA	5	600251	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS, VACINAS E TERMOLÁBEIS COM CAPACIDADE INTERNA APROXIMADA DE 120 LITROS TIPO VERTICAL, CONSTRUÍDO EM CÂMARA EXTERNA EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430 OU 304 OU SUPERIOR PARA EVITAR CORROSÃO E GERAR MAIOR DURABILIDADE DO EQUIPAMENTO. MONTADO SOBRE CHASSI METÁLICO E RODÍZIOS GIRATÓRIOS E COM TRAVA EM PELO MENOS 2 RODAS ; GABINETE INTERNO: CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL , DOTADO DE NO MÍNIMO COM 02 PRATELEIRAS/ GAVETAS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM PERFURAÇÃO HERMÉTICA E REGULAGEM DE ALTURA. TEMPERATURA DE TRABALHO: DE NO MÍNIMO DE 2° C E MÁXIMA DE 8° C, COM REGULAGEM EM PONTO FIXO DE TEMPERATURA EM 4°C, E COM POSSIBILIDADE DE AJUSTE PELO USUÁRIO. ILUMINAÇÃO: ILUMINAÇÃO INTERNA AUTOMÁTICA QUANDO DA ABERTURA DA PORTA OU TEMPORIZADA; REFRIGERAÇÃO: ATRAVÉS DE COMPRESSOR HERMÉTICO E SELADO DE BAIXO RUÍDO, ISENTO DE CFC; TECNOLOGIA DE RESFRIAMENTO COM DEGELO AUTOMÁTICO; PORTA: EM VIDRO TRIPLO TRANSPARENTE; COM SISTEMA ANTIEMBAÇANTE ("NO FOG"); ABERTURA VERTICAL E FECHAMENTO AUTOMÁTICO COM VEDAÇÃO DE PERFIL MAGNÉTICO ANTI EMBAÇANTE. PAINEL DE COMANDO: TIPO TECLADO EM MEMBRANA, MONTADO NA PARTE SUPERIOR DA CÂMARA.; A CÂMARA DEVE POSSUIR SISTEMA DE DE CHAVE GERAL ON/OFF, FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO PARA SOBRECORRENTE, TECLAS SOFTTOUCH, TERMOSTATO ELETRÔNICO MICROPROCESSADO COM MOSTRADOR DIGITAL DA TEMPERATURA E DOS PARÂMETROS DE PROGRAMAÇÃO, SISTEMA DE TRAVAMENTO DA PROGRAMAÇÃO, SISTEMA QUE RESTABELECE OS PARÂMETROS MESMO COM VARIAÇÃO BRUSCA DA ENERGIA. INDICAÇÃO VISUAL DE EQUIPAMENTO LIGADO, ENERGIA UTILIZADA, DE FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA E DESVIOS DE TEMPERATURA.; SISTEMA DE EMERGÊNCIA PARA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA: POR MEIO DE SISTEMA DE BANCO DE BATERIA INTERNA QUE MANTENHA TODAS AS FUNÇÕES ELETROELETRÔNICAS, INCLUSIVE COMPRESSOR DE FRIO, POR UM PERÍODO DE NO MÍNIMO DE APROXIMADAMENTE 36 HORAS EM CASO DE FALTA DE ENERGIA, COMO PARTE INTEGRANTE DO EQUIPAMENTO, ACOPLADAS NA PARTE INFERIOR DO EQUIPAMENTO, FACILITANDO AS MANUTENÇÕES E GERANDO MAIOR SEGURANÇA AOS USUÁRIOS; CONTROLADOR DA TENSÃO ELÉTRICA: ACESSÓRIO QUE MONITORA E ACIONA O SISTEMA DE EMERGÊNCIA CASO OCORRA INSTABILIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA, SUB OU SOBRE TENSÃO, ENVIANDO DADOS DE PERFORMANCE PARA O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DA CÂMARA. INTERFACE QUE PERMITE QUE AS CÂMARAS SE CONECTEM A COMPUTADORES EM REDE ATRAVÉS DE UMA CENTRAL DE MONITORAMENTO COM ENDEREÇO IP DO CONVERSOR É POSSÍVEL ACESSAR E GERENCIAR TODOS OS EQUIPAMENTOS EM REDE LOCAL PELA INTERNET. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DE TENSÃO 220V / 50/60Hz MONOFÁSICO ; DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA ; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTADAS APÓS A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE ACOMPANHAR TODOS OS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	UNIDADE	3	R\$ 13.067,63	R\$ 39.202,89
AMPLA DISPUTA	6	415943 (SIMILAR)	DETECTOR FETAL PORTÁTIL, INDICAÇÕES EQUIPAMENTO COM INDICAÇÃO AMBULATORIAL PARA ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL CARACTERÍSTICAS: GABINETE EM PLÁSTICO COM ENCAIXE PARA O TRANSDUTOR DE ULTRASSOM; DISPLAY DIGITAL COLORIDO COM INDICAÇÃO DIGITALMENTE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA EM LCD OU TFT OU SUPERIOR; DISPÕE DE INDICADOR DE BATERIA FRACA; POSSUI SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS UM TEMPO SEM USO PARA ECONOMIA DA BATERIA ; POSSUI BOTÃO LIGA/DESLIGA E DE AJUSTE DE VOLUME; OPERA POR BATERIA OU PILHAS ; PERMITINDO O FUNCIONAMENTO PARA NO MÍNIMO ATÉ APROXIMADAMENTE 4 HORAS ININTERRUPTAS ; DETECÇÃO FETAL A PARTIR DE APROXIMADAMENTE 10 A 12 SEMANAS DE GESTAÇÃO; FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM: DE APROXIMADAMENTE 2 MHz (+/-10%) , FAIXA DE FREQUÊNCIA CARDÍACA DE NO MÍNIMO DE APROXIMADAMENTE 50 A 240 BPM (+/- 5BPM) OU SUPERIOR, POSSUI ALARME PARA BRADICARDIA E TAQUICARDIA; MOSTRADOR DISPLAY DEVE INDICAR: LCD (BATERIA FRACA, QUALIDADE DO SINAL, FREQUÊNCIA CARDÍACA) ACOMPANHA : TRANSDUTOR DE ULTRASSOM; FRASCO DE GEL PARA ULTRASSOM (MATERIAL DE CONSUMO), MANUAL DE OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS; ACOMPANHA PILHAS OU BATERIA PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. ALIMENTAÇÃO: ATRAVÉS DE PILHAS OU BATERIA, DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA ; DEVE POSSUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO ; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	UNIDADE	104	R\$ 460,88	R\$ 47.931,52

AMPLA DISPUTA	7	369505 (SIMILAR)	ELETRACARDIOGRAFO DIGITAL DE DISPLAY DE NO MINIMO 6,5" POLEGADAS OU SUPERIOR; POSSUIR TRÊS MODOS DE OPERAÇÃO: AUTOMÁTICO SIMULTÂNEO AQUISIÇÃO SIMULTÂNEA DAS 12 DERIVAÇÕES; REGISTRO AUTOMÁTICO COM DURAÇÃO CONFIGURÁVEL ENTRE 2,5 A 115; CENTRALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DO TRAÇADO. AUTOMÁTICO SEQUENCIAL AQUISIÇÃO DAS DERIVAÇÕES TRÊS A TRÊS, COM COMANDO DO OPERADOR PARA INÍCIO DOS REGISTROS; CENTRAL AUTOMÁTICA DO TRAÇADO. MANUAL REGISTRO COMANDADA PELO OPERADOR; CENTRAL MANUAL DO TRAÇADO COM INDICAÇÃO DA POSIÇÃO ATRAVÉS DE BARRA LUMINOSA. DERIVAÇÕES : D1 A V6 (12 DERIVAÇÕES) COM CABO DE 10 VIAS. SENSIBILIDADE: AJUSTÁVEL ENTRE N/2 E N E 2 N, PARA IMPRESSÃO: NO PRÓPRIO EQUIPAMENTO – ATRAVÉS DE CABEÇA TÉRMICA (PRINT HEAD) COM TRAÇADO DE ALTA RESOLUÇÃO, UTILIZANDO PAPEL TERMOREATIVO, DADOS IMPRESSOS AUTOMATICAMENTE : IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO (NÚMERO SEQUENCIAL), CAMPO PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, DATA E HORA ,NOME DA DERIVAÇÃO, GANHO, ESTADO DOS FILTROS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO, TRAÇADOS DE ECG, MENSAGEM DE ALERTA QUANDO A IMPRESSÃO É EFETUADA COM ALGUM ELETRODO SOLTTO, NÚMERO DE SÉRIE DO EQUIPAMENTO QUE FEZ O REGISTRO (RASTREABILIDADE) MODOS DE REGISTRO DO ELETRACARDIOGRAFO: MANUAL (IMPREME/ PARA) AUTOMÁTICO SINULTÂNEO AUTOMÁTICO SEQUENCIAL DEVE TER PARAQUALQUER DOS MODOS ACIMA, A MEMORIZAÇÃO DO EXAME NA MEMÓRIA INTERNA, CONTROLADA PELO NÚMERO SEQUENCIAL DO EXAME. PARA OS MODOS AUTOMÁTICOS, SEQUENCIAL OU SIMULTÂNEO, DEVE CONFIGURAR O TEMPO DE DURAÇÃO DO REGISTRO EM: 2.5s, 5s, 8s OU 11s . VELOCIDADE DE REGISTRO DO ECG DE APROXIMADAMENTE: 12,5 , 25 E 50mm/S; TER MEMÓRIA INTERNA PARA NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE: 1000 REGISTROS OU SUPERIOR EM 12 DERIVAÇÕES; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220VOLTS 50/60 Hz MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICO COM BATERIA INTERNA COM AUTONOMIA DA BATERIA INTERNA DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 1 HORA DE FUNCIONAMENTO OU SUPERIOR; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO FILTROS DIGITAIS: DE TREMOR MUSCULAR/MOVIMENTOS; E FILTRO DE REDE PARA 50 OU 60HZ AC;AJUSTE AUTOMÁTICO DA LINHA DE BASE; DEVE POSSUIR TER CONEXÃO USB DO ELETRACARDIOGRAFO QUE POSSIBILITE SER CONECTADO A QUALQUER COMPUTADOR DESKTOP DE MESA OU PORTÁTIL; DEVE ACOMPANHAR O SOFTWARE PARA OBTENÇÃO DOS TRAÇADOS DE EXAMES E EMISSÃO DE LAUDOS MÉDICOS VIA SOFTWARE; O SOFTWARE DEVE SER FORNECIDO JUNTAMENTE COM O ELETRACARDIOGRAFO; TAMBÉM PERMITE A POSSIBILIDADE DE OPERAR EM REDE; PERMITE SINCRONIZAR OS TRAÇADOS ARQUIVADOS NA MEMÓRIA INTERNA DO EQUIPAMENTO COM O BANCO DE DADOS DO SOFTWARE INSTALADO NO COMPUTADOR; ATRAVÉS DO SOFTWARE DEVE SER PERMITIDO A IMPRESSÃO DO EXAME EM PAPEL A4; ANALISAR E IMPRIMIR DIVERSOS FORMATOS DO TRAÇADO DO ECG; EMITIR E IMPRIMIR O LAUDO; GRAVAR LONGOS TRECHOS EM 12 DERIVAÇÕES SIMULTÂNEAS; GERAR E EXPORTAR IMAGENS DO TRAÇADO PARA OUTROS PROGRAMAS, AULAS, ETC; SER POSSÍVEL LAUDAR EXAMES DE ECG OU PARA SEREM LAUDADOS DIRETAMENTE NO SOFTWARE; PERMITIR IMPRIMIR TODOS EXAMES DE ECG EM UMA IMPRESSORA LOCAL OU CONECTADA NA EM REDE EM DIVERSOS FORMATOS DE EXTENSÃO DE ARQUIVOS (PDF, JPEG, DICOM, BMP, PNG E ETC); TER COMO VERIFICAR EXAMES ANTERIORES; VERIFICAR EXAMES COM OU SEM LAUDO E ATÉ MESMO LAUDAR POSTERIORMENTE ; OS TRAÇADOS GRAVADOS NO BANCO DE DADOS DO SEU FUTURO ELETRACARDIOGRAFO; O ELETRACARDIOGRAFO DEVE POSSUIR NO MÍNIMO DUAS PORTAS USB; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO UMA ENTRADA DE CONEXÃO DE REDE ; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO UM CONECTOR PARA IMPRESSORA LOCAL; ; DEVE POSSUIR A GARANTIA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ; DEVE SER ACOMPANHAR I OS ACESSÓRIOS: 01 CARRO PARA ELETRACARDIOGRAFO DE NO MÍNIMO 4 RODÍZIOS COM TRAVAMENTO EM PELO MENOS 2 RODAS, E COM CESTO PARA GUARDAR O CABO DE ECG; NO MÍNIMO 02 CABOS PARA ECG DE PACIENTE DE 10 VIAS DE PLUG BANANA; NO MÍNIMO 02 KIT'S COM 06 ELETRODOS PRECORDIAIS TIPO VENTOSAS(PERA); NO MÍNIMO 02 CONJUNTOS COM 04 ELETRODOS(CARDIOCLIPES) PARA MEMBROS DE COLORAÇÃO PADRÃO INTERNACIONAL DE CORES, TIPO CLIP; NO MÍNIMO 04 ROLOS DE PAPEL DE TERMOSENSÍVEL COMPATÍVEL COM A IMPRESSORA DO ELETRACARDIOGRAFO; NO MÍNIMO 02 CABOS USB DE PARA TRANSMISSÃO DE DADOS DE EXAMES COMPATÍVEL COM O ELETRACARDIOGRAFO; 01 MANUAL DE INSTRUÇÃO; ACOMPANHA NO MÍNIMO 01 SOFTWARE DE ECG COMPATÍVEL PARA SISTEMA WINDOWS EM VERSÕES RECENTES COM TODAS LICENÇAS E SENHAS DISPONIBILIZADAS; SOFTWARE PARA CAPTAÇÃO DE EXAMES DO APARELHO DE ECG , IMPRESSÕES E REALIZAÇÕES DE LAUDOS. ; DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA ; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVE SER REALIZADO TREINAMENTOS E INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DO SOFTWARE PARA USUÁRIOS.	UNIDADE	3	R\$ 6.210,17	R\$ 18.630,51
---------------	---	------------------	--	---------	---	--------------	---------------

AMPLA DISPUTA	8	615519 (SIMILAR)	ELETOENCEFALOGRAFO, PARA EXAMES DE VIDEO-EEG EQUIPAMENTO MODULAR COMPOSTO POR UNIDADE DE AQUISICAO E UNIDADE DE TRABALHO; A UNIDADE DE AQUISICAO DEVE POSSUIR AS SEGUINTE CARACTERISTICAS MINIMAS: POSSUIR SISTEMA INTEGRADO COMPLETO DE VIDEO-EEG; - SISTEMA COM NO MINIMO APROXIMADAMENTE 25 CANAIS MONOPOLARES DE EEG; POSSUIR CONVERSOR A/D COM RESOLUCAO IGUAL OU MAIOR QUE 14 BITS; - POSSUIR TAXA DE AMOSTRAGEM DOS CANAIS DE AQUISICAO DE EEG IGUAL OU MAIOR 1 KHZ - POSSUIR REJEICAO DE MODO COMUM IGUAL OU MAIOR QUE 80DB; A UNIDADE DE TRABALHO DEVE POSSUIR AS SEGUINTE CARACTERISTICAS MINIMAS: - POSSUIR TODOS OS HARDWARES, SOFTWARES, LICENCAS E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A AQUISICAO, GRAVACAO, ANALISE E INTERPRETACAO DE RESULTADOS DE EXAMES DE VIDEOEEG; - DEVE MONITORIZAR DE FORMA CONTINUA E SINCRONIZADA O TRACADO ELETOENCEFALOGRAFICO E DO VIDEO; - PERMITIR A INSERCAO DE DADOS DO PACIENTE; - APRESENTAR EM TELA O SINAL DE EEG ADQUIRIDO; - PERMITIR A TRANSMISSAO DE EXAMES VIA INTERNET; - PERMITIR A EMISSAO DE RELATORIO E LAUDOS. - POSSUIR NO MINIMO OS SEGUINTE ACESSORIOS: - 01 CAMERA DE VIDEO; - 01 MESA, PARA A UNIDADE DE TRABALHO E SEUS ACESSORIOS, COM RODAS PARA MOVIMENTACAO E TRAVA EM NO MINIMO 02 RODAS; - 02 UNIDADES DE FRASCOS DE GEL CONDUTOR; - 01 SUPORTE PARA A UNIDADE DE AQUISICAO; - 03 CONJUNTOS COMPLETES DE ELETRODOS REUTILIZAVEIS; 01 TOUCA ESPECIFICA PARA CONEXAO DE ELETRODOS - 01 COMPUTADOR TIPO DESKTOP OU NOTEBOOK COM AS CONFIGURACOES MINIMAS: PROCESSADOR DE NO MINIMO 3.0 GHZ OU SUPERIOR, HD OU SSD DE NO MINIMO 500GB OU SUPERIOR, MEMORIA DE NO MINIMO 4 GB OU SPERIOR, PLACA DE VIDEO DEDICADA DE DE NO MINIMO 1 GB OU SUPERIOR, GRAVADOR DE DVD, ; E INSTALADOS OS SOFTWARES DEDICADOS PARA CAPTACAO E ANALISE DE EXAMES COM TODAS AS LICENCAS MINIMOS (COM LICENCA SEM RESTRICAO DE TEMPO) SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS E MICROSOFT OFFICE (EM SUAS VERSOES MAIS RECENTES); - 01 TECLADO ABNT 2 (EM CASO DE DESKTOP); - 01 MOUSE OPTICO; - 01 MONITOR DE NO MINIMO 15 POLEGADAS ; - 01 IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA USB COM RESOLUCAO DE NO MINIMO APROXIMADAMENTE 1200 DPI E VELOCIDADE DE IMPRESSAO, EM ALTA RESOLUCAO, DE NO MINIMO 19 PPM; - 10 TONERS COMPATIVELIS COM A IMPRESSORA FORNECIDA; - 01 NO-BREAK, COM ENTRADA BIVOLT AUTOMATICO OU 220V 50/60Hz (OU DE ACORDO COM TENSÃO DA UNIDADE CONTEMPLADA) E SAIDA DE ACORDO COM O EQUIPAMENTO OFERTADO. NOBREAK DEVE SER DIMENSIONADO PARA ASSUMIR A CARGA DO SISTEMA COMO UM TODO (EQUIPAMENTO, COMPUTADOR E SEUS ACESSORIOS) POR NO MINIMO APROXIMADAMENTE 01 HORA; ACESSORIOS: DEVEM SER ENTREGUES COM O PRODUTO TODOS OS CABOS, CONECTORES, ADAPTADORES E DEMAIS ITENS NECESSARIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO CONJUNTO OFERTADO; DEVEM SER ENTREGUES OS MANUAIS DE OPERACAO, EM PORTUGUES. . GARANTIA DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURACAO MINIMA DE 01 (UM) ANOS A CONTAR DA DATA DE ACEITACAO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO-SE POR ACEITACAO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZACAO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERACAO , COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTA OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDICAOES DE NORMALIDADE. DEVE POSSUIR REGISTRO - ANVISA / MINISTERIO DA SAUDE NORMALIZACAO: O EQUIPAMENTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODAS AS LEGISLACOES E REGULAMENTOS VIGENTES QUE SE APLIQUEM A ELE. ESTA SECRETARIA PODE EXIGIR, A QUALQUER MOMENTO, SE JULGAR NECESSARIO, COMPROVACAO DE QUE O EQUIPAMENTO ESTA DE ACORDO COM NORMA OU LEGISLACAO VIGENTE ESPECIFICA DO EQUIPAMENTO. . MANUAL EM LINGUA PORTUGUESA. INSTALACAO E TREINAMENTO OPERACIONAL INCLUSOS. ASSISTENCIA TECNICA NA REGIAO NORDESTE. ALIMENTACAO ELÉTRICA: 220V 50/60 Hz MONOFÁSICA. OU BIVOLT AUTOMÁTICA.	UNIDADE	1	R\$ 26.699,91	R\$ 26.699,91
AMPLA DISPUTA	9	415929 (SIMILAR)	NEBULIZADOR COM 04 (QUATRO SAÍDAS). NEBULIZADOR PARA INALAÇÃO COMPANHADO DE ADAPTADOR PARA 4 SAÍDAS IMULTANEAS; E 4 KITS DENEULIZAÇÃO, MOTOR DE NO MINIMO APROXIMADAMENTE 1/4 C.V. OU SUPERIOR. COM FLUXO DE AR NO MINIMO DE APROXIAMDAMENTE 7,5 L / MIN OU SUPERIOR. E PRESSÃO DE NO MINIMO APROXIMADAMENTE 30 PSI OU SUPERIOR. GARANTIA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR PEDESTAL COM 4 RODÍZIOS PARA FIXAÇÃO DO NEBULIZADOR SENDO 2 RODÍZIOS COM TRAVAS. DEVEM ACOMPANHAR TODOS OS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO (04 MÁSCARAS DE NEBULIZAÇÃO ADULTO; 04 MÁSCARAS DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL ; 04 COPOS DE NEBULIZAÇÃO; 01 CABO DE FORÇA; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES E 04 MANGUEIRAS DE PVC ATÓXICO) . ALIMENTACAO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA . DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	UNIDADE	10	R\$ 1.711,35	R\$ 17.113,50

AMPLA DISPUTA	10	376088	OTOSCÓPIO: OTOSCÓPIO CLÍNICO PORTÁTIL, DESTINADO À AVALIAÇÃO DO CANAL AUDITIVO EXTERNO E MEMBRANA TIMPÂNICA, PARA USO EM ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS, HOSPITALARES E ATENÇÃO BÁSICA; EQUIPAMENTO PORTÁTIL, DE USO MANUAL, ERGONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DIRETA OU POR FIBRA ÓPTICA, PROPORCIONANDO ILUMINAÇÃO HOMOGÊNEA E SEM SOMBRAS; FONTE DE LUZ COM TECNOLOGIA LED DE ALTA EFICIÊNCIA E DE LONGA DURABILIDADE; ACOMPANHA : ESPÉCULOS AURICULARES REUTILIZÁVEIS , EM DIFERENTES TAMANHOS (MÍNIMO: 2,5 MM, 3,0 MM E 4,0 MM), DEVEM SER FORNECIDOS NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE ESPEÚCLOS DE 2,5 MM; DEVEM SER FORNECIDOS NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE ESPEÚCLOS DE 3,0 MM ; DEVEM SER FORNECIDOS NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE ESPEÚCLOS DE 4,0 MM COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO; POSSUI SISTEMA DE VEDAÇÃO ADEQUADO PARA REALIZAÇÃO DE TESTE PNEUMÁTICO; POSSUI CABO METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE; ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS PADRÃO (AA OU C) OU BATERIA RECARREGÁVEL; INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA INTEGRADO AO CABO; CONEXÃO FIRME ENTRE CABO E CABEÇOTE, COM ENCAIXE SEGURO E PADRONIZADO; DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA; DEVE POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÕES; ACOMPANHA PILHAS OU BATERIAS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	UNIDADE	24	R\$ 441,71	R\$ 10.601,04
AMPLA DISPUTA	11	397150	RESTRITOR PARA CONTENÇÃO DE PACIENTES PARA PUNHOS COM A FINALIDADE DE CONTER PACIENTES AGITADOS EM MACAS OU CAMAS. MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS HOSPITALARES. SISTEMA DE FÁCIL REGULAGEM E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FECHO ENGATE DE ALTA QUALIDADE. A FIXAÇÃO EM PRANCHAS E MACAS DO SAMU COM ALÇA REGULÁVEL. MATERIAL RESISTENTE. PARTE INTERNA COM MATERIAL DE "E.V.A" MACIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 mm DE ESPESSURA COM ESPUMA DE APROXIMADAMENTE DE 1 cm DE ESPESSURA COM DENSIDADE COMPATÍVEL PARA PUNHOS , PROPORCIONANDO CONFORTO E IMPEDINDO LESÃO AO PACIENTE. ; DEVE CONTER NO MÍNIMO UM KIT COM 01(UM) PAR PARA PUNHOS	UNIDADE	30	R\$ 189,33	R\$ 5.679,90
AMPLA DISPUTA	12	617991	RESTRITOR PARA CONTENÇÃO DE PACIENTES DE TORAX COM A FINALIDADE DE CONTER PACIENTES AGITADOS EM MACAS OU CAMAS. MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS HOSPITALARES. SISTEMA DE FÁCIL REGULAGEM E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FECHO ENGATE DE ALTA QUALIDADE. A FIXAÇÃO EM PRANCHAS E MACAS DO SAMU COM ALÇA REGULÁVEL. MATERIAL RESISTENTE. PARTE INTERNA COM E MACIO DE APROXIMADAMENTE 3 mm DE ESPESSURA COM ESPUMA DE APROXIMADAMENTE DE 1 cm DE ESPESSURA COM DENSIDADE COMPATÍVEL PARA O TÓRAX, PROPORCIONANDO CONFORTO E IMPEDINDO LESÃO AO PACIENTE	UNIDADE	30	R\$ 190,00	R\$ 5.700,00
AMPLA DISPUTA	13	397150	RESTRITOR DE MOVIMENTOS PARA CONTENÇÃO DE TORNOZELOS COM A FINALIDADE DE CONTER PACIENTES AGITADOS. MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS HOSPITALARES. SISTEMA DE FÁCIL REGULAGEM E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FECHO ENGATE DE ALTA QUALIDADE. A FIXAÇÃO EM PRANCHAS E MACAS DO SAMU COM ALÇA REGULÁVEL. MATERIAL RESISTENTE. PARTE INTERNA COM MATERIAL MACIO DE APROXIMADAMENTE 3 mm DE ESPESSURA COM ESPUMA DE APROXIMADAMENTE 1 cm DE ESPESSURA COM DENSIDADE COMPATÍVEL PARA TORNOZELOS, PROPORCIONANDO CONFORTO E IMPEDINDO LESÃO AO PACIENTE. DEVE CONTER 01 PAR PARA TORNOZELOS.	UNIDADE	30	R\$ 189,33	R\$ 5.679,90
AMPLA DISPUTA	14	441163 (SIMILAR)	DESUMIDIFICADOR DE AR PARA USO EM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE - PORTÁTIL, DE CORPO PLÁSTICO ABS', COM POTENCIA DE CONDENSAÇÃO MÍNIMA DE APROXIMADAMENTE 50L/ DIA OU SUPERIOR, PARA SER UTILIZADO EM AMBIENTE MEDINDO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 30cm X 40cm X 54cm , COMPOSTO DE PAINEL DIGITAL, CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO MÍNIMO DE APROXIMADAMENTE 5L OU SUPERIOR, GÁS ECOLÓGICO. POSSUI DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE RESERVATÓRIO CHEIO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V 50/60Hz MONOFÁSICO OU BIVOLT AUTOMÁTICO, DEVE SER PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA OU OUTRA COR CLARA.	UNIDADE	3	R\$ 9.039,97	R\$ 27.119,91

AMPLA DISPUTA	15	367710 (SIMILAR)	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA. RÉGUA DE MEDIR ALTURA (ANTROPOMÉTRICA) RÉGUA EM MADEIRA DESMONTÁVEL (2 PARTES QUE SE ENCAIXAM COM PRECISÃO). FERRAGENS CROMADAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO, BASE DE SUSTENTAÇÃO METÁLICA DESTACÁVEL, CAMPO DE USO DE 0,35 ATÉ 2,13M, CURSOR COM INDICAÇÃO PARA LEITURA LATERAL, LEVE E APROPRIADO PARA O TRANSPORTE, ACOMPANHA BOLSA COM ALÇA PARA TRANSPORTE.	UNIDADE	67	R\$ 154,00	R\$ 10.318,00
AMPLA DISPUTA	16	386479	TERMÔMETRO TIPO: LASER DIGITAL. FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA: -50°C A 200 °C ELEMENTO EXPANSÃO: INFRATERMOMÉTRICO. MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR CRISTAL LÍQUIDO, TEMPERATURA AMBIENTE 50°C. PRECISÃO: +/- 2 °C ALIMENTAÇÃO: PILHA; ACOMPANHA PILHAS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	76	R\$ 113,00	R\$ 8.588,00
AMPLA DISPUTA	17	300473	BATERIA ALCALINA DE 9V CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 9V. - DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: 6LR61. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTOS NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS BATERIAS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS BATERIAS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS; DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE BATERIA; COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÃO POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: RAYOVAC, ENERGIZER, ELGIN, PANASONIC, SONY.	UNIDADE	100	R\$ 13,87	R\$ 1.387,00
AMPLA DISPUTA	18	419860	PILHA ALCALINA 1,5 V TAMANHO AAA (PALITO) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,5V. - DEVERÃO SER DO TAMANHO AAA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR03. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTAS NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS PILHAS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS; DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AAA); VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÃO POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: RAYOVAC, ENERGIZER, PANASONIC, ELGINSONY OU DURACELL	UNIDADE	100	R\$ 2,29	R\$ 229,00
AMPLA DISPUTA	19	341044	PILHA ALCALINA 1,5V TAMANHO AA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,5V. - DEVERÃO SER DO TAMANHO AA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR6. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTA NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS PILHAS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS; DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AA); COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÃO POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: RAYOVAC, ENERGIZER, ELGIN, PANASONIC, SONY OU DURACELL	UNIDADE	100	R\$ 2,40	R\$ 240,00
AMPLA DISPUTA	20	349499 (SIMILAR)	APARELHO PROCESSADOR AUTOMÁTICO DE TECIDOS PARA LABORATÓRIO. EQUIPAMENTO DESTINADO AO PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE AMOSTRAS HISTOLÓGICAS, COMPREENDENDO AS ETAPAS DE DESIDRATAÇÃO, DIAFANIZAÇÃO E INFILTRAÇÃO EM PARAFINA, PARA USO EM LABORATÓRIOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA, HISTOLOGIA. PROCESSADOR AUTOMÁTICO DE TECIDOS, TIPO CARROSSEL OU SISTEMA CIRCULAR EQUIVALENTE, COM MOVIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA DAS CESTAS ENTRE OS BANHOS.; OPERAÇÃO AUTOMÁTICA, COM CONTROLE ELETRÔNICO; ESTRUTURA ROBUSTA, ESTÁVEL, RESISTENTE À AÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS UTILIZADOS EM HISTOLOGIA. FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL, ADEQUADO À ROTINA LABORATORIAL;CAPACIDADE MÍNIMA PARA 10 ESTAÇÕES DE PROCESSAMENTO, SENDO: NO MÍNIMO 8 ESTAÇÕES PARA REAGENTES ;NO MÍNIMO 2 ESTAÇÕES PARA PARAFINA AQUECIDAS DE FAIXA DE TEMPERATURA APROXIMADAMENTE DE 45° C A 75°C COM CORTE DE TEMPERATURA EM EXCESSO EM 75°C (+/-5°C).;CAPACIDADE INDIVIDUAL DOS RECIPIENTES DE REAGENTES DE APROXIMADAMENTE ENTRE 1,0 A 1,8 LITROS, EM RECIPIENTES RESISTENTES A SOLVENTES QUÍMICOS COM BÉQUER DE VIDRO SEM BICOS E COM SUPORTES. BANHOS DE PARAFINA COM CONTROLE DE TEMPERATURA DE FORMA INDIVIDUAL.; CAPACIDADE MÍNIMA DE PROCESSAMENTO DE APROXIMADAMENTE DE 40 A 100 CASSETES HISTOLÓGICOS POR CICLO, ADMITINDO O USO DE UMA OU MAIS CESTAS; CESTAS PARA ACONDICIONAMENTO DE CASSETES HISTOLÓGICOS, CONFECIONADAS EM MATERIAL METÁLICO OU SUPERIOR, RESISTENTE À CORROSÃO.; POSSIBILIDADE DE USO DE MAIS DE UMA CESTA, SIMULTÂNEA OU ALTERNADAMENTE, PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE.;CAPACIDADE PARA NO	UNIDADE	2	R\$ 70.524,17	R\$ 141.048,34

			MÍNIMO 6 PROGRAMAS E DE FÁCIL ALTERAÇÃO: TAMPAS OU SISTEMAS DE VEDAÇÃO NOS RECIPIENTES, VISANDO MINIMIZAR EVAPORAÇÃO E LIBERAÇÃO DE VAPORES.; SISTEMA DE ELEVAÇÃO E DRENAGEM ENTRE BANHOS, PERMITINDO ESCORRIMENTO DO EXCESSO DE REAGENTE, REDUZINDO CONTAMINAÇÃO CRUZADA; DISPLAY EM LCD OU LED SEGMENTADO PARA VISUALIZAÇÃO DE PARÂMETROS OPERACIONAIS, TAIS COMO TEMPO DE PROCESSAMENTO, ESTAÇÃO ATIVA, HORÁRIO E STATUS DO CICLO.; TECLADO EM MEMBRANA PARA CONFIGURAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DOS CICLOS; BASE ESTÁVEL, PODENDO INCLUIR RODÍZIOS OU PÉS AJUSTÁVEIS. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA 50/60HZ OU BIVOLT AUTOMÁTICA; PESO E DIMENSÕES COMPATÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO EM BANCADA DE LABORATÓRIO; ACESSÓRIOS INCLUSOS: RECIPIENTES PARA REAGENTES; BANHOS DE PARAFINA COMPLETOS; CESTAS PARA CASSETES; TAMPAS E SUPORTES ; GARANTIA NO MÍNIMO 12 MESES APÓS A INSTALAÇÃO; CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR 14136. MANUAL DE OPERAÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA. INCLUI INSTALAÇÃO E TREINAMENTO; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. PRODUTO ISENTO DE REGISTRO ANVISA				
PRINCIPAL	21	363927	CARDIOVERSOR. CARDIOVERSOR / MONITOR CARDÍACO: APARELHO ELETRÔNICO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA E REALIZAÇÃO DE DESFIBRILAÇÃO (INTERNA E EXTERNA), CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA E MARCA-PASSO EXTERNO NÃO-INVASIVO DE PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS E NEONATAIS; BIFÁSICO, COM CARGA AJUSTÁVEL QUE ABRANJA NO MÍNIMO A FAIXA DE 5 A 200J, COM INDICAÇÃO VISUAL DA CARGA SELECIONADA; PORTÁTIL, EM CORPO ÚNICO; ADEQUADO AO USO HOSPITALAR; MENU INTERNO PARA CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO; IMPRESSORA TÉRMICA PARA IMPRESSÃO; FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA 220V COM COMUTação AUTOMÁTICA; POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA, COM BOTÃO DE SINCRONISMO; INDICAÇÃO NA TELA DA ENERGIA ENTREGUE E MODO DE TERAPIA (MONITOR, DESFIBRILADOR OU MARCAPASSO); ELETRODOS DE DESFIBRILAÇÃO E PÁ DE DESFIBRILAÇÃO NO MESMO CONECTOR. PÁS DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA PEDIÁTRICA, COMANDOS PARA: CARGA E DISPARO; DESFIBRILAÇÃO: FUNÇÃO DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA SINCRONIZADA E NÃO SINCRONIZADA; DESFIBRILAÇÃO EXTERNA, ATRAVÉS DAS PÁS OU ELETRODOS DO MARCAPASSO EXTERNO NÃO-INVASIVO; DESFIBRILAÇÃO POR PÁS INTERNAS; POSSUIR FUNCIONALIDADE PARA USO TANTO NO MODO MANUAL, QUANTO NO MODO SEMI-AUTOMÁTICO COM MENSAGENS DE TEXTO E VOZ EM PORTUGUÊS; TEMPO TOTAL DE CARREGAMENTO, NA CARGA MÁXIMA, ATÉ 15 SEGUNDOS; ANULA CARGA MANUALMENTE; DESCARGA AUTOMÁTICA DENTRO DE 2 (DOIS) MINUTOS SE NÃO FOR DESCARREGADO PELO OPERADOR; A DESCARGA DO DESFIBRILADOR DEVE REQUERER A ATIVAÇÃO SIMULTÂNEA DE DOIS CONTROLES (UM EM CADA PÁ), PARA MINIMIZAR O RISCO DE CHOQUE ACIDENTAL; INDICAÇÃO DAS ETAPAS: CARREGANDO, PRONTO, DESARMADO; FUNCIONAMENTO TANTO A BATERIA RECARREGÁVEL QUANTO A ENERGIA ELÉTRICA; GABINETE (CARÇA DO EQUIPAMENTO) COM SISTEMA DE ISOLAMENTO ELÉTRICO; MONITOR: MONITOR DE ECG PARA ACOMPANHAMENTO VISUAL DOS SINAIS CARDÍACOS; DISPLAY DIGITAL EM CRISTAL LÍQUIDO OU TECNOLOGIA SIMILAR QUE PROPORCIONE ALTO CONTRASTE E PERMITA UMA PERFEITA VISUALIZAÇÃO; VELOCIDADE DO TRAÇADO DA CURVA QUE INCLUA A VELOCIDADE ENTRE 25 MM/SEG E 50 MM/SEG; O CIRCUITO DE AMPLIFICAÇÃO DO MONITOR DEVE SER PROTEGIDO CONTRA DANOS CAUSADOS PELA DESCARGA DO DESFIBRILADOR; APRESENTAÇÃO NUMÉRICA DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, EM DISPLAY ESPECÍFICO OU NA TELA DO MONITOR; ECG: AQUISIÇÃO DOS SINAIS CARDÍACOS DEVERÁ SER FEITA POR INTERMÉDIO DAS PÁS DE DESFIBRILAÇÃO; DAS PÁS ADESIVAS DO MARCAPASSO EXTERNO NÃO INVASIVO E DOS CABOS TRADICIONAIS DE ECG; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DO SINAL DE ECG QUE INCLUA A VELOCIDADE DE 25 MM/SEG; ALARMES DE MÁXIMO E MÍNIMO; VISUALIZAÇÃO DAS DERIVAÇÕES COM INTERPRETAÇÃO AUTOMÁTICA EM PORTUGUÊS, COM IMPRESSÃO MANUAL/AUTOMÁTICA DAS OCORRÊNCIAS DE CADA DISPARO. MARCA-PASSO: MARCA-PASSO EXTERNO TRANSTORÁCICO NÃO INVASIVO; MODOS POSSÍVEIS DE OPERAÇÃO: DEMANDA E ASSÍNCRONO; FREQUÊNCIA QUE ABRANJA A FAIXA DE APROXIMADAMENTE 40 A 170 BPM; CORRENTE DE ESTÍMULO VARIANDO DE APROXIMADAMENTE DE 10mA ATÉ 140 mA PELO MENOS; BATERIA: BATERIA RECARREGÁVEL E REMOVÍVEL SEM A NECESSIDADE DE DESMONTAGEM DO EQUIPAMENTO. CARREGADOR DE BATERIA INTERNO AO APARELHO; ALARME DE BAIXA CARGA DA BATERIA; INDICAÇÃO DE SITUAÇÃO DA BATERIA: SE ESTÁ SENDO CARREGADA E SE ELA ATINGIU A CARGA TOTAL; O SISTEMA DE BATERIA DO EQUIPAMENTO DEVE TER A CAPACIDADE DE EFETUAR, NO MÍNIMO, APROXIMADAMENTE 60 DESCARGAS NA CARGA MÁXIMA E NO MÍNIMO 60 MINUTOS NO MONITOR, SEM PRECISAR DE RECARGA DURANTE ESSE PERÍODO; MEMÓRIA: ARQUIVAR OS ÚLTIMOS EVENTOS COM DATA E HORA. ACESSÓRIOS: 01 (UM) CABO ECG PROTEGIDO CONTRA INTERFERÊNCIAS COM 03 VIAS OU 05 VIAS ADULTO; 01 (UM) CABO ECG PROTEGIDO CONTRA INTERFERÊNCIAS COM 03 VIAS OU 05 VIAS PEDIÁTRICO/NEONATAL; 08 (OITO) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO ADULTO; 10 (DOIS) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO PEDIÁTRICO/NEONATAL; 05 (CINCO) ROLOS DE PAPEL TÉRMICO; 01 (UM) PAR DE PÁS EXTERNAS ADULTO/INFANTIL INTEGRADAS; 01 CABO DE ALIMENTAÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14136. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO INCLUSOS. REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	4	R\$ 20.001,76	R\$ 80.007,04

PRINCIPAL	22	416247	APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO MÓVEL. EQUIPAMENTO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO DIGITAL MÓVEL DESTINADO A REALIZAÇÃO DE EXAMES INTRAORÁRIOS NA ÁREA ODONTOLÓGICA, UTILIZADO PARA MARCAÇÃO DE ESTRUTURAS DENTÁRIAS COM ALTA PRECISÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE DE IMAGEM RADIOLÓGICA; EQUIPAMENTO INDICADO PARA ENDODONTIA, ORTODONTIA E DIAGNÓSTICO PREVENTIVO; APARELHO DE RAIOS X COM BASE MÓVEL SOBRE 4(QUATRO) RODÍZIOS DUPLOS, ONDE DUAS RODAS DEVEM POSSUIR SISTEMA DE TRAVA OU FREIO PARA MELHOR ESTABILIDADE; COLUNA CONSTRUÍDA EM AÇO COM PINTURA EPÓXI. EQUIPAMENTO COM TENSÃO ELÉTRICA NO TUBO DE RAIOS X APROXIMADAMENTE DE 70kVp; CORRENTE DO TUBO DE APROXIMADAMENTE DE 7mA ou 8mA. EQUIPAMENTO DE BRAÇO ARTICULADOS PANTOGRÁFICOS QUE PERMITEM MOVIMENTOS VERTICALMENTE E HORIZONTALMENTE CONSTRUÍDO EM AÇO COM COBERTURA EM ABS INJETADO DE ALTO IMPACTO OU MATERIAL SUPERIOR, OS BRAÇOS DEVEM POSSUIR SISTEMA MECÂNICO PARA ESTABILIZAÇÃO E BALANCEAMENTO NA POSIÇÃO DESEJADA; COLIMADOR CILÍNDRICO OU RETANGULAR COM POSSIBILIDADE DE MOVIMENTO DE APROXIMADAMENTE DE NO MÍNIMO 300º(GRAUS) DE MOVIMENTO; TEMPO DE EXPOSIÇÃO AJUSTÁVEL ENTRE APROXIMADAMENTE ENTRE 0,05s a 3,5 s.; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ATERRAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO OPERADOR E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E ISOLAMENTO EFICAZES MESMO EM USO INTENSO; FILTRAÇÃO TOTAL COM EQUIVALÊNCIA EM ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 1,5 mm OU SUPERIOR; PONTO FOCAL DE APROXIMADAMENTE 0,8mm x 0,8mm; DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SENSORES RADIOLÓGICOS DIGITAIS PARA ODONTOLOGIA; EQUIPAMENTO DEVE SER CONFORME AS NORMAS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-7, NBR IEC 60601-1-1-3; CONTROLE REMOTO CONECTADO AO PAINEL DE COMANDO CENTRAL COM CABO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR PARA EFETUAR DISPAROS E CONFIGURAÇÕES DE RAIOS X DE FORMA SEGURA; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE ÁGUA OU MATERIAL PERTICULADO NO MÍNIMO IPX0; POSSUI CÂMARA DE COMPENSAÇÃO NO CABEÇOTE QUE MANTÉM A PRESSÃO INTERNA ESTÁVEL; POSSUI PAINEL DE COMANDO DIGITAL NA COLUNA DE SUSTENTAÇÃO COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE NO MÍNIMO : QUILOVOLTAGEM (kV), MILLIAMPERAGEM (mA), e TEMPO DE EXPOSIÇÃO (s); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA COM CABO DE FORÇA PADRÃO ABNT 14136 3 PINOS (2P+T); POSSUI SITEMA DE SEGURANÇA PARA SOBRECORRENTE POR MEIO DE FUSÍVEL OU OUTRO MEIO SUPERIOR; ACOMPANHA: CONTROLE DE DISPARO DE RAIOS X COM CABO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR; MANUAL DE INSTRUÇÕES E TUDO O NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM QUALQUER EQUIPAMENTO MÓVEL DE RAIOS X DE ODONTOLOGIA; COM UM CHIP CMOS OU TECNOLOGIA SUPERIOR QUE EVITA SATURAÇÃO MESMO EM CASO DE SOBRE-EXPOSIÇÃO, POSSUI CONEXÃO POR PORTA USB PARA COMPUTADOR DE TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; POSSUI CABO DE TAMANHO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3(TRÊS)METROS OU SUPERIOR; O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL É REUTILIZÁVEL E PODE SER UTILIZADO COM O POSICIONADOR OU SEM O POSICIONADOR RADIOGRÁFICO. JUNTAMENTE COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL DEVE VIR O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LEITURA, EXIBIÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS ODONTOLÓGICAS; O SOFTWARE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO; O SOFTWARE DEVE SER POSSÍVEL EM INSTALAR EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTEBOOK QUE POSSUAM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE PROCESSADOR INTEL CELERON; DE MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 8GB DE RAM; COMPATÍVEL COM NO MÍNIMO WINDOWS 7 OU VERSÕES MAIS RECENTES; COM MONITOR DE RESOLUÇÃO 1024X768 OU SUPERIOR; O SOFTWARE DEVE PERMITIR EXPORTAR E IMPRIMIR IMAGENS EM FORMATO DICOM, PDF OU JPEG; ALÉM DE EDITAR E ELABORAR LAUDOS DE EXAMES. DEVE SER ENTREGUE COM A LICENÇA TOTAL SEM RESTRIÇÕES PARA OS USUÁRIOS. O SOFTWARE DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SISTEMA PAC'S DE IMAGENS MÉDICAS. UM POSICIONADOR RADIOGRÁFICO PARA TODOS OS DENTES PARA USO EM CONJUNTO DO SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL; FABRICADO EM MATERIAL POLICARBONATO E SILICONE ATÓXICO OU MATERIAL SUPERIOR; OFERTAR TREINAMENTO PARA OPERADORES EM HORÁRIO COMERCIAL DE FORMA PRESENCIAL; INCLUSIVE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	UNIDADE	39	R\$ 9.936,05	R\$ 387.505,95

RESERVADA	23	363927	CARDIOVERSOR. CARDIOVERSOR / MONITOR CARDÍACO: APARELHO ELETRÔNICO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA E REALIZAÇÃO DE DESFIBRILAÇÃO (INTERNA E EXTERNA), CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA E MARCA-PASSO EXTERNO NÃO-INVASIVO DE PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS E NEONATAIS; BIFÁSICO, COM CARGA AJUSTÁVEL QUE ABRANJA NO MÍNIMO A FAIXA DE 5 A 200J, COM INDICAÇÃO VISUAL DA CARGA SELECIONADA; PORTÁTIL, EM CORPO ÚNICO; ADEQUADO AO USO HOSPITALAR; MENU INTERNO PARA CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO; IMPRESSORA TÉRMICA PARA IMPRESSÃO; FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA 220V COM COMUTÇÃO AUTOMÁTICA; POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA, COM BOTÃO DE SINCRONISMO; INDICAÇÃO NA TELA DA ENERGIA ENTREGUE E MODO DE TERAPIA (MONITOR, DESFIBRILADOR OU MARCAPASSO); ELETRODOS DE DESFIBRILAÇÃO E PÁ DE DESFIBRILAÇÃO NO MESMO CONECTOR. PÁS DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA PEDIÁTRICA, COMANDOS PARA: CARGA E DISPARO; DESFIBRILAÇÃO: FUNÇÃO DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA SINCRONIZADA E NÃO SINCRONIZADA; DESFIBRILAÇÃO EXTERNA, ATRAVÉS DAS PÁS OU ELETRODOS DO MARCAPASSO EXTERNO NÃO-INVASIVO; DESFIBRILAÇÃO POR PÁS INTERNAS; POSSUIR FUNCIONALIDADE PARA USO TANTO NO MODO MANUAL, QUANTO NO MODO SEMI-AUTOMÁTICO COM MENSAGENS DE TEXTO E VOZ EM PORTUGUÊS; TEMPO TOTAL DE CARREGAMENTO, NA CARGA MÁXIMA, ATÉ 15 SEGUNDOS; ANULA CARGA MANUALMENTE; DESCARGA AUTOMÁTICA DENTRO DE 2 (DOIS) MINUTOS SE NÃO FOR DESCARREGADO PELO OPERADOR; A DESCARGA DO DESFIBRILADOR DEVE REQUERER A ATIVAÇÃO SIMULTÂNEA DE DOIS CONTROLES (UM EM CADA PÁ), PARA MINIMIZAR O RISCO DE CHOQUE ACIDENTAL; INDICAÇÃO DAS ETAPAS: CARREGANDO, PRONTO, DESARMADO; FUNCIONAMENTO TANTO A BATERIA RECARREGÁVEL QUANTO A ENERGIA ELÉTRICA; GABINETE (CARCAÇA DO EQUIPAMENTO) COM SISTEMA DE ISOLAMENTO ELÉTRICO; MONITOR: MONITOR DE ECG PARA ACOMPANHAMENTO VISUAL DOS SINAIS CARDÍACOS; DISPLAY DIGITAL EM CRISTAL LÍQUIDO OU TECNOLOGIA SIMILAR QUE PROPORCIONE ALTO CONTRASTE E PERMITA UMA PERFEITA VISUALIZAÇÃO; VELOCIDADE DO TRAÇADO DA CURVA QUE INCLUA A VELOCIDADE ENTRE 25 MM/SEG E 50 MM/SEG; O CIRCUITO DE AMPLIFICAÇÃO DO MONITOR DEVE SER PROTEGIDO CONTRA DANOS CAUSADOS PELA DESCARGA DO DESFIBRILADOR; APRESENTAÇÃO NUMÉRICA DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, EM DISPLAY ESPECÍFICO OU NA TELA DO MONITOR; ECG: AQUISIÇÃO DOS SINAIS CARDÍACOS DEVERÁ SER FEITA POR INTERMÉDIO DAS PÁS DE DESFIBRILAÇÃO; DAS PÁS ADESIVAS DO MARCAPASSO EXTERNO NÃO INVASIVO E DOS CABOS TRADICIONAIS DE ECG; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DO SINAL DE ECG QUE INCLUA A VELOCIDADE DE 25 MM/SEG; ALARMES DE MÁXIMO E MÍNIMO; VISUALIZAÇÃO DAS DERIVAÇÕES COM INTERPRETAÇÃO AUTOMÁTICA EM PORTUGUÊS, COM IMPRESSÃO MANUAL/AUTOMÁTICA DAS OCORRÊNCIAS DE CADA DISPARO. MARCA-PASSO: MARCA-PASSO EXTERNO TRANSTORÁCICO NÃO INVASIVO; MODOS POSSÍVEIS DE OPERAÇÃO: DEMANDA E ASSÍNCRONO; FREQUÊNCIA QUE ABRANJA A FAIXA DE APROXIMADAMENTE 40 A 170 BPM; CORRENTE DE ESTÍMULO VARIANDO DE APROXIMADAMENTE DE 10mA ATÉ 140 mA PELO MENOS; BATERIA: BATERIA RECARREGÁVEL E REMOVÍVEL SEM A NECESSIDADE DE DESMONTAGEM DO EQUIPAMENTO. CARREGADOR DE BATERIA INTERNO AO APARELHO; ALARME DE BAIXA CARGA DA BATERIA; INDICAÇÃO DE SITUAÇÃO DA BATERIA: SE ESTÁ SENDO CARREGADA E SE ELA ATINGIU A CARGA TOTAL; O SISTEMA DE BATERIA DO EQUIPAMENTO DEVE TER A CAPACIDADE DE EFETUAR, NO MÍNIMO, APROXIMADAMENTE 60 DESCARGAS NA CARGA MÁXIMA E NO MÍNIMO 60 MINUTOS NO MONITOR, SEM PRECISAR DE RECARGA DURANTE ESSE PERÍODO; MEMÓRIA: ARQUIVAR OS ÚLTIMOS EVENTOS COM DATA E HORA. ACESSÓRIOS: 01 (UM) CABO ECG PROTEGIDO CONTRA INTERFERÊNCIAS COM 03 VIAS OU 05 VIAS ADULTO; 01 (UM) CABO ECG PROTEGIDO CONTRA INTERFERÊNCIAS COM 03 VIAS OU 05 VIAS PEDIÁTRICO/NEONATAL; 08 (OITO) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO ADULTO; 10 (DOIS) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO PEDIÁTRICO/NEONATAL; 05 (CINCO) ROLOS DE PAPEL TÉRMICO; 01 (UM) PAR DE PÁS EXTERNAS ADULTO/INFANTIL INTEGRADAS; 01 CABO DE ALIMENTAÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14136. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO INCLUSOS. REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	1	R\$ 20.001,76	R\$ 20.001,76
RESERVADA	24	416247	APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO MÓVEL. EQUIPAMENTO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO DIGITAL MÓVEL DESTINADO A REALIZAÇÃO DE EXAMES INTRAORAIS NA ÁREA ODONTOLÓGICA, UTILIZADO PARA MARCAÇÃO DE ESTRUTURAS DENTÁRIAS COM ALTA PRECISÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE DE IMAGEM RADIOLÓGICA; EQUIPAMENTO INDICADO PARA ENDODONTIA, ORTODONTIA E DIAGNÓSTICO PREVENTIVO; APARELHO DE RAIOS X COM BASE MÓVEL SOBRE 4(QUATRO) RODÍZIOS DUPLOS, ONDE DUAS RODAS DEVEM POSSUIR SISTEMA DE TRAVA OU FREIO PARA MELHOR ESTABILIDADE; COLUNA CONSTRUÍDA EM AÇO COM PINTURA EPOXI. EQUIPAMENTO COM TENSÃO ELÉTRICA NO TUBO DE RAIOS X APROXIMADAMENTE DE 70kVp; CORRENTE DO TUBO DE APROXIMADAMENTE DE 7mA ou 8mA. EQUIPAMENTO DE BRAÇO ARTICULADOS PANTOGRAFICOS QUE PERMITEM MOVIMENTOS VERTICALMENTE E HORIZONTALMENTE CONSTRUÍDO EM AÇO COM COBERTURA EM ABS INJETADO DE ALTO IMPACTO OU MATERIAL SUPERIOR, OS BRAÇOS DEVEM POSSUIR SISTEMA MECÂNICO PARA ESTABILIZAÇÃO E BALANCEAMENTO NA POSIÇÃO DESEJADA; COLIMADOR CILÍNDRICO OU RETANGULAR COM POSSIBILIDADE MOVIMENTO DE APROXIMADAMENTE DE NO MÍNIMO 300º(GRAUS) DE MOVIMENTO; TEMPO DE EXPOSIÇÃO AJUSTÁVEL ENTRE APROXIMADAMENTE ENTRE 0,05s a 3,5 s.; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ATERRAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO OPERADOR E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E ISOLAMENTO EFICAZES MESMO EM USO INTENSO; FILTRAÇÃO TOTAL COM EQUIVALÊNCIA EM ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 1,5 mm OU SUPERIOR; PONTO FOCAL DE APROXIMADAMENTE 0,8mm x 0,8mm; DEVE	UNIDADE	7	R\$ 9.936,05	R\$ 69.552,35

			POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SENSORES RADIOLÓGICOS DIGITAIS PARA ODONTOLOGIA; EQUIPAMENTO DEVE SER CONFORME AS NORMAS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-7, NBR IEC 60601-1-1-3; CONTROLE REMOTO CONECTADO AO PAINEL DE COMANDO CENTRAL COM CABO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR PARA EFETUAR DISPAROS E CONFIGURAÇÕES DE RAIOS X DE FORMA SEGURA; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE ÁGUA OU MATERIAL PERTICULADO NO MÍNIMO IPX0; POSSUI CÂMARA DE COMPENSAÇÃO NO CABEÇOTE QUE MANTÉM A PRESSÃO INTERNA ESTÁVEL; POSSUI PAINEL DE COMANDO DIGITAL NA COLUNA DE SUSTENTAÇÃO COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE NO MÍNIMO: QUILOVOLTAGEM (kV), MILIAMPERAGEM (mA), e TEMPO DE EXPOSIÇÃO (s); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA COM CABO DE FORÇA PADRÃO ABNT 14136 3 PINOS (2P+T); POSSUI SISTEMA DE SEGURANÇA PARA SOBRECORRENTE POR MEIO DE FUSÍVEL OU OUTRO MEIO SUPERIOR; ACOMPANHA: CONTROLE DE DISPARO DE RAIOS X COM CABO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR; MANUAL DE INSTRUÇÕES E TUDO O NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM QUALQUER EQUIPAMENTO MÓVEL DE RAIOS X DE ODONTOLOGIA; COM UM CHIP CMOS OU TECNOLOGIA SUPERIOR QUE EVITA SATURAÇÃO MESMO EM CASO DE SOBRE-EXPOSIÇÃO, POSSUI CONEXÃO POR PORTA USB PARA COMPUTADOR DE TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; POSSUI CABO DE TAMANHO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR; O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL É REUTILIZÁVEL E PODE SER UTILIZADO COM O POSICIONADOR OU SEM O POSICIONADOR RADIOGRÁFICO. JUNTAMENTE COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL DEVE VIR O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LEITURA, EXIBIÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS ODONTOLÓGICAS; O SOFTWARE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO; O SOFTWARE DEVE SER POSSÍVEL EM INSTALAR EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTEBOOK QUE POSSUAM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE PROCESSADOR INTEL CELERON; DE MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 8GB DE RAM; COMPATÍVEL COM NO MÍNIMO WINDOWS 7 OU VERSÕES MAIS RECENTES; COM MONITOR DE RESOLUÇÃO 1024X768 OU SUPERIOR; O SOFTWARE DEVE PERMITIR EXPORTAR E IMPRIMIR IMAGENS EM FORMATO DICOM, PDF OU JPEG; ALÉM DE EDITAR E ELABORAR LAUDOS DE EXAMES. DEVE SER ENTREGUE COM A LICENÇA TOTAL SEM RESTRIÇÕES PARA OS USUÁRIOS. O SOFTWARE DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SISTEMA PAC'S DE IMAGENS MÉDICAS. UM POSICIONADOR RADIOGRÁFICO PARA TODOS OS DENTES PARA USO EM CONJUNTO DO SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL; FABRICADO EM MATERIAL POLICARBONATO E SILICONE ATÓXICO OU MATERIAL SUPERIOR; OFERTAR TREINAMENTO PARA OPERADORES EM HORÁRIO COMERCIAL DE FORMA PRESENCIAL; INCLUSIVE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO				
RESERVADA	25	416247	APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO MÓVEL. EQUIPAMENTO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO DIGITAL MÓVEL DESTINADO A REALIZAÇÃO DE EXAMES INTRAORAIS NA ÁREA ODONTOLÓGICA, UTILIZADO PARA MARCAÇÃO DE ESTRUTURAS DENTÁRIAS COM ALTA PRECISÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE DE IMAGEM RADIOLÓGICA; EQUIPAMENTO INDICADO PARA ENDODONTIA, ORTODONTIA E DIAGNÓSTICO PREVENTIVO; APARELHO DE RAIOS X COM BASE MÓVEL SOBRE 4 (QUATRO) RODÍZIOS DUPLOS, ONDE DUAS RODAS DEVEM POSSUIR SISTEMA DE TRAVA OU FREIO PARA MELHOR ESTABILIDADE; COLUNA CONSTRUÍDA EM AÇO COM PINTURA EPOXI. EQUIPAMENTO COM TENSÃO ELÉTRICA NO TUBO DE RAIOS X APROXIMADAMENTE DE 70kVp; CORRENTE DO TUBO DE APROXIMADAMENTE DE 7mA ou 8mA. EQUIPAMENTO DE BRAÇO ARTICULADOS PANTOGRÁFICOS QUE PERMITEM MOVIMENTOS VERTICALMENTE E HORIZONTALMENTE CONSTRUÍDO EM AÇO COM COBERTURA EM ABS INJETADO DE ALTO IMPACTO OU MATERIAL SUPERIOR, OS BRAÇOS DEVEM POSSUIR SISTEMA MECÂNICO PARA ESTABILIZAÇÃO E BALANCEAMENTO NA POSIÇÃO DESEJADA; COLIMADOR CILÍNDRICO OU RETANGULAR COM POSSIBILIDADE DE MOVIMENTO DE APROXIMADAMENTE DE NO MÍNIMO 300°(GRAUS) DE MOVIMENTO; TEMPO DE EXPOSIÇÃO AJUSTÁVEL ENTRE APROXIMADAMENTE ENTRE 0,05s a 3,5 s.; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ENTERRAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO OPERADOR E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E ISOLAMENTO EFICAZES MESMO EM USO INTENSO; FILTRAÇÃO TOTAL COM EQUIVALÊNCIA EM ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 1,5 mm OU SUPERIOR; PONTO FOCAL DE APROXIMADAMENTE 0,8mm x 0,8mm; DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SENSORES RADIOLÓGICOS DIGITAIS PARA ODONTOLOGIA; EQUIPAMENTO DEVE SER CONFORME AS NORMAS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-7, NBR IEC 60601-1-1-3; CONTROLE REMOTO CONECTADO AO PAINEL DE COMANDO CENTRAL COM CABO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR PARA EFETUAR DISPAROS E CONFIGURAÇÕES DE RAIOS X DE FORMA SEGURA; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE ÁGUA OU MATERIAL PERTICULADO NO MÍNIMO IPX0; POSSUI CÂMARA DE COMPENSAÇÃO NO CABEÇOTE QUE MANTÉM A PRESSÃO INTERNA ESTÁVEL; POSSUI PAINEL DE COMANDO DIGITAL NA COLUNA DE SUSTENTAÇÃO COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE NO MÍNIMO: QUILOVOLTAGEM (kV), MILIAMPERAGEM (mA), e TEMPO DE EXPOSIÇÃO (s); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA COM CABO DE FORÇA PADRÃO ABNT 14136 3 PINOS (2P+T); POSSUI SISTEMA DE SEGURANÇA PARA SOBRECORRENTE POR MEIO DE FUSÍVEL OU OUTRO MEIO SUPERIOR; ACOMPANHA: CONTROLE DE DISPARO DE RAIOS X COM CABO DE NO MÍNIMO	UNIDADE	6	R\$ 9.936,05	R\$ 59.616,30

			APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR ; MANUAL DE INSTRUÇÕES E TUDO O NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM QUALQUER EQUIPAMENTO MÓVEL DE RAO X DE ODONTOLOGIA; COM UM CHIP CMOS OU TECNOLOGIA SUPERIOR QUE EVITA SATURAÇÃO MESMO EM CASO DE SOBRE-EXPOSIÇÃO, POSSUI CONEXÃO POR PORTA USB PARA COMPUTADOR DE TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; POSSUI CABO DE TAMANHO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR; O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL É REUTILIZÁVEL E PODE SER UTILIZADO COM O POSICIONADOR OU SEM O POSICIONADOR RADIOGRÁFICO. JUNTAMENTE COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL DEVE VIR O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LEITURA, EXIBIÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS ODONTOLÓGICAS; O SOFTWARE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO; O SOFTWARE DEVE SER POSSÍVEL EM INSTALAR EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTEBOOK QUE POSSUAM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE PROCESSADOR INTEL CELERON; DE MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 8GB DE RAM; COMPATÍVEL COM NO MÍNIMO WINDOWS 7 OU VERSÕES MAIS RECENTES; COM MONITOR DE RESOLUÇÃO 1024X768 OU SUPERIOR; O SOFTWARE DEVE PERMITIR EXPORTAR E IMPRIMIR IMAGENS EM FORMATO DICOM, PDF OU JPEG; ALÉM DE EDITAR E ELABORAR LAUDOS DE EXAMES. DEVE SER ENTREGUE COM A LICENÇA TOTAL SEM RESTRIÇÕES PARA OS USUÁRIOS. O SOFTWARE DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SISTEMA PAC'S DE IMAGENS MÉDICAS. UM POSICIONADOR RADIOGRÁFICO PARA TODOS OS DENTES PARA USO EM CONJUNTO DO SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL; FABRICADO EM MATERIAL POLICARBONATO E SILICONE ATÓXICO OU MATERIAL SUPERIOR; OFERTAR TREINAMENTO PARA OPERADORES EM HORÁRIO COMERCIAL DE FORMA PRESENCIAL; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO				
EXCLUSIVA ME E EPP	26	436357	MICRÓTOMO ROTATIVO MANUAL DE PARAFINA PARA USO EM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA, PARA PRODUIR CORTES FINOS EM AMOSTRAS COM DIFERENTES GRAUS DE DUREZA, PARA APLICAÇÕES DE ROTINA LABORATORIAL DE HISTOPATOLOGIA. EQUIPAMENTO MANUAL. FAIXA DE AJUSTES DA ESPESSURA DE CORTES APROXIMADAMENTE DE 0,5 MM - 60MM ; AVANÇO DE AMOSTRA APROXIMADAMENTE 24MM (+/- 2) mm. ; CURSO VERTICAL APROXIMADAMENTE 70mm (+/- 1mm); VELOCIDADE DO AVANÇO REGULADA PELO USUÁRIO; POSSUI BANDEJA DE RESÍDUOS ; DEVE ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO : MANUAL DE INSTRUÇÕES DO USUÁRIO; SUPORTE DE NAVALHAS ; 01 CAIXA DE NAVALHAS DESCARTÁVEIS ; MORSO PORTA CASSETES OU PORTA BLOCOS; INCLUI INSTALAÇÃO E TREINAMENTO DO USUÁRIO ; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO. ACOMPANHA DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. PRODUTO ISENTO DE REGISTRO ANVISA.	UNIDADE	2	R\$ 39.233,81	R\$ 78.467,62
EXCLUSIVA ME E EPP	27	349673	AGITADOR DE KLINE. AGITADOR DE PLACAS MULTIFUNCIONAL, TIPO KLINE, VELOCIDADE REGULÁVEL COMPREENDIDA APROXIMADAMENTE ENTRE 0 E 230 RPM(+/-10RPM).; REALIZA AGITAÇÃO DE FORMA ORBITAL; CORPO CONSTRUÍDO EM AÇO REVESTIDO COM EPÓXI ELETROSTÁTICO, COM CONTROLADOR DE TEMPO COMPREENDIDO APROXIMADAMENTE ENTRE 1 A 90 MINUTOS, COM MOTOR COMPLETAMENTE SELADO, VELOCIDADE AJUSTÁVEL, NÍVEL DE RUÍDO APROXIMADAMENTE MENOR QUE 40 DB(+/- 5DB), BANDEJA REVESTIDA POR UMA BORRACHA RESISTENTE A CORROSÃO. CONTROLE DE AJUSTE DE VELOCIDADE E TEMPO DE FORMA ANALÓGICA POR KNOB OU POR DISPLAY; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 14136. ACOMPANHA DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES E TODOS DEMAIS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. PRODUTO ISENTO DE REGISTRO ANVISA.	UNIDADE	2	R\$ 1.575,00	R\$ 3.150,00
EXCLUSIVA ME E EPP	28	625457 (SIMILAR)	AUTOCLAVE DE BANCADA. AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 42 LITROS. GABINETE CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EM EPÓXI. CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU SUPERIOR REVESTIDA POR MATERIAL RESISTENTE AO CALOR. POSSUI NO MÍNIMO TRÊS BANDEJAS EM AÇO INOXIDÁVEL PERFURADAS QUE PERMITEM A CIRCULAÇÃO DO VAPOR. POSSUI TAMPA/PORTA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR COM ANEL DE VEDAÇÃO EM BORRACHA DE SILICONE RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS. POSSUI SELEÇÃO DE TEMPERATURA APROXIMADAMENTE ENTRE 120°C A 134°C. POSSUI CICLOS PRÉ-PROGRAMADOS DE FÁBRICA, PROGRAMÁVEIS DE ESTERILIZAÇÃO NO MÍNIMO ATÉ 60 MINUTOS E PARA TEMPO DE SECAGEM DE ATÉ 45 MINUTOS PELO MENOS. POSSUI PRECISÃO NO MONITORAMENTO DA TEMPERATURA ATRAVÉS DE SENSOR. EQUIPAMENTO DE FÁCIL INSTALAÇÃO SEM A NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. POSSUI RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE MÉDIA DE APROXIMADAMENTE 04 LITROS DE ÁGUA COM SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO E POSSIBILIDADE DE VÁRIOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO SEM NECESSIDADE DE REABASTECIMENTO. POSSUI PAINEL DE CONTROLE COM DISPLAY EM LCD OU SUPERIOR COM CHAVE ON/OFF, MANÔMETRO, DISPLAY EM LCD PARA VERIFICAÇÕES DE PROGRAMAS E CICLOS E TECLAS DE CONTROLE. POSSUI	UNIDADE	1	R\$ 8.012,65	R\$ 8.012,65

			DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE CASO A TEMPERATURA EXCEDA A TEMPERATURA PROGRAMADA. POSSUI SISTEMA DE VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO E FUSÍVEL CONTRA SOBRECORRENTE OU DISJUNTOR EMBUTIDO PARA PROTEÇÃO ELÉTRICA. ATENDE AS NORMA REGULAMENTADORA NR-13. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ. ACESSÓRIOS: MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE/ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. INCLUI INSTALAÇÃO. OFERTAR TREINAMENTO.				
EXCLUSIVA ME E EPP	29	418503 (SIMILAR)	ESTUFA DE SECAGEM. EQUIPAMENTO DE BANCADA PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM DE MATERIAL DE LABORATÓRIO. CONSTRUÍDA EXTERNAMENTE EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ OU AÇO INOXIDÁVEL. CONSTRUÍDA INTERNAMENTE EM AÇO INOX E FÁCIL ASSEPSIA. POSSUIR REVESTIMENTO INTERNO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS E ISOLAÇÃO ENTRE A CÂMARA INTERNA E EXTERNA EM LÃ OU FIBRA DE VIDRO. POSSUIR TEMPERATURA DE TRABALHO ENTRE TEMPERATURA AMBIENTE ATÉ APROXIMADAMENTE 250°C(+/- 5°C) CONTROLADO POR TERMOSTATO ELETRÔNICO. POSSUIR CONTROLE MICROPROCESSADO COM TERMÔMETRO NO PAINEL. CONTROLE E LEITURA DE TEMPERATURA VIA SENSOR COM RESOLUÇÃO DE APROXIMADAMENTE 0,1°C . VOLUME DA CUBA APROXIMADAMENTE DE 150L(+/- 5L) NO MÍNIMO. POTÊNCIA DE AQUECIMENTO ENTRE APROXIMADAMENTE 1000 A 1700 W. POSSUIR RESPIRO NA PARTE SUPERIOR PARA A SAÍDA DE GASES E AR. POSSUIR NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3(TRÊS) PRATELEIRAS REMOVÍVEIS DE AÇO INOX COM PERFURAÇÃO PARA CIRCULAÇÃO DE AR. POSSUIR CIRCULAÇÃO FORÇADA DE AR QUE GARANTA HOMOGENEIZAÇÃO DA TEMPERATURA. POSSUIR PÉS NIVELADORES DE BORRACHA.). ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR 14136. ACESSÓRIOS: MANUAL DE OPERAÇÕES DO EQUIPAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES,CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. OFERTAR TREINAMENTO.OFERECER INSTALAÇÃO.	UNIDADE	1	R\$ 4.845,00	R\$ 4.845,00
EXCLUSIVA ME E EPP	30	621959	CABO DE PACIENTE DE 04 VIAS PARA EQUIPAMENTO GRAVADOR HOLTER (ECG AMBULATORIAL) COMPATÍVEL COM O FABRICANTE CARDIOS MODELO CARDIO LIGTH (OU SUPERIOR). O CABO DE PACIENTE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO. CABO QUE SE CONECTA A ELETRODOS, DESTINADO PARA GRAVAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAFIA CONTINUA COM TRANSMISSÃO DE SINAIS DE ALTA FIDELIDADE. CONECTORES DO PACIENTE COM CODIFICAÇÃO POR CORES (BRANCO, VERMELHO , AMARELO E VERDE) DO TIPO SNAP (BOTÃO DE PRESSÃO) ; CONECTOR DO GRAVADOR COMPATÍVEL COM O FABRICANTE CARDIOS E MODELO CARDIO LIGTH; GARANTIA MÍNIMA 12 MESES FORNECIDA DE ACORDO COM O FABRICANTE. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	UNIDADE	20	R\$ 354,02	R\$ 7.080,40
EXCLUSIVA ME E EPP	31	460903	ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL. ASPIRADOR MÓVEL DE SECREÇÃO, EM ESTRUTURA METÁLICA, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, PINTURA EPOXI, RESISTENTE A LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA, MONTADO SOBRE 4 RODÍZIOS DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE DE 2"(POL) DE DIÂMETRO, SENDO DOIS RODÍZIOS COM FREIO, CONTENDO ALÇA NA PARTE SUPERIOR PARA LOCOMOÇÃO, CABEÇOTE QUE FACILITE A DISSIPACÃO DO CALOR, BOMBA COM MOTOR SILENCIOSO AUTO LUBRIFICADO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE APROXIMADAMENTE DE 1/4 HP, COM CHAVE LIGA/DESLIGA, COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INTERNO, ISENTA DE ÓLEO, COM OPÇÃO DE ACIONAMENTO POR PEDAL, FLUXO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE 24 L/MIN, VÁCUO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE 22 POL.HG, COM VACUÔMETRO GRANDE E DE FÁCIL LEITURA CALIBRADO ATÉ APROXIMADAMENTE DE 29 POL.HG, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO DO FRASCO, COM ALARME DE NÍVEL DO LÍQUIDO, SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA SUPERAQUECIMENTO DO MOTOR. ACOMPANHA 02 (DOIS) FRASCOS COM CAPACIDADE DE 2,5L OU FRASCO ÚNICO COM APROXIMADAMENTE 5L, EM PLÁSTICO REUTILIZÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, COM FRASCO COLETOR GRADUADO, COM MICROFILTRO DE AR CONTRA AGENTES PATOGENICOS. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14136. ACOMPANHA: BOMBA VÁCUO ASPIRADORA, 2 FRASCOS COLETORES DE 2,5L OU FRASCO ÚNICO COM APROXIMADAMENTE 5L, TUBO DE SUÇÃO AUTOCLAVÁVEL, MANGUEIRA EXTENSORA AUTOCLAVÁVEL, TAMPA PARA FRASCO COLETOR, TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, MANUAIS DE OPERAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO. INCLUI INSTALAÇÃO. INCLUI TREINAMENTO.	UNIDADE	4	R\$ 4.133,78	R\$ 16.535,12
EXCLUSIVA ME E EPP	32	444604	BATERIAS(PILHAS TIPO C) DE DIÓXIDO DE LÍTIO MANGANÊS PHOTO FLASH 123A 3V DOS DOS FABRICANTES DURACELL; SANYO OU VARTA OU SUPERIOR QUE SÃO COMPATÍVEIS TOTALMENTE COM OS DESFIBRILADORES EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) DO FABRICANTE ZOLL MODELO AED PLUS.	UNIDADE	100	R\$ 57,13	R\$ 5.713,00

EXCLUSIVA ME E EPP	33	319111	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL COM CAPACIDADE DE MEDIÇÃO PARA APROXIMADAMENTE NO MÁXIMO 3KG . DISPLAY DIGITAL EM LCD OU LED DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 5 DÍGITOS, POSSUI TECLAS DE NO MÍNIMO ON/OFF, ZERO E TARA; PLATAFORMA DE PESAGEM EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR; DIVISÃO DE APROXIMADAMENTE 1g(GRAMA); BASE EM MATERIAL PLÁSTICO(ABS) DE ALTA RESISTÊNCIA; PÉS REGULÁVEIS PARA COLOCAÇÃO EM MESA OU BANCADA DE FORMA NIVELADA; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA OU 220V MONOFÁSICA; ACOMPANHA FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA SEU PLENO FUNCIONAMENTO; ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES; DEVE POSSUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; DEVE POSSUIR O SELO DO INMETRO; DEVE SER HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM, CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO.	UNIDADE	1	R\$ 922,90	R\$ 922,90
EXCLUSIVA ME E EPP	34	377113	BILIRRUBINÔMETRO TRANSCUTÂNEO NÃO INVASIVO, PORTÁTIL, UTILIZADO PARA MENSURAR NÍVEL DE BILIRRUBINA NO TECIDO SUBCUTÂNEO DE RECÉM NASCIDOS (RNS). É INDICADO PARA TRIAGEM DE RECÉM NASCIDOS COM IDADE GESTACIONAL $\geq$ 24 SEMANAS, QUE NÃO TENHAM SIDO SUBMETIDOS A TRANSFUSÃO DE SANGUE OU FOTOTERAPIA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ PERMITIR A AVALIAÇÃO RÁPIDA E INDOLOR DA ICTERICIA NEONATAL POR MEIO DA ESTIMATIVA TRANSCUTÂNEA DA BILIRRUBINA, REDUZINDO A NECESSIDADE DE COLETAS SANGÜÍNEAS FREQUENTES E CONTRIBUINDO PARA O MONITORAMENTO CLÍNICO SEGURO DO RECÉM-NASCIDO. PODE SER UTILIZADO EM UTI NEONATAL, BERÇÁRIO (ALOJAMENTO CONJUNTO) E EM UNIDADES AMBULATORIAIS, EM PACIENTES COM ATÉ 14 DIAS DE VIDA. APRESENTAÇÃO DE NÍVEIS DE BILIRRUBINA EM MG/DL OU μ MOL/L, SENDO QUE AS MEDIÇÕES PODEM SER REALIZADAS NO ESTERNO OU NA TESTA DOS BEBÊS. AS MEDIDAS PODEM SER ÚNICAS OU MÚLTIPLAS, SENDO APRESENTADAS DE MANEIRA DIGITAL EM DISPLAY DE LCD OU TFT E INSTANTÂNEA NA TELA DO EQUIPAMENTO. INTERVALO DE MEDIÇÃO DE 0 A 20 MG/DL OU 0 A 340 μ MOL/L, COM PRECISÃO DE ERRO MÁXIMO APROXIMADO DE (+/- 1,5 MG/DL) OU +/- 25,5 μ MOL/L. SEM NECESSIDADE DE PONTEIRAS OU QUALQUER ACESSÓRIO DESCARTÁVEL. SUA FONTE DE LUZ COM LÂMPADA DE ARCO DE PULSO DE XENÔNIO PULSADA OU LED, COM VIDA ÚTIL DE APROXIMADAMENTE 150 MIL MEDIÇÕES. SENSORES COMPOSTOS POR FOTODIÓDOS DE SILÍCIO. POSSUI BATERIA INTERNA NIMH QUE PERMITE ATÉ 250 MENSURAÇÕES (QUANDO PLENAMENTE CARREGADO). A ALIMENTAÇÃO DO CARREGADOR/BASE EM 220V, 50/60 HZ, OU BIVOLT AUTOMÁTICO. POSSUI INDICADOR DE NÍVEL DE BATERIA . ACOMPANHADO DE MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS, BASE CARREGADORA COM VERIFICADOR INTEGRADO, ADAPTADOR AC, CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CABO USB E BASE CARREGADORA COM VERIFICADOR INTEGRADO, PERMITINDO AVERIGUAÇÃO DA LUZ (VALORES REFERÊNCIA). INTERFACE DE COMUNICAÇÃO POR MEIO DE USB OU OUTRO EQUIVALENTE. CONFORMIDADE COM NORMAS IEC 60601-1 E IEC 60601-1-2 OU EQUIVALENTES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA ACEITE DO EQUIPAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA. ITENS INCLUSOS: 01 EQUIPAMENTO BILIRRUBINÔMETRO TRANSCUTÂNEO PORTÁTIL 01 BASE CARREGADORA COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V OU BIVOLT AUTOMÁTICA 01 CABO DE USB OU EQUIVALENTE DE COMUNICAÇÃO 01 CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 01 MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA 01 CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO VÁLIDO E RASTREÁVEL PELA RBC	UNIDADE	2	R\$ 29.833,33	R\$ 59.666,66
VALOR TOTAL							R\$ 1.335.522,01

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Certame:

3.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame;

3.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido;

3.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

3.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

3.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no Art. 72, § 8º, V, da Lei nº. 9.605/1998;

3.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei nº. 8.429/1992;

3.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no Art. 9º, §1º, da Lei nº. 14.133/2021;

3.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o Art. 9º §1º, da Lei nº. 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

3.2.7. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº. 14.133/2021;

3.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezeses) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.

3.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº. 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que não incorro nas condições do Art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;**
- e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme Art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o Art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- g) Para fins do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º. Da Constituição Federal/88;**
- h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 11º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal/88;**
- i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº. 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. () sim, ME; () sim, EPP; () não, outros enquadramentos;**
- j) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.**

3.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

3.4.1. A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas.

CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> **UASG: 926809**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante

legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na LC nº. 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Simples de Tributação:

- a) Comprovação de opção pelo simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal:
<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>

II – Empresas não optantes pelo Simples de Tributação:

- a) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de denominada ECF – Escrituração Contábil Fiscal, juntamente com seu respectivo recibo de entrega;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do Contrato Social e suas alterações.

5.2. Os documentos relacionados no subitem 5.1 acima, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da instrução Normativa do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) nº. 103, publicada no D.O. (Diário Oficial) no dia 22 de maio de 2007.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal**, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Art. 43, §1º da LC 123/2006.

5.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.4 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei; sendo facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

5.6. Os documentos de comprovação da condição de beneficiária da Lei Complementar nº. 123/2006, quando apresentados pela licitante, deverá ser feito **junto com a que se refere o item 10 deste Edital**.

5.7. Os documentos apresentados acima não excluem a comprovação da **qualificação econômico-financeira**,

excetuando-se o caso de pronta entrega.

Para empresas enquadradas no item 5.1, I - poderá ser apresentado o **DEFIS**, para comprovação de **qualificação econômico-financeira**.

DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema com chave de acesso e senha, proposta de preços com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.3. Não será aceita a proposta que oferecer quantidade inferior a **100%** do que foi solicitado.

6.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.8.1. Prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6.8.2. Preço unitário e total do item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com até **4 (quatro) casas decimais**, considerando as quantidades constantes da planilha estimativa do presente Edital;

6.8.2.1. No preço cotado, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta Licitação.

6.8.3. Indicar o número desta licitação e conter o nome comercial da licitante, o CNPJ, o número de telefone, e-mail e o respectivo endereço ou Caixa Postal com CEP:

6.8.4. Ser emitida por processo mecânico, com identificação do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada e, ainda, rubricada em todas as folhas pelo proponente ou por seu representante legal;

6.8.5. Descrever detalhadamente todas as características do bem/produto/serviço ofertado, de acordo com as especificações contidas nos anexos deste Edital.

6.8.6. **Apresentar catálogos ou folder, quando couber.**

6.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que

sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.10. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

6.11. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

6.12. Não serão admitidas ofertas de produtos com especificação diferente do que foi solicitado.

ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.

7.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 1% (um por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances

intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível das licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e **reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação aos itens, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº. 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, quando for o caso.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60º da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas corridas**, envie a **proposta readequada (via sistema)** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, não sendo permitida a inclusão de documentos que deveriam constar já na fase de cadastramento de proposta/documentos de habilitação.

7.28.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.29. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30. As propostas de preços contendo a descrição do objeto, do valor e dos eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

7.31. A comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.32. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do *certame* na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

7.33. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública deste pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

7.34. Para o encaminhamento da proposta de preços dos materiais, objeto desta licitação, será exigido o preenchimento do campo **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, com as especificações do objeto de maneira que seja possível analisar a conformidade do objeto ofertado com as exigências do Edital.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no §9º do Art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019.

8.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado

(Acórdão nº. 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. A qualquer momento poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro)** horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 24h (vinte e quatro) horas corridas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Art. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas avaliando os preços obtidos para cada item e analisando o parecer técnico do solicitante sobre o(s) produto(s) oferecido(s), quando necessário.

9.2. O julgamento será efetuado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos bem como o cumprimento das exigências constantes do Termo de Referência, o Agente de Contratação/Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas.

DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas do licitante melhor classificado**, cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.2. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **24h (vinte e quatro)** corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

10.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.3.1. SICAF;

10.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

10.3.3. Certidão Negativa de Contas Irregulares (<https://spj.tce.pe.gov.br/spj-publico/#!/certidao-negativa-contas-irregulares>);

10.3.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei nº. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.3.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.3.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.3.7. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação;

10.3.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme o disposto nos Arts. 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018.

10.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.4.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

10.4.3. **O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme Art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.**

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. **A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para Habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão, salvo em casos de diligência conforme item 11 deste edital.**

DA HABILITAÇÃO JURIDICA

10.9. Documento Constitutivo:

- **Empresa Individual:**

* Registro Comercial.

- **Sociedades Empresárias em geral:**

* Ato constitutivo estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, a alteração social consolidada; devidamente registrados na Junta Comercial.

DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

10.10. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

10.10.1. Fotocópia do CNPJ/MF atualizado;

10.10.2. Prova de Regularidade para com:

a. **O FGTS;**

b. **A Fazenda Federal;**

b1. que deverá ser feita com a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão Negativa de Dívidas Ativas da União.

b2. que deve abranger a certidão previdenciária nos termos da Portaria MF 358 de 05/09/2014.

c. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (de acordo com Lei 12.440/2011), que poderá ser obtida através do endereço: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;

d. **A Fazenda Estadual** (da sede da licitante);

e. **A Fazenda Municipal** (da sede da licitante).

DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.11. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(Informações conforme Termo de Referência no item 7.4):

10.11.1. **Atestado(s)** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos compatível e pertinente com o objeto do certame, devendo conter as informações a seguir: nome do atestante, seu endereço e telefone, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter a razão social com o número do CNPJ, com a identificação do signatário e com a assinatura do responsável;

10.11.2. **Comprovação de Licença Sanitária vigente**, expedida pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL competente, quando cabível ao caso;

10.11.3. Comprovação da **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA**, vigente, expedida pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, para fabricantes e distribuidores de equipamentos médicos, conforme conforme estabelecem a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto Nº 8.077/2013

10.11.4. Comprovação do **REGISTRO, ou CADASTRAMENTO, ou ISENÇÃO DE REGISTRO** do(s) equipamento(s) ofertado(s) na AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Anvisa, do Ministério da Saúde - quando se tratar de itens relacionados a equipamentos médicos - conforme estabelecem a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto Nº 8.077/2013

10.11.5. Apresentar **descrição detalhada** do item ofertado e correlacionar com o registro apresentando do número do item correspondente neste ETP no Termo de Referência, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características editalícias.

10.11.6. A exigência de Atestados de Capacidade Técnica mencionada no ponto 10.11.1 **será restrita aos itens 4,20,21,22,24,25,26 e 34 conforme** Lei 14.133/21, Art. 67, § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a **4% (quatro por cento) do valor total estimado** da contratação.

DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.12.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica e / ou obtida eletronicamente nos sítios dos Tribunais de Justiça do Estado da sede da licitante, emitida há menos de **90 (noventa) dias da data designada no item 1.3**, e que esteja válida na data de abertura deste certame;

10.12.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais ou SPED, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- b) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.12.3. A empresa que apresentar resultado menor que 1,0 em qualquer dos índices referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

10.12.4. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso elas não contenham expressamente o prazo de validade, a **Administração** convencionou o prazo como sendo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

DA HABILITAÇÃO : DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

10.13. RELATIVOS AS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

10.13.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.6. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

DAS DILIGÊNCIAS

11.1. É facultada ao Agente de Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da **proposta de preços ou documentação de habilitação, exceto documento comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

11.2. Os documentos solicitados, a título de diligências, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, deverão ser encaminhados através da opção "enviar anexo" do Sistema no site www.gov.br/compras/pt-br, ou enviada através de correspondência eletrônica no e-mail ucsaudecuaru@gmail.com, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas corridas.

11.2.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

DA AMOSTRA

(Informações conforme Termo de Referência no item 4.3):

12.1. A exigência de amostra encontra amparo legal no Art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração exigir a apresentação de protótipo ou amostra no período de julgamento das propostas. A medida não constitui em si ato arbitrário, mas o exercício do poder discricionário vinculado à eficiência;

12.2. O fornecedor detentor da melhor proposta, quando solicitado, deverá fornecer no prazo de **03 (três) dias úteis**, informações detalhadas, folder, amostra (quando cabível ao item) ou catálogo técnico complementar do equipamento cotado, para subsidiar o parecer técnico.

12.3. A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Termo de Referência. Com a análise da amostra, pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá à necessidade da Secretaria de Saúde.

12.4. A SMS estabelece como critério para a avaliação, confrontar os materiais cotados com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos produtos.

12.5. A amostra poderá ser aberta e manuseada, sendo devolvida a empresa licitante, se requerida, no estado em que se encontrar ao final da análise técnica efetuada pelo setor solicitante.

12.6. A licitante que enviar a amostra e a mesma estiver em desacordo com as especificações ou apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado.

12.7. A amostra solicitada deverá ser entregue à Unidade de Contratação - Saúde (UC-SAÚDE) da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Av. Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru-PE, telefones: (81)3101-0238 ou (81)3101-0239, no horário das 8:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira.

12.8. A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido no item 12.2. acima, conforme descrição constante neste Termo de referência, será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

13.2. O recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.6. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.6.1. Nas hipóteses de **provimento de recurso** que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.6.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.6.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.6.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

13.6.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto licitado e homologará o procedimento licitatório.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou pedir esclarecimentos sobre este Edital.

15.2. As impugnações ou esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail ucsaudecuaru@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: **Unidade de Contratação Saúde – Secretaria Municipal de Saúde, Avenida Vera Cruz, 654 – 3º Andar, Bairro São Francisco Caruaru/PE – CEP: 55.008-000.**

15.3. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre os questionamentos no prazo de até **3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

15.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado deste certame, o Município de Caruaru convocará a licitante vencedora, para assinatura

da ARP/contrato, que se dará em até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

16.3. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar a ARP/contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

Conforme Termo de Referência no item 13:

16.4. A presente contratação tem vigência de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e sua duração observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/2021 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o FORNECEDOR REGISTRADO e/ou CONTRATADO;

b) demonstração de que o valor registrado em Ata e/ou da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do FORNECEDOR REGISTRADO e/ou contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

16.5. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

16.6. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

16.7. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados, conforme **Termo de Referência no item 10.1:**

FISCAL TITULAR/SMS	NOME: Diogo Feitosa Setúbal CARGO/FUNÇÃO: Engenheiro Clínico MATRÍCULA: 56154-4
FISCAL SUPLENTE I /SMS ATB	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues de Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenação de Saúde da Pessoa com Deficiência MATRÍCULA: 18053-3

FISCAL SUPLENTE II / SMS MAC	NOME: Amanda Cordeiro de Vasconcelos. CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Hospitalar MATRÍCULA: 56.281-8
GESTOR TITULAR/SMS	NOME: Taciana Angélica De Carvalho Silva CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA: 56199-8
GESTOR SUPLENTE/SMS	NOME: Luciana Ferreira Da Paz CARGO/FUNÇÃO: Gerente De Análise De Processos MATRÍCULA: 56198-5
GESTOR SSB - AME ANIMAL	NOME: Leonardo Júnior Barbosa de Matos CARGO/FUNÇÃO: Gestor - Ame Animal MATRÍCULA: 56.116-2
FISCAL SSB - AME ANIMAL	NOME: José Simonal Cardoso da Silva CARGO/FUNÇÃO: Coordenador Técnico/AME Animal MATRÍCULA: 55.977-2

16.7.1. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

16.7.2. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

16.8. Para assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM* s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

***Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

16.9. Da extinção da contratação e do cancelamento da ata de registro de preço: (Conforme Termo de Referência no item 14):

16.9.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretária Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

16.9.2. Na hipótese da transformação de ata em contrato, o Termo de Contrato poderá ser extinto:

16.9.2.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

16.9.2.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

16.9.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à prévia e ampla defesa.

16.9.4. O FORNECEDOR REGISTRADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de qualquer tipo de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

16.9.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- i. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. indenizações e multas.

16.10. Do reajuste e do reequilíbrio (Conforme Termo de Referência no item 15):

16.10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, neste caso, **15/06/2026**.

16.10.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados - conforme previsto no Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 - mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.10.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.10.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.10.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.10.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

DA SUBCONTRATAÇÃO E DOS CONSÓRCIOS

(Informações conforme Termo de Referência no item 5):

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

17.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação;

17.2.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto;

17.2.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s);

17.2.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

(Informações conforme Termo de Referência no item 17):

SMS:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	1.1011	Execução de Obras e Aquisição de Equipamentos para a Atenção Básica
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	Recursos de Operação e crédito
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aquisição de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Emenda Individual União
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	153	Recursos do SUS governo Estadual
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUT.AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMP.HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

SSB:

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:	65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
FUNÇÃO:	4 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	412 - GESTÃO DA SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL
AÇÃO:	1.139
DESPESA:	2135
ELEMENTO DA DESPESA:	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	101 - MSC - 1.501.0000 RECURSOS PRÓPRIOS

18.2. A presente contratação está em consonância com o planejamento estratégico e metas governamentais para o ano de 2026, conforme se observa na visão e objetivos estratégicos da Administração. Sendo assim, a demanda se encontra em alinhamento com as diretrizes de gestão da entidade, além de ter alinhamento com as peças orçamentárias.

DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

19.1. Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050, de 14 de julho de 2023**, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições transcritas abaixo:

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);

IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

a) Esta possui validade;

b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;

c) Está corretamente preenchida;

d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.

VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;

VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;

IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:

a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);

b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);

c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.

X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;

XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;

XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;

XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;

XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou

subcontratação fora das hipóteses legais;

XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;

XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;

XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:

- a) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;
- b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;
- c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;
- d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:

- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;
- b) Regularidade administrativa contratada;
- c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;
- d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;

II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;

III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;

IV - Controlar a vigência do contrato;

V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;

VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;

VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;

VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.

IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.

XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais

técnico, administrativo e setorial;

XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

§1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.

§2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(Informações conforme Termo de Referência no item 6):

20.1. Do Prazo de Entrega

20.1.1. Os itens serão entregues no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;

20.1.2. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

20.2. Local/Horário de Entrega

20.2.1. O local de entrega será o ALMOXARIFADO CENTRAL DA SMS, Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222 / 1416, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

20.3. Das Condições de Entrega

O objeto desta licitação será recebido conforme as instruções a seguir:

20.3.1. **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

20.3.2. **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

20.3.2.1. Na entrega dos itens serão verificados:

- i. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- ii. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas,

ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;

iii. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);

iv. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;

v. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;

vi. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;

vii. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

20.4. Da Substituição do Objeto

20.4.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

20.4.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

20.4.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

20.5.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

20.5. Da documentação necessária na entrega do objeto

20.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

- a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
- b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- c) A quantidade correspondente a cada lote.

20.6. Da Garantia dos Produtos

20.6.1. As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

DO PAGAMENTO

(Informações conforme Termo de Referência no item 12):

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

21.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

21.2. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

21.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

21.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

21.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

21.4.1. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

21.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

21.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

21.7. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

21.8. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

DAS PENALIDADES

(Informações conforme Termo de Referência no item 18)

22.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato;
- II - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total da ARP/contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de *contratação*, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da ARP/contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual.

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 22.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 22.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 22.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

22.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

22.7. Da Advertência

22.7.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;
- II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

22.8. Da Multa

22.8.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, na ARP/contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar a ARP/contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total da ARP/contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
- IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

22.8.2. Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

22.9. Do Impedimento de Licitar

22.9.1. Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;

V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respectiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Secretaria de Saúde de Caruaru, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação.

23.11. O Fundo Municipal de Saúde, poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 71 da Lei nº. 14.133/2021.

23.12. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.13. Declarações que não puderem ser comprovadas durante a análise documental, estarão sujeitas às penalidades previstas na legislação pertinente.

23.14. Caso a licitante apresente na proposta comercial, dispositivos, acessórios, softwares além dos que foram solicitados no Edital, os mesmos deverão ser entregues devidamente habilitados, sem nenhum ônus para este Fundo Municipal de Saúde.

23.15. A cópia do Edital e seus Anexos serão disponibilizados nos sítios: <https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/> ; www.saudecaruaru.pe.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/> **UASG: 926809**.

23.16 Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Agente de Contratação/Pregoeiro, no endereço eletrônico ucaudecaruaru@gmail.com, Unidade de Contratação da Secretaria de Saúde de Caruaru, localizada na Avenida Vera Cruz, 654, Bairro São Francisco, Caruaru-PE, CEP 55.008-000, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (081) 3101-0237, 3101-0238 e 3101-0239.



CARUARU
PREFEITURA

FORO

24.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desse processo de licitação será competente o foro da Comarca de Caruaru, não admitindo outra comarca por mais privilegiada que seja.

Caruaru/PE, 30 de julho de 2026.

Arachele de Oliveira Lima Santos
Agente de Contratação/Pregoeira





TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da Definição do Objeto

1.1.1. O presente termo de referência tem como objeto estabelecer os requisitos mínimos a serem atendidos no Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares e Acessórios/Peças/Componentes** resultantes como itens fracassados/desertos nos processos: **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0259/2025 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90253/2025 e P.L. Nº. 0020/2026-P.E. Nº. 90020/2026**, com inclusão de novos itens, a serem utilizados nas Redes de Atenção Básica e de Média/Alta Complexidade da SMS, e na AME ANIMAL, órgão adscrito à Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB), durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo dos itens, que constituem o ANEXO I deste Termo de Referência.

1.2. Da Classificação do Objeto

1.2.1. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 065, de 29 de agosto de 2023.

1.2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de *bens e serviços comuns*, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar correspondente.

1.3. Do Sistema de Registro de Preços

1.3.1 A presente contratação ocorrerá pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência.

1.3.2 Da adoção do Sistema de Registro de Preços

1.3.2.1. A presente contratação ocorrerá pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência;

1.3.2.2. O Sistema de Registro de Preços encontra-se amparado pela(s) hipótese(s) a seguir, de acordo com o **DECRETO Nº 035, DE 14 DE MARÇO DE 2024** - que *Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru* - mencionando em seu Art. 4º, inciso II:

“Art. 4º O Sistema de Registro de Preços (SRP) será adotado, em especial, quando:
(...)

II - For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa”

1.3.3 Da Justificativa da Dispensa da Intenção de Registro de Preços (IRP):

1.3.3.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade possibilitar à Administração a divulgação de suas

intencões de realizar licitação na modalidade Pregão, pelo sistema de Registro de Preços, permitindo a participação de outros órgãos governamentais interessados no mesmo objeto, otimizando recursos por meio de economia de escala.

1.3.3.2. Nos termos do § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do § 4º do art. 15 do Decreto Municipal nº 035/2024, é admitida a dispensa da IRP quando o órgão gerenciador for o único contratante ou quando o atendimento da demanda for incompatível com a tramitação do procedimento.

1.3.3.3. Em relação ao presente certame, não houve adoção da supracitada dispensa, pois houve divulgação da IRP, através do Memorando 45.900/2025, em 29 de agosto de 2025, emitido pela Gerência de Análise de Processos e Gestão de Contratos da SMS à Coordenação Técnica da AME Animal, órgão da Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB) da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC). O referido órgão demonstrou interesse de participação - no Despacho 2, no mesmo Memorando - encaminhando os respectivos itens e quantitativos necessários.

1.3.3.4. A dispensa da IRP visa assegurar a eficiência, economicidade e celeridade no atendimento das necessidades específicas do órgão gerenciador, garantindo que o processo licitatório seja concluído de forma célere e adequada às peculiaridades do objeto.

1.3.3.5. Nada impede a posterior adesão a Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 035/2024 em seu art. 17, IV:

"Art. 17. Na tramitação do IRP, caberá ao órgão gerenciador:
(...)

IV - Deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP ou de quantitativos atualizados, desde que seja apresentada justificativa sobre o descumprimento dos prazos."

1.4. Da Divisão por Cotas Prevista na Lei Complementar nº 123/2006

1.4.1. A presente licitação designará itens às seguintes cotas:

- a) COTA PRINCIPAL COM AMPLA CONCORRÊNCIA, podendo participar todos os interessados que atendam aos requisitos do Termo de Referência;
- b) COTA RESERVADA à participação de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 2014;
- c) EXCLUSIVA de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 2014;

1.4.1.1. Considera-se como "equiparadas" às micro e pequenas empresas: o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, observadas as condições de participação estabelecidas neste Termo de Referência;

1.4.1.2. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado para ambas as cotas o menor dos preços obtidos na fase de lances.

1.4.2. Esta legislação tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social, incentivando a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios. Não havendo incidência de qualquer uma das hipóteses do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Tal medida, amparada pela legislação vigente, reflete um compromisso com o crescimento equilibrado e a justiça social, contribuindo para um mercado mais dinâmico e inclusivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada a seguir:

2.1. A presente solicitação visa à aquisição futura de equipamentos médico-hospitalares dos itens fracassados referente aos pregões 90253/2025, 90020/2026 e inclusão de novos itens, para atender às demandas das Redes de Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, bem como da AME Animal, fortalecendo a estrutura existente e ampliando a capacidade de resposta dos serviços de saúde do município. Os itens solicitados são fundamentais para garantir diagnósticos precisos, terapias adequadas e condições seguras de atendimento, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade assistencial oferecida à população.

2.2. A contratação busca assegurar a padronização e a modernização dos serviços de saúde, proporcionando suporte técnico adequado aos profissionais e promovendo a integralidade do cuidado em diferentes níveis de complexidade. Além disso, a aquisição contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas de saúde, otimizando recursos, garantindo maior resolutividade nas unidades e viabilizando um ambiente de atendimento mais eficiente, e acessível.

2.3. É sabido que os equipamentos médicos dependem de uma infraestrutura adequada, pois são itens diversos com necessidades específicas, por isso é importante adquirir ferramentas, peças e componentes adequadas para cada tipo, facilitando assim o reparo e prevenindo acidentes. Para alguns deles será necessária a aquisição de peças originais ou no máximo, idênticas (compatíveis), para que se possa obter durabilidade, qualidade e eficiência do equipamento. Com isso, gera-se economia a longo prazo, já que peças originais ou idênticas (compatíveis) possuem um desempenho superior às demais e possuem garantia do fabricante devido a testes realizados, seguindo padrões de qualidade, viabilizando a assistência aos usuários do SUS e aumentando a durabilidade do parque tecnológico que a SMS possui.

2.4. Além disso, foram detectadas novas demandas por equipamentos nas Unidades de Saúde, que forma repassadas ao setor de Engenharia clínica, devido às novas necessidades que foram surgindo ao longo do tempo, como a abertura de novos estabelecimentos de saúde e reestruturação dos antigos, na Rede Municipal de Saúde, por exemplo.

2.5. A presente aquisição objetiva continuidade do atendimento às demandas de manutenção dos equipamentos existentes nas Unidades de Saúde da Atenção Especializada e Atenção Básica presentes na Rede Municipal de Saúde de Caruaru/PE, além de suprir a demanda por novos equipamentos, peças e componentes, que foi notificada pelas Unidades de Saúde ao setor de Engenharia Clínica da SMS.

2.6. Diante do exposto e da importância do objeto deste certame, considerando as necessidades identificadas pela Coordenação de Engenharia Clínica, faz-se necessária a presente aquisição, a fim de atender às necessidades da rede municipal de saúde, para que seja efetuada a manutenção dos equipamentos existentes e aquisição de novos itens correlacionados, em Unidades de Saúde da Atenção Especializada e Atenção Básica, da SMS, bem como da AME Animal (órgão adscrito à SSB) de Caruaru/PE, pelo período de 12(doze) meses.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução que melhor atende aos interesses da SMS, é a contratação mediante *PREGÃO ELETRÔNICO*, que visa estabelecer os requisitos mínimos a serem atendidos no Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares e Acessórios/Peças/Componentes** resultantes como itens fracassados/desertos nos processos: *PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0259/2025 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90253/2025 e P.L. Nº. 0020/2026-P.E. Nº. 90020/2026*, com inclusão de novos itens, a serem utilizados nas Redes de Atenção Básica e de Média/Alta Complexidade da SMS, e na AME ANIMAL, órgão adscrito à Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB), durante o período de 12 (doze) meses.

3.2. A aquisição dos itens em epígrafe é essencial para não haver descontinuidade dos serviços de saúde e, por consequência, gerar prejuízos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), além de prevenir prejuízo aos atendimentos fornecidos pela AME Animal/SSB.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Será recomendado ao FORNECEDOR REGISTRADO ou CONTRATADO, conforme previsão neste instrumento, que o mesmo deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, mediante orientações do art. 6º da IN/SLTI/MPOG nº01/2010 (Compras Sustentáveis).

4.2. Indicação de Marcas ou Modelos :

4.2.1. Não há exigências de marca(s) para os itens a serem adquiridos neste certame, contanto que sejam cumpridas as especificações presentes na descrição dos mesmos, que podem ser apreciadas no ANEXO I deste Termo de Referência.

4.3. Da Exigência de Amostra

4.3.1. As amostras - folder, amostra física (das peças e componentes) ou catálogo técnico complementar do equipamento cotado - devem ser apresentadas, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da solicitação do agente de contratação, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> , para subsidiar o parecer técnico no julgamento da proposta do licitante provisoriamente vencedor - atendendo ao disposto na Lei 14.133/2021, art. 17, § 3º c/c art. 41, inciso II e parágrafo único, art. 42, § 2º - sem ônus para a Administração;

4.3.2. A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta do licitante provisoriamente vencedor, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante neste Termo de Referência e no respectivo Edital. Com a análise da amostra, pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá à necessidade da Secretaria de Saúde.

4.3.3. A SMS estabelece como critério para a avaliação, confrontar os materiais cotados com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos produtos.

4.3.4. A amostra poderá ser aberta e manuseada, sendo devolvida a empresa licitante, se requerida, no estado em que se encontrar ao final da análise técnica efetuada pelo setor solicitante.

4.3.5. A licitante que enviar a amostra e a mesma estiver em desacordo com as especificações ou apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado.

4.3.6. A amostra solicitada deverá ser entregue à Unidade de Contratação - Saúde (UC-SAÚDE) da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Av. Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru-PE, telefones: (81)3101-0238 ou (81)3101-0239, no horário das 8:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta feira.

4.3.7. A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido no item 4.3.1. acima, conforme descrição constante neste Termo de referência, será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

4.4. Dos Requisitos Específicos:

4.4.1. REQUISITOS LEGAIS

- I. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- II. Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 55, IV.

- III. DECRETO Nº 058, DE 09 DE MAIO DE 2024, que *Regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Caruaru/PE
- IV. Lei 10.406/2002 – Código Civil.

4.4.2. REQUISITOS TÉCNICOS

4.4.2.1. Atendimento às Especificações Técnicas Mínimas:

- I. Fornecimento de itens novos, de primeira linha, **devidamente registrados na Anvisa/ Ministério da Saúde (quando necessário ao item)** e em conformidade com as normas técnicas vigentes;
- II. **Garantia mínima de 12 (doze) meses** para todos os itens adquiridos, com assistência técnica autorizada no território nacional (no tocante aos equipamentos);
- III. Disponibilização de manuais técnicos em língua portuguesa, impressos e/ou digitais, contendo instruções de instalação, uso e manutenção;
- IV. Treinamento e capacitação dos profissionais designados para a operação e manuseio dos equipamentos, **quando necessário ao pleno funcionamento do equipamento**;
- V. Entrega dos equipamentos nos prazos estabelecidos em edital, **com responsabilidade do fornecedor pelo transporte, instalação e funcionamento inicial**;
- VI. Suporte técnico para manutenção corretiva, durante o período de garantia **sem ônus para a administração pública**.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

5.2.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

5.2.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

5.2.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Do Prazo de Entrega

6.1.1. Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;

6.1.2. Caso não seja possível fornecer o(s) item(ns) na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Local/Horário de Entrega

6.2.1. O local de entrega será o ALMOXARIFADO CENTRAL DA SMS , Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222 / 1416, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

6.3. Das Condições de Entrega

O objeto desta licitação será recebido conforme as instruções a seguir:

6.3.1. **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

6.3.2. **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

6.3.2.1. Na entrega dos itens serão verificados:

- i. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- ii. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- iii. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);
- iv. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;
- v. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;
- vi. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;
- vii. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

6.4. Da Substituição do Objeto

6.4.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.4.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.4.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

6.5.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

6.5. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

- a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
- b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- c) A quantidade correspondente a cada lote.

6.6. Da Garantia dos Produtos

6.6.1. As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM - Em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, no que se refere ao Critério de Julgamento, nos termos do art. 33, I da lei 14.133/21 - com o escopo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo em relação aos itens deste instrumento, nesse sentido a Súmula Nº 247 do Tribunal de Contas da União.

7.2. Regime de execução

7.2.1 O regime de execução do registro de preços será PREÇO UNITÁRIO.

7.3. Modo de Disputa

7.3.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, tendo em vista que "Envolve a apresentação de lances públicos e sucessivos", conforme art. 56, I da lei 14.133/21.

7.4. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Técnica

- I. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional, especificamente para o fornecimento dos itens 4, 20, 21, 22, 24 e 26 - atendendo ao disposto no Art.67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 - emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior de equipamentos médico-hospitalares de características, quantidades e prazos compatíveis com os do objeto desta licitação.
- I. a Serão considerados compatíveis os atestados que demonstrem fornecimento de equipamentos com tecnologia, complexidade e porte equivalentes aos especificados neste termo de referência.
- II. Comprovação de Licença Sanitária vigente, expedida pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL competente, quando cabível ao item;
- III. Comprovação da AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA, vigente, expedida pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, para fabricantes e distribuidores de equipamentos médicos, conforme conforme estabelecem a Lei nº 6.360/1976¹ e o Decreto Nº 8.077/2013²;
- IV. Comprovação do REGISTRO, ou CADASTRAMENTO, ou ISENÇÃO DE REGISTRO do(s) equipamento(s) ofertado(s) na AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Anvisa, do Ministério da Saúde - quando se tratar de itens relacionados a equipamentos médicos - conforme estabelecem a Lei nº 6.360/1976¹ e Decreto Nº 8.077/2013²;
- V. Apresentar descrição detalhada do item ofertado e correlacionar com o registro apresentando do número do item correspondente neste ETP no Termo de Referência, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características editalícias.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;
- 8.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;
- 8.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

¹ BRASIL.MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei Nº 6.360 , de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm [acesso: 27/02/2025]

² BRASIL.MINISTÉRIO DA SAÚDE. Decreto Nº 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8077.htm [acesso em 27/02/2025]

- 8.4. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 8.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- 8.6. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade (quando aplicável ao item) e conforme garantia;
- 8.7. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;
- 8.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 8.9. Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas)**, os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;
- 8.10. Comunicar a Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;
- 8.11. Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;
- 8.12. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou da ARP/Contrato;
- 8.13. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- 8.13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 083, de 29 de julho de 2025, mantendo a regularidade dessas condições durante toda a vigência do contrato e apresentando à Administração, sempre que solicitado, a documentação comprobatória de seu cumprimento;
- 8.14. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;
- 8.15. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;
- 8.16. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail) ou outros dados;
- 8.17. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E/OU CONTRATANTE

- 9.1. Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

9.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;

9.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

9.4. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;

9.5. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

9.6. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

9.7. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;

9.8. Os quantitativos totais expressos neste termo de referência são estimativas e representam as previsões para as compras durante o prazo de **12 (doze) meses**.

10. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E GESTÃO DA ARP/CONTRATO

10.1. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores a seguir designados:

FISCAL TITULAR/SMS	NOME: Diogo Feitosa Setúbal CARGO/FUNÇÃO: Engenheiro Clínico MATRÍCULA: 56154-4
FISCAL SUPLENTE I /SMS ATB	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues de Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenação de Saúde da Pessoa com Deficiência MATRÍCULA: 18053-3
FISCAL SUPLENTE II / SMS MAC	NOME: Amanda Cordeiro de Vasconcelos. CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Hospitalar MATRÍCULA: 56.281-8
GESTOR TITULAR/SMS	NOME: Taciana Angélica De Carvalho Silva CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA: 56199-8
GESTOR SUPLENTE/SMS	NOME: Luciana Ferreira Da Paz CARGO/FUNÇÃO: Gerente De Análise De Processos MATRÍCULA: 56198-5
GESTOR SSB - AME ANIMAL	NOME: Leonardo Júnior Barbosa de Matos CARGO/FUNÇÃO: Gestor - Ame Animal MATRÍCULA: 56.116-2
FISCAL SSB - AME ANIMAL	NOME: José Simonal Cardoso da Silva CARGO/FUNÇÃO: Coordenador Técnico/AME Animal MATRÍCULA: 55.977-2

10.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo III e no Anexo IV do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

10.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

10.4. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado para os itens relacionados nesse Termo de Referência é de: **R\$ 1.335.522,01 (um milhão, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais, e um centavo)**, conforme custos unitários apostos em planilha constante no ANEXO I, deste Termo de Referência.

11.2. A estimativa do valor da contratação será acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado com base nos parâmetros da IN nº 65/2021 e na metodologia constante no DECRETO MUNICIPAL Nº 080, DE 05 DE OUTUBRO DE 2023, que regulamentou o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Caruaru.

11.3. O valor estimado para os itens relacionados neste Termo de Referência constitui-se pelos menores valores propostos pelas empresas participantes, e diligenciados conforme parâmetros métricos recomendados pelo TCE/PE, DECRETO MUNICIPAL Nº 80/2021 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 65/2021.

12. DO PAGAMENTO

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

12.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

12.2. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

12.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN nº 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

12.4.1. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

12.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

12.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

12.7. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

12.8. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

13. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATAÇÃO

13.1. A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021

13.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o FORNECEDOR REGISTRADO e/ou CONTRATADO;

b) demonstração de que o valor registrado em Ata e/ou da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do FORNECEDOR REGISTRADO e/ou contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

13.2. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

13.3. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE FORNECEDOR / DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretária Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

14.2. Na hipótese da transformação de ata em contrato, o Termo de Contrato poderá ser extinto:

14.2.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.2.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

14.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à prévia e ampla defesa.

14.4. O FORNECEDOR REGISTRADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de qualquer tipo de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. indenizações e multas.

15.DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, neste caso, **15/06/2026**.

15.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Gestão de Contratos, da Secretaria Municipal de Saúde - GDC-SMS através do e-mail: gestaodecontratos@saudecaruaru.pe.gov.br, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

15.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

16.DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicado a seguir:

SMS:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	1.1011	Execução de Obras e Aquisição de Equipamentos para a Atenção Básica
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	Recursos de Operação e crédito
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aquisição de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.



Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Invidual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Emenda Individual União
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	153	Recursos do SUS governo Estadual
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

SSB:

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:	65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
FUNÇÃO:	4 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	412 - GESTÃO DA SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL
AÇÃO:	1.139
DESPESA:	2135
ELEMENTO DA DESPESA:	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	101 - MSC - 1.501.0000 RECURSOS PRÓPRIOS

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato;
- II - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total da ARP/contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da contratação ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da ARP/contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da contratação ou da execução contratual.

18.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

18.6. Da Advertência

18.6.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

18.7. Da Multa

18.7.1. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, na ARP/contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar a ARP/contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do a ARP/contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;

IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

18.8. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

19.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente.

19.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

19.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que a dele advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao benefício do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

19.5. Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO I	Descrição dos itens e quantidades máximas da contratação
---------	--

Caruaru, 03 de julho de 2026.

Pollyane Costa Siqueira

SMS / Secretaria Executiva de Regulação e Atenção Especializada

David dos Santos Oliveira

SMS / Secretaria Executiva de Atenção Básica e Vigilância em saúde

Leticia Marianne Rodrigues Silva

SMS / Gerência Geral de Gestão

Daniel José Dos Santos

SSB / Secretaria Executiva de Bem Estar Animal

ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES MÁXIMAS DA CONTRATAÇÃO

COTAS	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES	ATB	MAC	SSB/ AME ANIMAL	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL R\$
AMPLA DISPUTA	1	374402	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL ADULTO: FABRICADA EM CHAPA DE AÇO CARBONO PINTADA PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA (PADRÃO); CAPACIDADE DE PESAGEM PARA APROXIMADAMENTE DE 200 Kg; E COM DIVISÕES APROXIMADAMENTE A CADA 50 GRAMAS; TAMANHO DA PLATAFORMA DE PESAGEM DE APROXIMADAMENTE 340 mm X 390 mm; COM RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PARA CAPACIDADE DE MEDIÇÃO PARA APROXIMADAMENTE ATÉ 2,00 M; E SENDO FABRICADA EM ALUMÍNIO ANODIZADO OU MATERIAL SUPERIORE, E COM MARCAÇÕES DE ALTURA A CADA 0,5 cm. POSSUI TAPETE ANTI-DERRAPANTE NA PLATAFORMA DE PESAGEM, DE MATERIAL EMBORRACHADO PARA MAIOR SEGURANÇA DA PESSOA QUE SERÁ PESADA; OS PÉS DE APOIO DA BALANÇA POSSUEM REGULAGEM PARA NIVELAMENTO DE ACORDO COM O PISO ONDE SERÁ INSTALADA POSSUI FUNÇÃO DE TARA; PAINEL DIGITAL COM NO MÍNIMO 6 DÍGITOS DE 7 SEGMENTOS E PONTO DECIMAL; TECLADO COM NO MÍNIMO BOTÕES DE ON/OFF, TARA E ZERAR; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO 90 A 240 V ou 220V MONOFÁSICO. ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; FONTE DE ALIMENTAÇÃO; E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVE POSSUIR O SELO DO INMETRO; DEVE SER HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM, CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO; DEVE POSSUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	10	6		16	R\$ 1.110,80	R\$ 17.772,80
AMPLA DISPUTA	2	385394	BALANÇA DIGITAL EM AÇO INOX OU VIDRO TEMPERADO COM CAPACIDADE DE CARGA MÁXIMA PARA MEDIÇÃO DE PESAGEM ATÉ APROXIMADAMENTE 180Kg(+/- 30Kg); DISPLAY EM LCD OU MATERIAL SUPERIOR; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA POR MEIO DE PILHAS OU BATERIA .HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM; DEVE ACOMPANHAR: PILHAS OU BATERIAS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA MÍNIMA POR 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; EQUIPAMENTO CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO.	UNIDADE	150	4	2	156	R\$ 152,49	R\$ 23.788,44
AMPLA DISPUTA	3	270970	BALANÇA DIGITAL PEDIÁTRICA COM DISPLAY EM LCD (OU SUPERIOR); E TECLADO DE MEMBRANA COM NO MÍNIMO TECLAS DE ON/OFF, TARA E ZERO; POSSUI CONCHA ANATÔMICA TOTALMENTE HIGIENIZÁVEL E ATÓXICA. EM POLIPROPILENO OU MATERIAL SUPERIOR; DEVE VIR COM COLCHÃO PRÓPRIO PARA A CONCHA ANATÔMICA; CAPACIDADE DE PESAGEM DE ATÉ APROXIMADAMENTE 15 Kg; COM DIVISÃO DE 2g OU 5g ou 10g. PÉS REGULÁVEIS EMBORRACHA DOS PARA ESTABILIZAÇÃO EM BANCADA OU MESA; FONTE AUTOMÁTICA DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT 110/220V. DISPLAY DIGITAL COM NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 5 DÍGITOS OU SUPERIOR E COM 7 SEGMENTOS; HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM; DEVE POSSUIR SELO DO INMETRO; CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO; ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E TODOS OS DEMAIS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	40	3	2	45	R\$ 764,88	R\$ 34.419,60



AMPLA DISPUTA									
	4	619313	CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE IMUNO BIOLÓGICO, VACINAS E TERMOLÁBEIS; EQUIPAMENTO VERTICAL, DE FORMATO COM CÂMARA EXTERNA EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430 OU 304 RETANGULAR, DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA ARMAZENAMENTO CIENTÍFICO DE VACINAS E TERMOLÁBEIS ; CAPACIDADE INTERNA MÍNIMA DE APROXIMADAMENTE: 342 LITROS ; REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR HERMÉTICO, SELADO, DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COM SISTEMA DE CIRCULAÇÃO FORÇADO DE AR INTERNO. ; DEGELO AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DE CONDENSADO.; EQUIPADO COM BLOCOS CRIOGÊNICOS PARA UNID 10 MANUTENÇÃO INERCIAL DA TEMPERATURA NA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA. ; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO DE TRÊS A QUATRO GAVETAS DESLIZANTES FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL COM CONTRA PORTAS DE VIDRO DUPLO COM SISTEMA ANTI EMBAÇANTE. ; PORTA DE VIDRO DUPLO E/OU TRIPLO TIPO NO FOG POR ACESSO VERTICAL. ; ISOLAMENTO TÉRMICO MÍNIMO APROXIMADAMENTE DE 70 mm NAS PAREDES EM POLIURETANO INJETADO EXPANDIDO LIVRE DE CFC. ; EQUIPADO COM 4 RODÍZIOS ESPECIAIS COM FREIO NA PARTE FRONTAL PARA FÁCIL TRAVAMENTO. ; PAINEL DE COMANDOS E CONTROLES FRONTAL SUPERIOR DE FÁCIL ACESSO, COM SISTEMA MICROPROCESSADO E COM DISPLAY EM LCD OU OUTRO MATERIAL SUPERIOR, PROGRAMÁVEL PARA MEDIÇÕES DE TEMPERATURA DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE D E 2°C A 8°C COM CONTROLE DE TEMPERATURA AUTOMATICAMENTE APROXIMADAMENTE A 4°C POR SOLUÇÃO DIATÉRMICA. ; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA TEMPORIZADA E EM LED DE ALTA CAPACIDADE E VIDA ÚTIL COM ACIONAMENTO NA ABERTURA DA PORTA OU POR MEIO DE BOTÃO EXTERNO DIRETO DO PAINEL. ; SISTEMA DE ALARME: VISUAL E SONORO DE PARA CONTROLE DE TEMPERATURA MÁXIMA E MÍNIMA , E FALTA DE ENERGIA OU PORTA ABERTA; DEVE POSSUIR SISTEMA DE BATERIA RECARREGÁVEL AUTOMATICAMENTE, QUANDO CONECTADO NA ENERGIA ; SILENCIADOR DO ALARME SONORO, DE APENAS UM TOQUE TAMBÉM NO PAINEL FRONTAL. ; SISTEMA DE REDUNDÂNCIA ELÉTRICO / ELETRÔNICO GARANTINDO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.;SISTEMA DE EMERGÊNCIA :PARA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA: POR MEIO DE SISTEMA DE BANCO DE BATERIA INTERNA QUE MANTENHA TODAS AS FUNÇÕES ELETROELETRÔNICAS, INCLUSIVE COMPRESSOR DE FRIO, POR UM PERÍODO DE NO MÍNIMO DE 36 HORAS EM CASO DE FALTA DE ENERGIA, COMO PARTE INTEGRANTE DO EQUIPAMENTO ;E SISTEMAS DE ALARMES, COM MONITORAMENTO DE 24 A 48 HORAS NA FALTA DE ENERGIA.; TAMPA FRONTAL BASCULANTE PARA LIMPEZA DO SISTEMA MECÂNICO E FILTROS. • CHAVE GERAL DE ENERGIA – LIGA DESLIGA. ; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DE TENSÃO 220V 50/60Hz MONOFÁSICO; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTADA APÓS A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE ACOMPANHAR TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA .	UNIDADE	4		4	R\$ 23.073,75	R\$ 92.295,00

AMPLA DISPUTA	5	600251	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS, VACINAS E TERMOLÁBEIS COM CAPACIDADE INTERNA APROXIMADA DE 120 LITROS TIPO VERTICAL, CONSTRUÍDO EM CÂMARA EXTERNA EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430 OU 304 OU SUPERIOR PARA EVITAR CORROSÃO E GERAR MAIOR DURABILIDADE DO EQUIPAMENTO. MONTADO SOBRE CHASSI METÁLICO E RODÍZIOS GIRATÓRIOS E COM TRAVA EM PELO MENOS 2 RODAS ; GABINETE INTERNO: CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL , DOTADO DE NO MÍNIMO COM 02 PRATELEIRAS/ GAVETAS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM PERFURAÇÃO HERMÉTICA E REGULAGEM DE ALTURA. TEMPERATURA DE TRABALHO: DE NO MÍNIMO DE 2° C E MÁXIMA DE 8° C, COM REGULAGEM EM PONTO FIXO DE TEMPERATURA EM 4°C, E COM POSSIBILIDADE DE AJUSTE PELO USUÁRIO. ILUMINAÇÃO: ILUMINAÇÃO INTERNA AUTOMÁTICA QUANDO DA ABERTURA DA PORTA OU TEMPORIZADA; REFRIGERAÇÃO: ATRAVÉS DE COMPRESSOR HERMÉTICO E SELADO DE BAIXO RUÍDO, ISENTO DE CFC; TECNOLOGIA DE RESFRIAMENTO COM DEGELO AUTOMÁTICO; PORTA: EM VIDRO TRIPLO TRANSPARENTE; COM SISTEMA ANTIEMBAÇANTE ("NO FOG"); ABERTURA VERTICAL E FECHAMENTO AUTOMÁTICO COM VEDAÇÃO DE PERFIL MAGNÉTICO ANTI EMBAÇANTE. PAINEL DE COMANDO: TIPO TECLADO EM MEMBRANA, MONTADO NA PARTE SUPERIOR DA CÂMARA;; A CÂMARA DEVE POSSUIR SISTEMA DE DE CHAVE GERAL ON/OFF, FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO PARA SOBRECORRENTE, TECLAS SOFTTOUCH, TERMOSTATO ELETRÔNICO MICROPROCESSADO COM MOSTRADOR DIGITAL DA TEMPERATURA E DOS PARÂMETROS DE PROGRAMAÇÃO, SISTEMA DE TRAVAMENTO DA PROGRAMAÇÃO, SISTEMA QUE RESTABELECE OS PARÂMETROS MESMO COM VARIAÇÃO BRUSCA DA ENERGIA. INDICAÇÃO VISUAL DE EQUIPAMENTO LIGADO, ENERGIA UTILIZADA, DE FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA E DESVIOS DE TEMPERATURA.; SISTEMA DE EMERGÊNCIA PARA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA: POR MEIO DE SISTEMA DE BANCO DE BATERIA INTERNA QUE MANTENHA TODAS AS FUNÇÕES ELETROELETRÔNICAS, INCLUSIVE COMPRESSOR DE FRIO, POR UM PERÍODO DE NO MÍNIMO DE APROXIMADAMENTE 36 HORAS EM CASO DE FALTA DE ENERGIA, COMO PARTE INTEGRANTE DO EQUIPAMENTO, ACOPLADAS NA PARTE INFERIOR DO EQUIPAMENTO, FACILITANDO AS MANUTENÇÕES E GERANDO MAIOR SEGURANÇA AOS USUÁRIOS; CONTROLADOR DA TENSÃO ELÉTRICA: ACESSÓRIO QUE MONITORA E ACIONA O SISTEMA DE EMERGÊNCIA CASO OCORRA INSTABILIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA, SUB OU SOBRE TENSÃO, ENVIANDO DADOS DE PERFORMANCE PARA O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DA CÂMARA. INTERFACE QUE PERMITE QUE AS CÂMARAS SE CONECTEM A COMPUTADORES EM REDE ATRAVÉS DE UMA CENTRAL DE MONITORAMENTO COM ENDEREÇO IP DO CONVERSOR É POSSÍVEL ACESSAR E GERENCIAR TODOS OS EQUIPAMENTOS EM REDE LOCAL PELA INTERNET. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DE TENSÃO 220V / 50/60Hz MONOFÁSICO ; DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA ; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTADAS APÓS A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE ACOMPANHAR TODOS OS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	UNIDADE	2	1	3	R\$ 13.067,63	R\$ 39.202,89
	6	415943 (SIMILAR)	DETECTOR FETAL PORTÁTIL, INDICAÇÕES EQUIPAMENTO COM INDICAÇÃO AMBULATORIAL PARA ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL CARACTERÍSTICAS: GABINETE EM PLÁSTICO COM ENCAIXE PARA O TRANSDUTOR DE ULTRASSOM; DISPLAY DIGITAL COLORIDO COM INDICAÇÃO DIGITALMENTE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA EM LCD OU TFT OU SUPERIOR; DISPÕE DE INDICADOR DE BATERIA FRACA; POSSUI SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS UM TEMPO SEM USO PARA ECONOMIA DA BATERIA ; POSSUI BOTÃO LIGA/DESLIGA E DE AJUSTE DE VOLUME; OPERA POR BATERIA OU PILHAS ; PERMITINDO O FUNCIONAMENTO PARA NO MÍNIMO ATÉ APROXIMADAMENTE 4 HORAS ININTERRUPTAS ; DETECÇÃO FETAL A PARTIR DE APROXIMADAMENTE 10 A 12 SEMANAS DE GESTAÇÃO; FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM: DE APROXIMADAMENTE 2 MHz (+/-10%) , FAIXA DE FREQUÊNCIA CARDÍACA DE NO MÍNIMO DE APROXIMADAMENTE 50 A 240 BPM (+/- 5BPM) OU SUPERIOR, POSSUI ALARME PARA BRADICARDIA E TAQUICARDIA; MOSTRADOR DISPLAY DEVE INDICAR: LCD (BATERIA FRACA, QUALIDADE DO SINAL, FREQUÊNCIA CARDÍACA) ACOMPANHA : TRANSDUTOR DE ULTRASSOM; FRASCO DE GEL PARA ULTRASSOM (MATERIAL DE CONSUMO), MANUAL DE OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS; ACOMPANHA PILHAS OU BATERIA PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. ALIMENTAÇÃO: ATRAVÉS DE PILHAS OU BATERIA, DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA ; DEVE POSSUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO ; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	UNIDADE	100	4	104	R\$ 460,88	R\$ 47.931,52

AMPLA DISPUTA	7	ELETROCARDIOGRAFO DIGITAL DE DISPLAY DE NO MINIMO 6,5" POLEGADAS OU SUPERIOR; POSSUIR TRÊS MODOS DE OPERAÇÃO: AUTOMÁTICO SIMULTÂNEO AQUISIÇÃO SIMULTÂNEA DAS 12 DERIVAÇÕES; REGISTRO AUTOMÁTICO COM DURAÇÃO CONFIGURÁVEL ENTRE 2,5 A 115; CENTRALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DO TRAÇADO. AUTOMÁTICO SEQUENCIAL AQUISIÇÃO DAS DERIVAÇÕES TRÊS A TRÊS, COM COMANDO DO OPERADOR PARA INÍCIO DOS REGISTROS; CENTRAL AUTOMÁTICA DO TRAÇADO. MANUAL REGISTRO COMANDADA PELO OPERADOR; CENTRAL MANUAL DO TRAÇADO COM INDICAÇÃO DA POSIÇÃO ATRAVÉS DE BARRA LUMINOSA. DERIVAÇÕES : D1 A V6 (12 DERIVAÇÕES) COM CABO DE 10 VIAS. SENSIBILIDADE: AJUSTÁVEL ENTRE N/2 E N E 2 N, PARA IMPRESSÃO: NO PRÓPRIO EQUIPAMENTO – ATRAVÉS DE CABEÇA TÉRMICA (PRINT HEAD) COM TRAÇADO DE ALTA RESOLUÇÃO, UTILIZANDO PAPEL TERMOREATIVO, DADOS IMPRESSOS AUTOMATICAMENTE : IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO (NÚMERO SEQUENCIAL), CAMPO PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, DATA E HORA ,NOME DA DERIVAÇÃO, GANHO, ESTADO DOS FILTROS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO, TRAÇADOS DE ECG, MENSAGEM DE ALERTA QUANDO A IMPRESSÃO É EFETUADA COM ALGUM ELETRODO SOLTO, NÚMERO DE SÉRIE DO EQUIPAMENTO QUE FEZ O REGISTRO (RASTREABILIDADE) MODOS DE REGISTRO DO ELETROCARDIOGRAFO: MANUAL (IMPREME/ PARA) AUTOMÁTICO SINULTÂNEO AUTOMÁTICO SEQUENCIAL DEVE TER PARAQUALQUER DOS MODOS ACIMA, A MEMORIZAÇÃO DO EXAME NA MEMÓRIA INTERNA, CONTROLADA PELO NÚMERO SEQUENCIAL DO EXAME. PARA OS MODOS AUTOMÁTICOS, SEQUENCIAL OU SIMULTÂNEO, DEVE CONFIGURAR O TEMPO DE DURAÇÃO DO REGISTRO EM: 2,5s, 5s, 8s OU 11s . VELOCIDADE DE REGISTRO DO ECG DE APROXIMADAMENTE: 12,5 , 25 E 50mm/S; TER MEMÓRIA INTERNA PARA NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE: 1000 REGISTROS OU SUPERIOR EM 12 DERIVAÇÕES; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220VOLTS 50/60 Hz MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICO COM BATERIA INTERNA COM AUTONOMIA DA BATERIA INTERNA DE NO MINIMO APROXIMADAMENTE 1 HORA DE FUNCIONAMENTO OU SUPERIOR; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO FILTROS DIGITAIS: DE TREMOR MUSCULAR/MOVIMENTOS; E FILTRO DE REDE PARA 50 OU 60HZ AC;AJUSTE AUTOMÁTICO DA LINHA DE BASE; DEVE POSSUIR TER CONEXÃO USB DO ELETROCARDIOGRAFO QUE POSSIBILITE SER CONECTADO A QUALQUER COMPUTADOR DESKTOP DE MESA OU PORTÁTIL; DEVE ACOMPANHAR O SOFTWARE PARA OBTENÇÃO DOS TRAÇADOS DE EXAMES E EMISSÃO DE LAUDOS MÉDICOS VIA SOFTWARE; O SOFTWARE DEVE SER FORNECIDO JUNTAMENTE COM O ELETROCARDIOGRAFO; TAMBÉM PERMITE A POSSIBILIDADE DE OPERAR EM REDE; PERMITE SINCRONIZAR OS TRAÇADOS ARQUIVADOS NA MEMÓRIA INTERNA DO EQUIPAMENTO COM O BANCO DE DADOS DO SOFTWARE INSTALADO NO COMPUTADOR; ATRAVÉS DO SOFTWARE DEVE SER PERMITIDO A IMPRESSÃO DO EXAME EM PAPEL A4; ANALISAR E IMPRIMIR DIVERSOS FORMATOS DO TRAÇADO DO ECG; EMITIR E IMPRIMIR O LAUDO; GRAVAR LONGOS TRECHOS EM 12 DERIVAÇÕES SIMULTÂNEAS; GERAR E EXPORTAR IMAGENS DO TRAÇADO PARA OUTROS PROGRAMAS, AULAS, ETC; SER POSSÍVEL LAUDAR EXAMES DE ECG OU PARA SEREM LAUDADOS DIRETAMENTE NO SOFTWARE; PERMITIR IMPRIMIR TODOS EXAMES DE ECG EM UMA IMPRESSORA LOCAL OU CONECTADA NA EM REDE EM DIVERSOS FORMATOS DE EXTENSÃO DE ARQUIVOS (PDF, JPEG, DICOM, BMP, PNG E ETC); TER COMO VERIFICAR EXAMES ANTERIORES; VERIFICAR EXAMES COM OU SEM LAUDO E ATÉ MESMO LAUDAR POSTERIORMENTE ; OS TRAÇADOS GRAVADOS NO BANCO DE DADOS DO SEU FUTURO ELETROCARDIOGRAFO; O ELETROCARDIOGRAFO DEVE POSSUIR NO MÍNIMO DUAS PORTAS USB; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO UMA ENTRADA DE CONEXÃO DE REDE ; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO UM CONECTOR PARA IMPRESSORA LOCAL; ; DEVE POSSUIR A GARANTIA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ; DEVE SER ACOMPANHAR I OS ACESSÓRIOS: 01 CARRO PARA ELETROCARDIOGRAFO DE NO MINIMO 4 RODIZIOS COM TRAVAMENTO EM PELO MENOS 2 RODAS, E COM CESTO PARA GUARDAR O CABO DE ECG; NO MÍNIMO 02 CABOS PARA ECG DE PACIENTE DE 10 VIAS DE PLUG BANANA; NO MÍNIMO 02 KIT'S COM 06 ELETRODOS PRECORDIAIS TIPO VENTOSAS(PERA); NO MÍNIMO 02 CONJUNTOS COM 04 ELETRODOS(CARDIOCLIPES) PARA MEMBROS DE COLORAÇÃO PADRÃO INTERNACIONAL DE CORES, TIPO CLIP; NO MÍNIMO 04 ROLOS DE PAPEL DE TERMOSSENSÍVEL COMPATÍVEL COM A IMPRESSORA DO ELETROCARDIOGRAFO; NO MÍNIMO 02 CABOS USB DE PARA TRANSMISSÃO DE DADOS DE EXAMES COMPATÍVEL COM O ELETROCARDIOGRAFO; 01 MANUAL DE INSTRUÇÃO; ACOMPANHA NO MÍNIMO 01 SOFTWARE DE ECG COMPATÍVEL PARA SISTEMA WINDOWS EM VERSÕES RECENTES COM TODAS LICENÇAS E SENHAS DISPONIBILIZADAS; SOFTWARE PARA CAPTAÇÃO DE EXAMES DO APARELHO DE ECG , IMPRESSÕES E REALIZAÇÕES DE LAUDOS. ; DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA ; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; DEVE SER REALIZADO TREINAMENTOS E INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DO SOFTWARE PARA USUÁRIOS.	UNIDADE	2	1	3	R\$ 6.210,17	R\$ 18.630,51
---------------	---	--	---------	---	---	---	--------------	---------------

AMPLA DISPUTA	8	615519 (SIMILAR)	ELETOENCEFALOGRAFO, PARA EXAMES DE VIDEO-EEG EQUIPAMENTO MODULAR COMPOSTO POR UNIDADE DE AQUISICAO E UNIDADE DE TRABALHO; A UNIDADE DE AQUISICAO DEVE POSSUIR AS SEGUINTE CARACTERISTICAS MINIMAS: POSSUIR SISTEMA INTEGRADO COMPLETO DE VIDEO-EEG; - SISTEMA COM NO MINIMO APROXIMADAMENTE 25 CANAIS MONOPOLARES DE EEG; POSSUIR CONVERSOR A/D COM RESOLUCAO IGUAL OU MAIOR QUE 14 BITS; - POSSUIR TAXA DE AMOSTRAGEM DOS CANAIS DE AQUISICAO DE EEG IGUAL OU MAIOR 1 KHZ - POSSUIR REJEICAO DE MODO COMUM IGUAL OU MAIOR QUE 80DB; A UNIDADE DE TRABALHO DEVE POSSUIR AS SEGUINTE CARACTERISTICAS MINIMAS: - POSSUIR TODOS OS HARDWARES, SOFTWARES, LICENCAS E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A AQUISICAO, GRAVACAO, ANALISE E INTERPRETACAO DE RESULTADOS DE EXAMES DE VIDEOEEG; - DEVE MONITORIZAR DE FORMA CONTINUA E SINCRONIZADA O TRACADO ELETOENCEFALOGRAFICO E DO VIDEO; - PERMITIR A INSERCAO DE DADOS DO PACIENTE; - APRESENTAR EM TELA O SINAL DE EEG ADQUIRIDO; - PERMITIR A TRANSMISSAO DE EXAMES VIA INTERNET; - PERMITIR A EMISSAO DE RELATORIO E LAUDOS. - POSSUIR NO MINIMO OS SEGUINTE ACESSORIOS: - 01 CAMERA DE VIDEO; - 01 MESA, PARA A UNIDADE DE TRABALHO E SEUS ACESSORIOS, COM RODAS PARA MOVIMENTACAO E TRAVA EM NO MINIMO 02 RODAS; - 02 UNIDADES DE FRASCOS DE GEL CONDUTOR; - 01 SUPORTE PARA A UNIDADE DE AQUISICAO; - 03 CONJUNTOS COMPLETES DE ELETRODOS REUTILIZAVEIS; 01 TOUCA ESPECIFICA PARA CONEXÃO DE ELETRODOS - 01 COMPUTADOR TIPO DESKTOP OU NOTEBOOK COM AS CONFIGURACOES MINIMAS: PROCESSADOR DE NO MINIMO 3.0 GHZ OU SUPERIOR, HD OU SSD DE NO MINIMO 500GB OU SUPERIOR, MEMORIA DE NO MINIMO 4 GB OU SPERIOR, PLACA DE VIDEO DEDICADA DE DE NO MINIMO 1 GB OU SUPERIOR, GRAVADOR DE DVD, ; E INSTALADOS OS SOFTWARES DEDICADOS PARA CAPTAÇÃO E ANÁLISE DE EXAMES COM TODAS AS LICENCAS MINIMOS (COM LICENCA SEM RESTRICAO DE TEMPO) SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS E MICROSOFT OFFICE (EM SUAS VERSOES MAIS RECENTES); - 01 TECLADO ABNT 2 (EM CASO DE DESKTOP); - 01 MOUSE OPTICO; - 01 MONITOR DE NO MINIMO 15 POLEGADAS ; - 01 IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA USB COM RESOLUCAO DE NO MINIMO APROXIMADAMENTE 1200 DPI E VELOCIDADE DE IMPRESSAO, EM ALTA RESOLUCAO, DE NO MINIMO 19 PPM; - 10 TONERS COMPATIVELIS COM A IMPRESSORA FORNECIDA; - 01 NO-BREAK, COM ENTRADA BIVOLT AUTOMATICO OU 220V 50/60Hz (OU DE ACORDO COM TENSÃO DA UNIDADE CONTEMPLADA) E SAIDA DE ACORDO COM O EQUIPAMENTO OFERTADO. NOBREAK DEVE SER DIMENSIONADO PARA ASSUMIR A CARGA DO SISTEMA COMO UM TODO (EQUIPAMENTO, COMPUTADOR E SEUS ACESSORIOS) POR NO MINIMO APROXIMADAMENTE 01 HORA; ACESSORIOS: DEVEM SER ENTREGUES COM O PRODUTO TODOS OS CABOS, CONECTORES, ADAPTADORES E DEMAIS ITENS NECESSARIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO CONJUNTO OFERTADO; DEVEM SER ENTREGUES OS MANUAIS DE OPERACAO, EM PORTUGUES. . GARANTIA DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURACAO MINIMA DE 01 (UM) ANOS A CONTAR DA DATA DE ACEITACAO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO-SE POR ACEITACAO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZACAO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERACAO , COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTA OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDICAOES DE NORMALIDADE. DEVE POSSUIR REGISTRO - ANVISA / MINISTERIO DA SAUDE NORMALIZACAO: O EQUIPAMENTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODAS AS LEGISLACOES E REGULAMENTOS VIGENTES QUE SE APLIQUEM A ELE. ESTA SECRETARIA PODE EXIGIR, A QUALQUER MOMENTO, SE JULGAR NECESSARIO, COMPROVACAO DE QUE O EQUIPAMENTO ESTA DE ACORDO COM NORMA OU LEGISLACAO VIGENTE ESPECIFICA DO EQUIPAMENTO. . MANUAL EM LINGUA PORTUGUESA. INSTALACAO E TREINAMENTO OPERACIONAL INCLUSOS. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO NORDESTE. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220V 50/60 Hz MONOFÁSICA. OU BIVOLT AUTOMÁTICA.	UNIDADE	01	1	R\$ 26.699,91	R\$ 26.699,91
	9	415929 (SIMILAR)	NEBULIZADOR COM 04 (QUATRO SAÍDAS). NEBULIZADOR PARA INALAÇÃO COMPANHADO DE ADAPTADOR PARA 4 SAIDAS IMULTANEAS; E 4 KITS DENEbulIZAÇÃO, MOTOR DE NO MINIMO APROXIMADAMENTE 1/4 C.V. OU SUPERIOR. COM FLUXO DE AR NO MINIMO DE APROXIAMDAMENTE 7,5 L / MIN OU SUPERIOR. E PRESSÃO DE NO MINIMO APROXIMADAMENTE 30 PSI OU SUPERIOR. GARANTIA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO. DEVE POSSUIR PEDESTAL COM 4 RODÍZIOS PARA FIXACAO DO NEBULIZADOR SENDO 2 RODÍZIOS COM TRAVAS. DEVEM ACOMPANHAR TODOS OS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO (04 MÁSCARAS DE NEBULIZAÇÃO ADULTO; 04 MÁSCARAS DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL ; 04 COPOS DE NEBULIZAÇÃO; 01 CABO DE FORÇA; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES E 04 MANGUEIRAS DE PVC ATÓXICO) . ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA . DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	UNIDADE	10	10	R\$ 1.711,35	R\$ 17.113,50

AMPLA DISPUTA	10	376088	OTOSCOPIO: OTOSCOPIO CLÍNICO PORTÁTIL, DESTINADO À AVALIAÇÃO DO CANAL AUDITIVO EXTERNO E MEMBRANA TIMPÂNICA, PARA USO EM ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS, HOSPITALARES E ATENÇÃO BÁSICA; EQUIPAMENTO PORTÁTIL, DE USO MANUAL, ERGONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DIRETA OU POR FIBRA ÓPTICA, PROPORCIONANDO ILUMINAÇÃO HOMOGÊNEA E SEM SOMBRAS; FONTE DE LUZ COM TECNOLOGIA LED DE ALTA EFICIÊNCIA E DE LONGA DURABILIDADE; ACOMPANHA : ESPÉCULOS AURICULARES REUTILIZÁVEIS , EM DIFERENTES TAMANHOS (MÍNIMO: 2,5 MM, 3,0 MM E 4,0 MM); DEVEM SER FORNECIDOS NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE ESPÉCULOS DE 2,5 MM; DEVEM SER FORNECIDOS NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE ESPÉCULOS DE 3,0 MM ; DEVEM SER FORNECIDOS NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE ESPÉCULOS DE 4,0 MM COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO; POSSUI SISTEMA DE VEDAÇÃO ADEQUADO PARA REALIZAÇÃO DE TESTE PNEUMÁTICO; POSSUI CABO METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE; ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS PADRÃO (AA OU C) OU BATERIA RECARREGÁVEL; INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA INTEGRADO AO CABO; CONEXÃO FIRME ENTRE CABO E CABEÇOTE, COM ENCAIXE SEGURO E PADRONIZADO; DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA; DEVE POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÕES; ACOMPANHA PILHAS OU BATERIAS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	UNIDADE	10	10	4	24	R\$ 441,71	R\$ 10.601,04
AMPLA DISPUTA	11	397150	RESTRITOR PARA CONTENÇÃO DE PACIENTES PARA PUNHOS COM A FINALIDADE DE CONTER PACIENTES AGITADOS EM MACAS OU CAMAS. MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS HOSPITALARES. SISTEMA DE FÁCIL REGULAGEM E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FECHO ENGATE DE ALTA QUALIDADE. A FIXAÇÃO EM PRANCHAS E MACAS DO SAMU COM ALÇA REGULÁVEL. MATERIAL RESISTENTE. PARTE INTERNA COM MATERIAL DE "E.V.A" MACIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 mm DE ESPESSURA COM ESPUMA DE APROXIMADAMENTE DE 1 cm DE ESPESSURA COM DENSIDADE COMPATÍVEL PARA PUNHOS , PROPORCIONANDO CONFORTO E IMPEDINDO LESÃO AO PACIENTE. ; DEVE CONTER NO MÍNIMO UM KIT COM 01(UM) PAR PARA PUNHOS	UNIDADE		30		30	R\$ 189,33	R\$ 5.679,90
AMPLA DISPUTA	12	617991	RESTRITOR PARA CONTENÇÃO DE PACIENTES DE TORAX COM A FINALIDADE DE CONTER PACIENTES AGITADOS EM MACAS OU CAMAS. MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS HOSPITALARES. SISTEMA DE FÁCIL REGULAGEM E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FECHO ENGATE DE ALTA QUALIDADE. A FIXAÇÃO EM PRANCHAS E MACAS DO SAMU COM ALÇA REGULÁVEL. MATERIAL RESISTENTE. PARTE INTERNA COM E MACIO DE APROXIMADAMENTE 3 mm DE ESPESSURA COM ESPUMA DE APROXIMADAMENTE DE 1 cm DE ESPESSURA COM DENSIDADE COMPATÍVEL PARA O TÓRAX, PROPORCIONANDO CONFORTO E IMPEDINDO LESÃO AO PACIENTE	UNIDADE		30		30	R\$ 190,00	R\$ 5.700,00
AMPLA DISPUTA	13	397150	RESTRITOR DE MOVIMENTOS PARA CONTENÇÃO DE TORNOZELOS COM A FINALIDADE DE CONTER PACIENTES AGITADOS. MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS HOSPITALARES. SISTEMA DE FÁCIL REGULAGEM E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FECHO ENGATE DE ALTA QUALIDADE. A FIXAÇÃO EM PRANCHAS E MACAS DO SAMU COM ALÇA REGULÁVEL. MATERIAL RESISTENTE. PARTE INTERNA COM MATERIAL MACIO DE APROXIMADAMENTE 3 mm DE ESPESSURA COM ESPUMA DE APROXIMADAMENTE 1 cm DE ESPESSURA COM DENSIDADE COMPATÍVEL PARA TORNOZELOS, PROPORCIONANDO CONFORTO E IMPEDINDO LESÃO AO PACIENTE. DEVE CONTER 01 PAR PARA TORNOZELOS.	UNIDADE		30		30	R\$ 189,33	R\$ 5.679,90
AMPLA DISPUTA	14	441163 (SIMILAR)	DESUMIDIFICADOR DE AR PARA USO EM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE - PORTÁTIL, DE CORPO PLÁSTICO ABS, COM POTENCIA DE CONDENSAÇÃO MÍNIMA DE APROXIMADAMENTE 50L/ DIA OU SUPERIOR, PARA SER UTILIZADO EM AMBIENTE MEDINDO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 30cm X 40cm X 54cm , COMPOSTO DE PAINEL DIGITAL, CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO MÍNIMO DE APROXIMADAMENTE 5L OU SUPERIOR, GÁS ECOLÓGICO. POSSUI DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE RESERVATÓRIO CHEIO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V 50/60Hz MONOFÁSICO OU BIVOLT AUTOMÁTICO, DEVE SER PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA OU OUTRA COR CLARA.	UNIDADE		3		3	R\$ 9.039,97	R\$ 27.119,91

AMPLA DISPUTA	15	367710 (SIMILAR)	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA. RÉGUA DE MEDIR ALTURA (ANTROPOMÉTRICA) RÉGUA EM MADEIRA DESMONTÁVEL (2 PARTES QUE SE ENCAIXAM COM PRECISÃO), FERRAGENS CROMADAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO, BASE DE SUSTENTAÇÃO METÁLICA DESTACÁVEL, CAMPO DE USO DE 0,35 ATÉ 2,13M, CURSOR COM INDICAÇÃO PARA LEITURA LATERAL, LEVE E APROPRIADO PARA O TRANSPORTE, ACOMPANHA BOLSA COM ALÇA PARA TRANSPORTE.	UNIDADE	67		67	R\$ 154,00	R\$ 10.318,00	
AMPLA DISPUTA	16	386479	TERMÔMETRO TIPO: LASER DIGITAL. FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA: - 50°C A 200 °C ELEMENTO EXPANSÃO: INFRAVERMELHO. MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR CRISTAL LÍQUIDO, TEMPERATURA AMBIENTE 50°C. PRECISÃO: +/- 2 °C ALIMENTAÇÃO: PILHA; ACOMPANHA PILHAS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	67	5	4	76	R\$ 113,00	R\$ 8.588,00
AMPLA DISPUTA	17	300473	BATERIA ALCALINA DE 9V CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 9V. - DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: 6LR61. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTOS NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS BATERIAS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS BATERIAS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS; DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE BATERIA; COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÃO POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: RAYOVAC, ENERGIZER, ELGIN ,PANASONIC, SONY.	UNIDADE		100		100	R\$ 13,87	R\$ 1.387,00
AMPLA DISPUTA	18	419860	PILHA ALCALINA 1,5 V TAMANHO AAA (PALITO) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,5V. - DEVERÃO SER DO TAMANHO AAA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR03. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTAS NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL.. - AS PILHAS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS; DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AAA); VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÃO POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: RAYOVAC, ENERGIZER, PANASONIC, ELGINSONY OU DURACELL	UNIDADE		100		100	R\$ 2,29	R\$ 229,00
AMPLA DISPUTA	19	341044	PILHA ALCALINA 1,5V TAMANHO AA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,5V. - DEVERÃO SER DO TAMANHO AA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR6. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTA NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS PILHAS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS; DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AA); COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÃO POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: RAYOVAC, ENERGIZER, ELGIN, PANASONIC, SONY OU DURACELL	UNIDADE		100		100	R\$ 2,40	R\$ 240,00
AMPLA DISPUTA	20	349499 (SIMILAR)	APARELHO PROCESSADOR AUTOMÁTICO DE TECIDOS PARA LABORATÓRIO. EQUIPAMENTO DESTINADO AO PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE AMOSTRAS HISTOLÓGICAS, COMPREENDENDO AS ETAPAS DE DESIDRATAÇÃO, DIAFANIZAÇÃO E INFILTRAÇÃO EM PARAFINA, PARA USO EM LABORATÓRIOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA, HISTOLOGIA. PROCESSADOR AUTOMÁTICO DE TECIDOS, TIPO CARROSSEL OU SISTEMA CIRCULAR EQUIVALENTE, COM MOVIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA DAS CESTAS ENTRE OS BANHOS.; OPERAÇÃO AUTOMÁTICA, COM CONTROLE ELETRÔNICO; .ESTRUTURA ROBUSTA, ESTÁVEL, RESISTENTE À AÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS UTILIZADOS EM HISTOLOGIA. FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL, ADEQUADO À ROTINA LABORATORIAL;CAPACIDADE MÍNIMA PARA 10 ESTAÇÕES DE PROCESSAMENTO, SENDO: NO MÍNIMO 8 ESTAÇÕES PARA REAGENTES ;NO MÍNIMO 2 ESTAÇÕES PARA PARAFINA AQUECIDAS DE FAIXA DE TEMPERATURA APROXIMADAMENTE DE 45° C A 75°C COM CORTE DE TEMPERATURA EM EXCESSO EM 75°C (+/-5°C). ;CAPACIDADE	UNIDADE		2		2	R\$ 70.524,17	R\$ 141.048,34

			INDIVIDUAL DOS RECIPIENTES DE REAGENTES DE APROXIMADAMENTE ENTRE 1,0 A 1,8 LITROS, EM RECIPIENTES RESISTENTES A SOLVENTES QUÍMICOS COM BÉQUER DE VIDRO SEM BICOS E COM SUPORTES. BANHOS DE PARAFINA COM CONTROLE DE TEMPERATURA DE FORMA INDIVIDUAL.; CAPACIDADE MÍNIMA DE PROCESSAMENTO DE APROXIMADAMENTE DE 40 A 100 CASSETES HISTOLÓGICOS POR CICLO, ADMITINDO O USO DE UMA OU MAIS CESTAS; CESTAS PARA ACONDICIONAMENTO DE CASSETES HISTOLÓGICOS, CONFECCIONADAS EM MATERIAL METÁLICO OU SUPERIOR, RESISTENTE À CORROSÃO.; POSSIBILIDADE DE USO DE MAIS DE UMA CESTA, SIMULTÂNEA OU ALTERNADAMENTE, PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE.;CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 6 PROGRAMAS E DE FÁCIL ALTERAÇÃO; TAMPAS OU SISTEMAS DE VEDAÇÃO NOS RECIPIENTES, VISANDO MINIMIZAR EVAPORAÇÃO E LIBERAÇÃO DE VAPORES.; SISTEMA DE ELEVAÇÃO E DRENAGEM ENTRE BANHOS, PERMITINDO ESCORRIMENTO DO EXCESSO DE REAGENTE, REDUZINDO CONTAMINAÇÃO CRUZADA; DISPLAY EM LCD OU LED SEGMENTADO PARA VISUALIZAÇÃO DE PARÂMETROS OPERACIONAIS, TAIS COMO TEMPO DE PROCESSAMENTO, ESTAÇÃO ATIVA, HORÁRIO E STATUS DO CICLO.; TECLADO EM MEMBRANA PARA CONFIGURAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DOS CICLOS;BASE ESTÁVEL, PODENDO INCLUIR RODÍZIOS OU PÉS AJUSTÁVEIS.ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA 50/60HZ OU BIVOLT AUTOMÁTICA; PESO E DIMENSÕES COMPATÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO EM BANCADA DE LABORATÓRIO; ACESSÓRIOS INCLUSOS: RECIPIENTES PARA REAGENTES; BANHOS DE PARAFINA COMPLETOS; CESTAS PARA CASSETES; TAMPAS E SUPORTES ; GARANTIA NO MÍNIMO 12 MESES APÓS A INSTALAÇÃO; CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR 14136. MANUAL DE OPERAÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA,INCLUI INSTALAÇÃO E TREINAMENTO; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. PRODUTO ISENTO DE REGISTRO ANVISA						
PRINCIPAL	21	363927	CARDIOVERSOR. CARDIOVERSOR / MONITOR CARDÍACO: APARELHO ELETRÔNICO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA E REALIZAÇÃO DE DESFIBRILAÇÃO (INTERNA E EXTERNA), CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA E MARCA-PASSO EXTERNO NÃO-INVASIVO DE PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS E NEONATAIS; BIFÁSICO, COM CARGA AJUSTÁVEL QUE ABRANJA NO MÍNIMO A FAIXA DE 5 A 200J, COM INDICAÇÃO VISUAL DA CARGA SELECIONADA; PORTÁTIL, EM CORPO ÚNICO; ADEQUADO AO USO HOSPITALAR; MENU INTERNO PARA CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO; IMPRESSORA TÉRMICA PARA IMPRESSÃO; FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA 220V COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA; POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA, COM BOTÃO DE SINCRONISMO; INDICAÇÃO NA TELA DA ENERGIA ENTREGUE E MODO DE TERAPIA (MONITOR, DESFIBRILADOR OU MARCAPASSO); ELETRODOS DE DESFIBRILAÇÃO E PÁ DE DESFIBRILAÇÃO NO MESMO CONECTOR. PÁS DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA PEDIÁTRICA, COMANDOS PARA: CARGA E DISPARO; DESFIBRILAÇÃO: FUNÇÃO DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA SINCRONIZADA E NÃO SINCRONIZADA; DESFIBRILAÇÃO EXTERNA, ATRAVÉS DAS PÁS OU ELETRODOS DO MARCAPASSO EXTERNO NÃO-INVASIVO; DESFIBRILAÇÃO POR PÁS INTERNAS; POSSUIR FUNCIONALIDADE PARA USO TANTO NO MODO MANUAL, QUANTO NO MODO SEMI-AUTOMÁTICO COM MENSAGENS DE TEXTO E VOZ EM PORTUGUÊS; TEMPO TOTAL DE CARREGAMENTO, NA CARGA MÁXIMA, ATÉ 15 SEGUNDOS; ANULA CARGA MANUALMENTE; DESCARGA AUTOMÁTICA DENTRO DE 2 (DOIS) MINUTOS SE NÃO FOR DESCARREGADO PELO OPERADOR; A DESCARGA DO DESFIBRILADOR DEVE REQUERER A ATIVAÇÃO SIMULTÂNEA DE DOIS CONTROLES (UM EM CADA PÁ), PARA MINIMIZAR O RISCO DE CHOQUE ACIDENTAL; INDICAÇÃO DAS ETAPAS: CARREGANDO, PRONTO, DESARMADO; FUNCIONAMENTO TANTO A BATERIA RECARREGÁVEL QUANTO A ENERGIA ELÉTRICA; GABINETE (CARÇA DO EQUIPAMENTO) COM SISTEMA DE ISOLAMENTO ELÉTRICO; MONITOR: MONITOR DE ECG PARA ACOMPANHAMENTO VISUAL DOS SINAIS CARDÍACOS; DISPLAY DIGITAL EM CRISTAL LÍQUIDO OU TECNOLOGIA SIMILAR QUE PROPORCIONE ALTO CONTRASTE E PERMITA UMA PERFEITA VISUALIZAÇÃO; VELOCIDADE DO TRAÇADO DA CURVA QUE INCLUA A VELOCIDADE ENTRE 25 MM/SEG E 50 MM/SEG; O CIRCUITO DE AMPLIFICAÇÃO DO MONITOR DEVE SER PROTEGIDO CONTRA DANOS CAUSADOS PELA DESCARGA DO DESFIBRILADOR; APRESENTAÇÃO NUMÉRICA DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, EM DISPLAY ESPECÍFICO OU NA TELA DO MONITOR; ECG: AQUISIÇÃO DOS SINAIS CARDÍACOS DEVERÁ SER FEITA POR INTERMÉDIO DAS PÁS DE DESFIBRILAÇÃO; DAS PÁS ADESIVAS DO MARCAPASSO EXTERNO NÃO INVASIVO E DOS CABOS TRADICIONAIS DE ECG; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DO SINAL DE ECG QUE INCLUA A VELOCIDADE DE 25 MM/SEG; ALARMES DE MÁXIMO E MÍNIMO; VISUALIZAÇÃO DAS DERIVAÇÕES COM INTERPRETAÇÃO AUTOMÁTICA EM PORTUGUÊS, COM IMPRESSÃO MANUAL/AUTOMÁTICA DAS OCORRÊNCIAS DE CADA DISPARO. MARCA-PASSO: MARCA-PASSO EXTERNO TRANSTORÁCICO NÃO INVASIVO; MODOS POSSÍVEIS DE OPERAÇÃO: DEMANDA E ASSÍNCRONO; FREQUÊNCIA QUE ABRANJA A FAIXA DE APROXIMADAMENTE 40 A 170 BPM; CORRENTE DE ESTÍMULO VARIANDO DE APROXIMADAMENTE DE 10mA ATÉ 140 mA PELO MENOS; BATERIA:	UNIDADE	4	4	R\$ 20.001,76	R\$ 80.007,04	

			BATERIA RECARREGÁVEL E REMOVÍVEL SEM A NECESSIDADE DE DESMONTAGEM DO EQUIPAMENTO. CARREGADOR DE BATERIA INTERNO AO APARELHO; ALARME DE BAIXA CARGA DA BATERIA; INDICAÇÃO DE SITUAÇÃO DA BATERIA: SE ESTÁ SENDO CARREGADA E SE ELA ATINGIU A CARGA TOTAL; O SISTEMA DE BATERIA DO EQUIPAMENTO DEVE TER A CAPACIDADE DE EFETUAR, NO MÍNIMO, APROXIMADAMENTE 60 DESCARGAS NA CARGA MÁXIMA E NO MÍNIMO 60 MINUTOS NO MONITOR, SEM PRECISAR DE RECARGA DURANTE ESSE PERÍODO; MEMÓRIA: ARQUIVAR OS ÚLTIMOS EVENTOS COM DATA E HORA. ACESSÓRIOS: 01 (UM) CABO ECG PROTEGIDO CONTRA INTERFERÊNCIAS COM 03 VIAS OU 05 VIAS ADULTO; 01 (UM) CABO ECG PROTEGIDO CONTRA INTERFERÊNCIAS COM 03 VIAS OU 05 VIAS PEDIÁTRICO/NEONATAL; 08 (OITO) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO ADULTO; 10 (DOIS) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO PEDIÁTRICO/NEONATAL; 05 (CINCO) ROLOS DE PAPEL TÉRMICO; 01 (UM) PAR DE PÁS EXTERNAS ADULTO/INFANTIL INTEGRADAS; 01 CABO DE ALIMENTAÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14136. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO INCLUSOS. REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.						
PRINCIPAL	22	416247	APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO MÓVEL. EQUIPAMENTO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO DIGITAL MÓVEL DESTINADO A REALIZAÇÃO DE EXAMES INTRAORÁIS NA ÁREA ODONTOLÓGICA , UTILIZADO PARA PARA MARCAÇÃO DE ESTRUTURAS DENTÁRIAS COM ALTA PRECISÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE DE IMAGEM RADIOLÓGICA; EQUIPAMENTO INDICADO PARA ENDODONTIA, ORTODONTIA E DIAGNÓSTICO PREVENTIVO; APARELHO DE RAIOS X COM BASE MÓVEL SOBRE 4(QUATRO) RODÍZIOS DUPLOS, ONDE DUAS RODAS DEVEM POSSUIR SISTEMA DE TRAVA OU FREIO PARA MELHOR ESTABILIDADE; COLUNA CONSTRUÍDA EM AÇO COM PINTURA EPÓXI . EQUIPAMENTO COM TENSÃO ELÉTRICA NO TUBO DE RAIOS X APROXIMADAMENTE DE 70kVp; CORRENTE DO TUBO DE APROXIMADAMENTE DE 7mA ou 8mA . EQUIPAMENTO DE BRAÇO ARTICULADOS PANTOGRÁFICOS QUE PERMITEM MOVIMENTOS VERTICALMENTE E HORIZONTALMENTE CONSTRUÍDO EM AÇO COM COBERTURA EM ABS INJETADO DE ALTO IMPACTO OU MATERIAL SUPERIOR, OS BRAÇOS DEVEM POSSUIR SISTEMA MECÂNICO PARA ESTABILIZAÇÃO E BALANCEAMENTO NA POSIÇÃO DESEJADA; COLIMADOR CILÍNDRICO OU RETANGULAR COM POSSIBILIDADE MOVIMENTO DE APROXIMADAMENTE DE NO MÍNIMO 300º(GRAUS) DE MOVIMENTO; TEMPO DE EXPOSIÇÃO AJUSTÁVEL ENTRE APROXIMADAMENTE ENTRE 0,05s a 3,5 s.; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ATERRAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO OPERADOR E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E ISOLAMENTO EFICAZES MESMO EM USO INTENSO; FILTRAÇÃO TOTAL COM EQUIVALÊNCIA EM ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 1,5 mm OU SUPERIOR; PONTO FOCAL DE APROXIMADAMENTE 0,8mm x 0,8mm; DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SENSORES RADIOLÓGICOS DIGITAIS PARA ODONTOLOGIA ; EQUIPAMENTO DEVE SER CONFORME AS NORMAS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-7, NBR IEC 60601-1-1-3; CONTROLE REMOTO CONECTADO AO PAINEL DE COMANDO CENTRAL COM CABO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR PARA EFETUAR DISPAROS E CONFIGURAÇÕES DE RAIOS X DE FORMA SEGURA; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE ÁGUA OU MATERIAL PERTICULADO NO MÍNIMO IPX0; POSSUI CÂMARA DE COMPENSAÇÃO NO CABEÇOTE QUE MANTÉM A PRESSÃO INTERNA ESTÁVEL; POSSUI PAINEL DE COMANDO DIGITAL NA CÔLUNA DE SUSTENTAÇÃO COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE NO MÍNIMO : QUILOVOLTAGEM (kV), MILIAMPERAGEM (mA), e TEMPO DE EXPOSIÇÃO (s); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA COM CABO DE FORÇA PADRÃO ABNT 14136 3 PINOS (2P+T); POSSUI SITEMA DE SEGURANÇA PARA SOBRECORRENTE POR MEIO DE FUSÍVEL OU OUTRO MEIO SUPERIOR; ACOMPANHA: CONTROLE DE DISPARO DE RAIOS X COM CABO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR ; MANUAL DE INSTRUÇÕES E TUDO O NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM QUALQUER EQUIPAMENTO MÓVEL DE RAIOS X DE ODONTOLOGIA; COM UM CHIP CMOS OU TECNOLOGIA SUPERIOR QUE EVITA SATURAÇÃO MESMO EM CASO DE SOBRE-EXPOSIÇÃO, POSSUI CONEXÃO POR PORTA USB PARA COMPUTADOR DE TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; POSSUI CABO DE TAMANHO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3(TRÊS)METROS OU SUPERIOR; O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL É REUTILIZÁVEL E PODE SER UTILIZADO COM O POSICIONADOR OU SEM O POSICIONADOR RADIOGRÁFICO. JUNTAMENTE COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL DEVE VIR O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LEITURA ,EXIBIÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS ODONTOLÓGICAS; O SOFTWARE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO; O SOFTWARE DEVE SER POSSÍVEL EM INSTALAR EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTEBOOK QUE POSSUAM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE PROCESSADOR INTEL CELERON; DE	UNIDADE	39	39	R\$ 9.936,05	R\$ 387.505,95	

RESERVADA	23	363927	MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 8GB DE RAM; COMPATÍVEL COM NO MÍNIMO WINDOWS 7 OU VERSÕES MAIS RECENTES; COM MONITOR DE RESOLUÇÃO 1024X768 OU SUPERIOR; O SOFTWARE DEVE PERMITIR EXPORTAR E IMPRIMIR IMAGENS EM FORMATO DICOM, PDF OU JPEG; ALÉM DE EDITAR E ELABORAR LAUDOS DE EXAMES. DEVE SER ENTREGUE COM A LICENÇA TOTAL SEM RESTRIÇÕES PARA OS USUÁRIOS. O SOFTWARE DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SISTEMA PAC'S DE IMAGENS MÉDICAS. UM POSICIONADOR RADIOGRÁFICO PARA TODOS OS DENTES PARA USO EM CONJUNTO DO SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL; FABRICADO EM MATERIAL POLICARBONATO E SILICONE ATÓXICO OU MATERIAL SUPERIOR; OFERTAR TREINAMENTO PARA OPERADORES EM HORÁRIO COMERCIAL DE FORMA PRESENCIAL; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	UNIDADE	1	1	R\$ 20.001,76	R\$ 20.001,76



		INTERFERÊNCIAS COM 03 VIAS OU 05 VIAS PEDIÁTRICO/NEONATAL; 08 (OITO) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO ADULTO; 10 (DOIS) PARES DE ELETRODOS MULTIFUNÇÃO PEDIÁTRICO/NEONATAL; 05 (CINCO) ROLOS DE PAPEL TÉRMICO; 01 (UM) PAR DE PÁS EXTERNAS ADULTO/INFANTIL INTEGRADAS; 01 CABO DE ALIMENTAÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14136. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO INCLUSOS. REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.						
RESERVADA	24	416247	APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO MÓVEL. EQUIPAMENTO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO DIGITAL MÓVEL DESTINADO A REALIZAÇÃO DE EXAMES INTRAORAI NA ÁREA ODONTOLÓGICA, UTILIZADO PARA MARCAÇÃO DE ESTRUTURAS DENTÁRIAS COM ALTA PRECISÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE DE IMAGEM RADIOLÓGICA; EQUIPAMENTO INDICADO PARA ENDODONTIA, ORTODONTIA E DIAGNÓSTICO PREVENTIVO; APARELHO DE RAIOS X COM BASE MÓVEL SOBRE 4(QUATRO) RODÍZIOS DUPLOS, ONDE DUAS RODAS DEVEM POSSUIR SISTEMA DE TRAVA OU FREIO PARA MELHOR ESTABILIDADE; COLUNA CONSTRUÍDA EM AÇO COM PINTURA EPÓXI. EQUIPAMENTO COM TENSÃO ELÉTRICA NO TUBO DE RAIOS X APROXIMADAMENTE DE 70kVp; CORRENTE DO TUBO DE APROXIMADAMENTE DE 7mA ou 8mA. EQUIPAMENTO DE BRAÇO ARTICULADOS PANTOGRÁFICOS QUE PERMITEM MOVIMENTOS VERTICALMENTE E HORIZONTALMENTE CONSTRUÍDO EM AÇO COM COBERTURA EM ABS INJETADO DE ALTO IMPACTO OU MATERIAL SUPERIOR, OS BRAÇOS DEVEM POSSUIR SISTEMA MECÂNICO PARA ESTABILIZAÇÃO E BALANCEAMENTO NA POSIÇÃO DESEJADA; COLIMADOR CILÍNDRICO OU RETANGULAR COM POSSIBILIDADE MOVIMENTO DE APROXIMADAMENTE DE NO MÍNIMO 300°(GRAUS) DE MOVIMENTO; TEMPO DE EXPOSIÇÃO AJUSTÁVEL ENTRE APROXIMADAMENTE ENTRE 0,05s a 3,5 s.; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ATERAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO OPERADOR E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E ISOLAMENTO EFICAZES MESMO EM USO INTENSO; FILTRAÇÃO TOTAL COM EQUIVALÊNCIA EM ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 1,5 mm OU SUPERIOR; PONTO FOCAL DE APROXIMADAMENTE 0,8mm x 0,8mm; DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SENSORES RADIOLÓGICOS DIGITAIS PARA ODONTOLOGIA; EQUIPAMENTO DEVE SER CONFORME AS NORMAS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-7, NBR IEC 60601-1-1-3; CONTROLE REMOTO CONECTADO AO PAINEL DE COMANDO CENTRAL COM CABO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR PARA EFETUAR DISPAROS E CONFIGURAÇÕES DE RAIOS X DE FORMA SEGURA; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE ÁGUA OU MATERIAL PERTICULADO NO MÍNIMO IPX0; POSSUI CÂMARA DE COMPENSAÇÃO NO CABEÇOTE QUE MANTÉM A PRESSÃO INTERNA ESTÁVEL; POSSUI PAINEL DE COMANDO DIGITAL NA COLUNA DE SUSTENTAÇÃO COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE NO MÍNIMO : QUILOVOLTAGEM (kV), MILIAMPERAGEM (mA), e TEMPO DE EXPOSIÇÃO (s); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA COM CABO DE FORÇA PADRÃO ABNT 14136 3 PINOS (2P+T); POSSUI SISTEMA DE SEGURANÇA PARA SOBRECORRENTE POR MEIO DE FUSÍVEL OU OUTRO MEIO SUPERIOR; ACOMPANHA: CONTROLE DE DISPARO DE RAIOS X COM CABO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR; MANUAL DE INSTRUÇÕES E TUDO O NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM QUALQUER EQUIPAMENTO MÓVEL DE RAIOS X DE ODONTOLOGIA; COM UM CHIP CMOS OU TECNOLOGIA SUPERIOR QUE EVITA SATURAÇÃO MESMO EM CASO DE SOBRE-EXPOSIÇÃO, POSSUI CONEXÃO POR PORTA USB PARA COMPUTADOR DE TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; POSSUI CABO DE TAMANHO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3(TRÊS)METROS OU SUPERIOR; O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL É REUTILIZÁVEL E PODE SER UTILIZADO COM O POSICIONADOR OU SEM O POSICIONADOR RADIOGRÁFICO. JUNTAMENTE COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL DEVE VIR O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LEITURA, EXIBIÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS ODONTOLÓGICAS; O SOFTWARE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO; O SOFTWARE DEVE SER POSSÍVEL EM INSTALAR EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTEBOOK QUE POSSUAM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE PROCESSADOR INTEL CELERON; DE MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 8GB DE RAM; COMPATÍVEL COM NO MÍNIMO WINDOWS 7 OU VERSÕES MAIS RECENTES; COM MONITOR DE RESOLUÇÃO 1024X768 OU SUPERIOR; O SOFTWARE DEVE PERMITIR EXPORTAR E IMPRIMIR IMAGENS EM FORMATO DICOM, PDF OU JPEG; ALÉM DE EDITAR E ELABORAR LAUDOS DE EXAMES. DEVE SER ENTREGUE COM A LICENÇA TOTAL SEM RESTRIÇÕES PARA OS USUÁRIOS. O SOFTWARE DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SISTEMA PAC'S DE IMAGENS MÉDICAS. UM POSICIONADOR RADIOGRÁFICO PARA TODOS OS DENTES PARA USO EM CONJUNTO DO SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL; FABRICADO EM MATERIAL POLICARBONATO E SILICONE ATÓXICO OU MATERIAL	UNIDADE	7	7	R\$ 9.936,05	R\$ 69.552,35

			SUPERIOR;						
			OFERTAR TREINAMENTO PARA OPERADORES EM HORÁRIO COMERCIAL DE FORMA PRESENCIAL; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO						
RESERVADA	25	416247	APARELHO DE RAO X ODONTOLÓGICO MÓVEL. EQUIPAMENTO DE RAO X ODONTOLÓGICO DIGITAL MÓVEL DESTINADO A REALIZAÇÃO DE EXAMES INTRAORAI NA ÁREA ODONTOLÓGICA , UTILIZADO PARA PARA MARCAÇÃO DE ESTRUTURAS DENTÁRIAS COM ALTA PRECISÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE DE IMAGEM RADIOLÓGICA; EQUIPAMENTO INDICADO PARA ENDODONTIA, ORTODONTIA E DIAGNÓSTICO PREVENTIVO; APARELHO DE RAO X COM BASE MÓVEL SOBRE 4(QUATRO) RODÍZIOS DUPLOS, ONDE DUAS RODAS DEVEM POSSUIR SISTEMA DE TRAVA OU FREIO PARA MELHOR ESTABILIDADE; COLUNA CONSTRUÍDA EM AÇO COM PINTURA EPÓXI . EQUIPAMENTO COM TENSÃO ELÉTRICA NO TUBO DE RAO X APROXIMADAMENTE DE 70kVp; CORRENTE DO TUBO DE APROXIMADAMENTE DE 7mA ou 8mA . EQUIPAMENTO DE BRAÇO ARTICULADOS PANTOGRÁFICOS QUE PERMITEM MOVIMENTOS VERTICALMENTE E HORIZONTALMENTE CONSTRUÍDO EM AÇO COM COBERTURA EM ABS INJETADO DE ALTO IMPACTO OU MATERIAL SUPERIOR, OS BRAÇOS DEVEM POSSUIR SISTEMA MECÂNICO PARA ESTABILIZAÇÃO E BALANCEAMENTO NA POSIÇÃO DESEJADA; COLIMADOR CILÍNDRICO OU RETANGULAR COM POSSIBILIDADE MOVIMENTO DE APROXIMADAMENTE DE NO MÍNIMO 300º(GRAUS) DE MOVIMENTO; TEMPO DE EXPOSIÇÃO AJUSTÁVEL ENTRE APROXIMADAMENTE ENTRE 0,05s a 3,5 s.; CABEÇOTE COM SISTEMA DE ATERRAMENTO PARA MAIOR SEGURANÇA DO OPERADOR E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E ISOLAMENTO EFICAZES MESMO EM USO INTENSO; FILTRAÇÃO TOTAL COM EQUIVALÊNCIA EM ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 1,5 mm OU SUPERIOR; PONTO FOCAL DE APROXIMADAMENTE 0,8mm x 0,8mm; DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SENSORES RADIOLÓGICOS DIGITAIS PARA ODONTOLOGIA ; EQUIPAMENTO DEVE SER CONFORME AS NORMAS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-7, NBR IEC 60601-1-1-3; CONTROLE REMOTO CONECTADO AO PAINEL DE COMANDO CENTRAL COM CABO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR PARA EFETUAR DISPAROS E CONFIGURAÇÕES DE RAO X DE FORMA SEGURA; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO DE ÁGUA OU MATERIAL PERTICULADO NO MÍNIMO IPX0; POSSUI CÂMARA DE COMPENSAÇÃO NO CABEÇOTE QUE MANTÉM A PRESSÃO INTERNA ESTÁVEL; POSSUI PAINEL DE COMANDO DIGITAL NA COLUMNA DE SUSTENTAÇÃO COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE NO MÍNIMO : QUILOVOLTAGEM (kV), MILIAMPERAGEM (mA), e TEMPO DE EXPOSIÇÃO (s); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICA OU BIVOLT AUTOMÁTICA COM CABO DE FORÇA PADRÃO ABNT 14136 3 PINOS (2P+T); POSSUI SITEMA DE SEGURANÇA PARA SOBRECORRENTE POR MEIO DE FUSÍVEL OU OUTRO MEIO SUPERIOR; ACOMPANHA: CONTROLE DE DISPARO DE RAO X COM CABO DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3 (TRÊS) METROS OU SUPERIOR ; MANUAL DE INSTRUÇÕES E TUDO O NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM QUALQUER EQUIPAMENTO MÓVEL DE RAO X DE ODONTOLOGIA; COM UM CHIP CMOS OU TECNOLOGIA SUPERIOR QUE EVITA SATURAÇÃO MESMO EM CASO DE SOBRE-EXPOSIÇÃO, POSSUI CONEXÃO POR PORTA USB PARA COMPUTADOR DE TECNOLOGIA PLUG AND PLAY; POSSUI CABO DE TAMANHO NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3(TRÊS)METROS OU SUPERIOR; O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL É REUTILIZÁVEL E PODE SER UTILIZADO COM O POSICIONADOR OU SEM O POSICIONADOR RADIOGRÁFICO. JUNTAMENTE COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL DEVE VIR O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LEITURA ,EXIBIÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS ODONTOLÓGICAS; O SOFTWARE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL ODONTOLÓGICO; O SOFTWARE DEVE SER POSSÍVEL EM INSTALAR EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTBOOK QUE POSSUAM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE PROCESSADOR INTEL CELERON; DE MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 8GB DE RAM; COMPATÍVEL COM NO MÍNIMO WINDOWS 7 OU VERSÕES MAIS RECENTES; COM MONITOR DE RESOLUÇÃO 1024X768 OU SUPERIOR; O SOFTWARE DEVE PERMITIR EXPORTAR E IMPRIMIR IMAGENS EM FORMATO DICOM, PDF OU JPEG; ALÉM DE EDITAR E ELABORAR LAUDOS DE EXAMES. DEVE SER ENTREGUE COM A LICENÇA TOTAL SEM RESTRIÇÕES PARA OS USUÁRIOS. O SOFTWARE DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM SISTEMA PAC'S DE IMAGENS MÉDICAS. UM POSICIONADOR RADIOGRÁFICO PARA TODOS OS DENTES PARA USO EM CONJUNTO DO SENSOR RADIOLÓGICO DIGITAL; FABRICADO EM MATERIAL POLICARBONATO E SILICONE ATÓXICO OU MATERIAL	UNIDADE	6	6	R\$ 9.936,05	R\$ 59.616,30	

			SUPERIOR; OFERTAR TREINAMENTO PARA OPERADORES EM HORÁRIO COMERCIAL DE FORMA PRESENCIAL; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO							
EXCLUSIVA ME E EPP	26	436357	MICRÓTOMO ROTATIVO MANUAL DE PARAFINA PARA USO EM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA, PARA PRODUZIR CORTES FINOS EM AMOSTRAS COM DIFERENTES GRAUS DE DUREZA, PARA APLICAÇÕES DE ROTINA LABORATORIAL DE HISTOPATOLOGIA. EQUIPAMENTO MANUAL. FAIXA DE AJUSTES DA ESPESSURA DE CORTES APROXIMADAMENTE DE 0,5 MM - 60MM ; AVANÇO DE AMOSTRA APROXIMADAMENTE 24MM (+/- 2) mm. ; CURSO VERTICAL APROXIMADAMENTE 70mm (+/- 1mm); VELOCIDADE DO AVANÇO REGULADA PELO USUÁRIO; POSSUI BANDEJA DE RESÍDUOS ; DEVE ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO : MANUAL DE INSTRUÇÕES DO USUÁRIO; SUPORTE DE NAVALHAS ; 01 CAIXA DE NAVALHAS DESCARTÁVEIS ; Morsa PORTA CASSETES OU PORTA BLOCOS; INCLUI INSTALAÇÃO E TREINAMENTO DO USUÁRIO ; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO. ACOMPANHA DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. PRODUTO ISENTO DE REGISTRO ANVISA.	UNIDADE		2		2	R\$ 39.233,81	R\$ 78.467,62
EXCLUSIVA ME E EPP	27	349673	AGITADOR DE KLINE. AGITADOR DE PLACAS MULTIFUNCIONAL, TIPO KLINE, VELOCIDADE REGULÁVEL COMPREENDIDA APROXIMADAMENTE ENTRE 0 E 230 RPM(+/-10RPM); REALIZA AGITAÇÃO DE FORMA ORBITAL; CORPO CONSTRUÍDO EM AÇO REVESTIDO COM EPÓXI ELETROSTÁTICO, COM CONTROLADOR DE TEMPO COMPREENDIDO APROXIMADAMENTE ENTRE 1 A 90 MINUTOS,COM MOTOR COMPLETAMENTE SELADO, VELOCIDADE AJUSTÁVEL,NÍVEL DE RUÍDO APROXIMADAMENTE MENOR QUE 40 DB(+/- 5DB), BANDEJA REVESTIDA POR UMA BORRACHA RESISTENTE A CORROSÃO. CONTROLE DE AJUSTE DE VELOCIDADE E TEMPO DE FORMA ANALÓGICA POR KNOB OU POR DISPLAY; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 14136. ACOMPANHA DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES E TODOS DEMAIS ACESSÓRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.PRODUTO ISENTO DE REGISTRO ANVISA.	UNIDADE		2		2	R\$ 1.575,00	R\$ 3.150,00
EXCLUSIVA ME E EPP	28	625457 (SIMILAR)	AUTOCLAVE DE BANCADA. AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 42 LITROS. GABINETE CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EM EPÓXI. CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU SUPERIOR REVESTIDA POR MATERIAL RESISTENTE AO CALOR. POSSUI NO MÍNIMO TRÊS BANDEJAS EM AÇO INOXIDÁVEL PERFURADAS QUE PERMITEM A CIRCULAÇÃO DO VAPOR. POSSUI TAMPAPORTA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR COM ANEL DE VEDAÇÃO EM BORRACHA DE SILICONE RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS. POSSUI SELEÇÃO DE TEMPERATURA APROXIMADAMENTE ENTRE 120°C A 134°C. POSSUI CICLOS PRÉ-PROGRAMADOS DE FÁBRICA, PROGRAMÁVEIS DE ESTERILIZAÇÃO NO MÍNIMO ATÉ 60 MINUTOS E PARA TEMPO DE SECAGEM DE ATÉ 45 MINUTOS PELO MENOS. POSSUI PRECISÃO NO MONITORAMENTO DA TEMPERATURA ATRAVÉS DE SENSOR. EQUIPAMENTO DE FÁCIL INSTALAÇÃO SEM A NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. POSSUI RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE MÉDIA DE APROXIMADAMENTE 04 LITROS DE ÁGUA COM SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO E POSSIBILIDADE DE VÁRIOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO SEM NECESSIDADE DE REABASTECIMENTO. POSSUI PAINEL DE CONTROLE COM DISPLAY EM LCD OU SUPERIOR COM CHAVE ON/OFF, MANÔMETRO, DISPLAY EM LCD PARA VERIFICAÇÕES DE PROGRAMAS E CICLOS E TECLAS DE CONTROLE. POSSUI DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE CASO A TEMPERATURA EXCEDA A TEMPERATURA PROGRAMADA. POSSUI SISTEMA DE VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO E FUSÍVEL CONTRA SOBRECORRENTE OU DISJUNTOR EMBUTIDO PARA PROTEÇÃO ELÉTRICA. ATENDE AS NORMA REGULAMENTADORA NR-13. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ. ACESSÓRIOS: MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS. REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE/ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. INCLUI INSTALAÇÃO. OFERTAR TREINAMENTO.	UNIDADE		1		1	R\$ 8.012,65	R\$ 8.012,65

EXCLUSIVA ME E EPP	29	418503 (SIMILAR)	ESTUFA DE SECAGEM. EQUIPAMENTO DE BANCADA PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM DE MATERIAL DE LABORATÓRIO. CONSTRUÍDA EXTERNAMENTE EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ OU AÇO INOXIDÁVEL. CONSTRUÍDA INTERNAMENTE EM AÇO INOX E FÁCIL ASSEPSIA. POSSUIR REVESTIMENTO INTERNO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS E ISOLAÇÃO ENTRE A CÂMARA INTERNA E EXTERNA EM LÃ OU FIBRA DE VIDRO. POSSUIR TEMPERATURA DE TRABALHO ENTRE TEMPERATURA AMBIENTE ATÉ APROXIMADAMENTE 250°C(+/- 5°C) CONTROLADO POR TERMOSTATO ELETRÔNICO. POSSUIR CONTROLE MICROPROCESSADO COM TERMÔMETRO NO PAINEL. CONTROLE E LEITURA DE TEMPERATURA VIA SENSOR COM RESOLUÇÃO DE APROXIMADAMENTE 0,1°C . VOLUME DA CUBA APROXIMADAMENTE DE 150L(+/- 5L) NO MÍNIMO. POTÊNCIA DE AQUECIMENTO ENTRE APROXIMADAMENTE 1000 A 1700 W. POSSUIR RESPIRO NA PARTE SUPERIOR PARA A SAÍDA DE GASES E AR. POSSUIR NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 3(TRÊS) PRATELEIRAS REMOVÍVEIS DE AÇO INOX COM PERFURAÇÃO PARA CIRCULAÇÃO DE AR. POSSUIR CIRCULAÇÃO FORÇADA DE AR QUE GARANTA HOMOGENEIZAÇÃO DA TEMPERATURA. POSSUIR PÉS NIVELADORES DE BORRACHA.). ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR 14136. ACESSÓRIOS: MANUAL DE OPERAÇÕES DO EQUIPAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES,CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. OFERTAR TREINAMENTO.OFERECER INSTALAÇÃO.	UNIDADE	1	1	R\$ 4.845,00	R\$ 4.845,00
EXCLUSIVA ME E EPP	30	621959	CABO DE PACIENTE DE 04 VIAS PARA EQUIPAMENTO GRAVADOR HOLTER (ECG AMBULATORIAL) COMPATÍVEL COM O FABRICANTE CARDIOS MODELO CARDIO LIGTH (OU SUPERIOR). O CABO DE PACIENTE DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO. CABO QUE SE CONECTA A ELETRODOS, DESTINADO PARA GRAVAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAFIA CONTINUA COM TRANSMISSÃO DE SINAIS DE ALTA FIDELIDADE. CONECTORES DO PACIENTE COM CODIFICAÇÃO POR CORES (BRANCO, VERMELHO , AMARELO E VERDE) DO TIPO SNAP (BOTÃO DE PRESSÃO) ; CONECTOR DO GRAVADOR COMPATÍVEL COM O FABRICANTE CARDIOS E MODELO CARDIO LIGTH; GARANTIA MÍNIMA 12 MESES FORNECIDA DE ACORDO COM O FABRICANTE. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	UNIDADE	20	20	R\$ 354,02	R\$ 7.080,40
EXCLUSIVA ME E EPP	31	460903	ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL. ASPIRADOR MÓVEL DE SECREÇÃO, EM ESTRUTURA METÁLICA, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, PINTURA EPÓXI, RESISTENTE A LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA, MONTADO SOBRE 4 RODÍZIOS DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE DE 2"(POL) DE DIÂMETRO, SENDO DOIS RODÍZIOS COM FREIO, CONTENDO ALÇA NA PARTE SUPERIOR PARA LOCOMOÇÃO, CABEÇOTE QUE FACILITE A DISSIPAÇÃO DO CALOR, BOMBA COM MOTOR SILENCIOSO AUTO LUBRIFICADO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE APROXIMADAMENTE DE 1/4 HP, COM CHAVE LIGA/DESLIGA, COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INTERNO, ISENTOS DE ÓLEO, COM OPÇÃO DE ACIONAMENTO POR PEDAL, FLUXO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE 24 L/MIN, VÁCUO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE 22 POL.HG, COM VACUÔMETRO GRANDE E DE FÁCIL LEITURA CALIBRADO ATÉ APROXIMADAMENTE DE 29 POL.HG, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO DO FRASCO, COM ALARME DE NÍVEL DO LÍQUIDO, SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA SUPERAQUECIMENTO DO MOTOR. ACOMPANHA 02 (DOIS) FRASCOS COM CAPACIDADE DE 2,5L OU FRASCO ÚNICO COM APROXIMADAMENTE 5L, EM PLÁSTICO REUTILIZÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, COM FRASCO COLETOR GRADUADO, COM MICROFILTRO DE AR CONTRA AGENTES PATOGENICOS. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: MONOFÁSICA 220V - 60 HZ, CABOS DE ALIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14136. ACOMPANHA: BOMBA VÁCUO ASPIRADORA, 2 FRASCOS COLETORES DE 2,5L OU FRASCO ÚNICO COM APROXIMADAMENTE 5L, TUBO DE SUÇÃO AUTOCLAVÁVEL, MANGUEIRA EXTENSORA AUTOCLAVÁVEL, TAMPAS PARA FRASCO COLETOR, TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, MANUAIS DE OPERAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO. INCLUI INSTALAÇÃO. INCLUI TREINAMENTO.	UNIDADE	4	4	R\$ 4.133,78	R\$ 16.535,12
EXCLUSIV A ME E EPP	32	444604	BATERIAS(PILHAS TIPO C) DE DIÓXIDO DE LÍTIO MANGANÊS PHOTO FLASH 123A 3V DOS DOS FABRICANTES DURACELL; SANYO OU VARTA OU SUPERIOR QUE SÃO COMPATÍVEIS TOTALMENTE COM OS DESFIBRILADORES EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) DO FABRICANTE ZOLL MODELO AED PLUS.	UNIDADE	100	100	R\$ 57,13	R\$ 5.713,00



EXCLUSIVA ME E EPP	33	319111	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL COM CAPACIDADE DE MEDIÇÃO PARA APROXIMADAMENTE NO MÁXIMO 3KG. DISPLAY DIGITAL EM LCD OU LED DE NO MÍNIMO APROXIMADAMENTE 5 DÍGITOS, POSSUI TECLAS DE NO MÍNIMO ON/OFF, ZERO E TARA; PLATAFORMA DE PESAGEM EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR; DIVISÃO DE APROXIMADAMENTE 1g(GRAMA); BASE EM MATERIAL PLÁSTICO(ABS) DE ALTA RESISTÊNCIA; PÉS REGULÁVEIS PARA COLOCAÇÃO EM MESA OU BANCADA DE FORMA NIVELADA; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA OU 220V MONOFÁSICA; ACOMPANHA FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA; ACOMPANHA TODOS OS ACESSÓRIOS PARA SEU PLENO FUNCIONAMENTO; ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES; DEVE POSSUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; DEVE POSSUIR O SELO DO INMETRO; DEVE SER HOMOLOGADA PELO INMETRO/IPEM, CONFORME PORTARIA 263/94 INMETRO.	UNIDADE	1	1	R\$ 922,90	R\$ 922,90
EXCLUSIVA ME E EPP	34	377143	BILIRRUBINÔMETRO TRANSCUTÂNEO NÃO INVASIVO, PORTÁTIL, UTILIZADO PARA MENSURAR NÍVEL DE BILIRRUBINA NO TECIDO SUBCUTÂNEO DE RECÉM NASCIDOS (RN'S). É INDICADO PARA TRIAGEM DE RECÉM NASCIDOS COM IDADE GESTACIONAL ≥ 24 SEMANAS, QUE NÃO TENHAM SIDO SUBMETIDOS A TRANSFUSÃO DE SANGUE OU FOTOTERAPIA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ PERMITIR A AVALIAÇÃO RÁPIDA E INDOLOR DA ICTERÍCIA NEONATAL POR MEIO DA ESTIMATIVA TRANSCUTÂNEA DA BILIRRUBINA, REDUZINDO A NECESSIDADE DE COLETAS SANGÜÍNEAS FREQUENTES E CONTRIBUINDO PARA O MONITORAMENTO CLÍNICO SEGURO DO RECÉM-NASCIDO. PODE SER UTILIZADO EM UTI NEONATAL, BERÇÁRIO (ALOJAMENTO CONJUNTO) E EM UNIDADES AMBULATORIAIS, EM PACIENTES COM ATÉ 14 DIAS DE VIDA. APRESENTAÇÃO DE NÍVEIS DE BILIRRUBINA EM MG/DL OU µMOL/L, SENDO QUE AS MEDIÇÕES PODEM SER REALIZADAS NO ESTERNO OU NA TESTA DOS BEBÊS. AS MEDIDAS PODEM SER ÚNICAS OU MÚLTIPLAS, SENDO APRESENTADAS DE MANEIRA DIGITAL EM DISPLAY DE LCD OU TFT E INSTANTÂNEA NA TELA DO EQUIPAMENTO. INTERVALO DE MEDIÇÃO DE 0 A 20 MG/DL OU 0 A 340 µMOL/L, COM PRECISÃO DE ERRO MÁXIMO APROXIMADO DE (+/- 1,5 MG/DL) OU +/- 25,5 µMOL/L. SEM NECESSIDADE DE PONTEIRAS OU QUALQUER ACESSÓRIO DESCARTÁVEL. SUA FONTE DE LUZ COM LÂMPADA DE ARCO DE PULSO DE XENÔNIO PULSADA OU LED, COM VIDA ÚTIL DE APROXIMADAMENTE 150 MIL MEDIÇÕES. SENSORES COMPOSTOS POR FOTODIODOS DE SILÍCIO. POSSUI BATERIA INTERNA NIMH QUE PERMITE ATÉ 250 MENSURAÇÕES (QUANDO PLENAMENTE CARREGADO). A ALIMENTAÇÃO DO CARREGADOR/BASE EM 220V, 50/60 HZ, OU BIVOLT AUTOMÁTICO. POSSUI INDICADOR DE NÍVEL DE BATERIA. ACOMPANHADO DE MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS, BASE CARREGADORA COM VERIFICADOR INTEGRADO, ADAPTADOR AC, CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CABO USB E BASE CARREGADORA COM VERIFICADOR INTEGRADO, PERMITINDO AVERIGUAÇÃO DA LUZ (VALORES REFERÊNCIA). INTERFACE DE COMUNICAÇÃO POR MEIO DE USB OU OUTRO EQUIVALENTE. CONFORMIDADE COM NORMAS IEC 60601-1 E IEC 60601-1-2 OU EQUIVALENTES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA ACEITE DO EQUIPAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR REGISTRO DA ANVISA. ITENS INCLUSOS: 01 EQUIPAMENTO BILIRRUBINÔMETRO TRANSCUTÂNEO PORTÁTIL 01 BASE CARREGADORA COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V OU BIVOLT AUTOMÁTICA 01 CABO DE USB OU EQUIVALENTE DE COMUNICAÇÃO 01 CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 01 MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA 01 CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO VÁLIDO E RASTREÁVEL PELA RBC	UNIDADE	2	2	R\$ 29.833,33	R\$ 59.666,66
VALOR TOTAL							R\$	R\$ 1.335.522,01

1 - Em conformidade com Decreto Municipal 080, de 05/10/2023, IN Nº 65, de 7/7/2021, Recomendação 003/2022 Ministério Público de Pernambuco (MPPE) Corroborando com o Manual de Pesquisas de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

2 - Os Parâmetros adotados na pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: Banco de Preços, Aquisições e Contratações Similares de outros entes Públicos (Atas) e Pesquisa direta com Fornecedores. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 6º)

3 - A Metodologia utilizada, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais



CARUARU
PREFEITURA

dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 7º)

4 - Como critério final para apuração do preço estimado, optamos por utilizar como preço de referência o Valor da Média de Preço entre as propostas apresentadas, de forma que o processo seja mais vantajoso e eficiente para o Ente Público.

5- Os dados coletados na pesquisa de preços deverão ser saneados por meio de tratamento estatístico reconhecido a fim de garantir a exclusão dos valores inexequíveis, inconsistentes e/ou excessivamente elevados. (Amparado pela TC Nº 249, de 7/8/2024, Art. 7º)

6 - O preço de referência de cada item da aquisição será calculado a partir da aplicação de método matemático, a exemplo da mediana, da média ou da utilização do menor dos valores obtidos na pesquisa de preços. (Amparado pela TC Nº 249, de 7/8/2024, Art. 8º)

7 - Anexamos documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizadas conforme fontes acima, destacamos que de acordo com orientação do TCE/PE na pesquisa em banco de preços, optamos por ampliar a pesquisa para o máximo de valores possíveis encontrados.





CARUARU
PREFEITURA

ANEXO II (EDITAL)

CADASTRO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____ / ____	
RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	
CIDADE/ UF:	CEP:
TELEFONE: ()	FAX: ()
E-MAIL:	
BANCO/CÓDIGO:	AGÊNCIA/CÓDIGO:
CONTA CORRENTE:	
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS /CONTRATO:	
RG:	CPF:
CARGO NA EMPRESA:	
CONTATO E INFORMAÇÃO SOBRE A COTAÇÃO E/OU REPRESENTANTE NESTA PRAÇA:	
TELEFONE: ()	

Assinatura identificada do Representante Legal da Empresa



ANEXO III (EDITAL)

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

[Substituir pelo Município da Sede da empresa], DD de MMMM de AAAA.

Assinatura identificada do Representante Legal da Empresa
CNPJ Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX

ANEXO IV (EDITAL)**MINUTA DA ARP**

PROCESSO LICITATÓRIO N°. ____/____
PREGÃO ELETRÔNICO N°. ____/____
REGISTRO DE PREÇO N°. ____/____
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. ____/____

O **MUNICÍPIO DE CARUARU PE**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.371.082/0001-05, neste ato, representado pelo Gestor e Secretário de Saúde, **Sr. Matheus Eduardo Lima Neves**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, residente e domiciliado em Caruaru/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 106.***.***-29 e RG nº. 9***.705-SDS/PE; doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em face da classificação das propostas de preços no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°. ____/____** – **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa _____, pessoa jurídica de direito privado (empresa individual), com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ nº. _____, aqui representada por seu representante legal _____ (qualificação), doravante denominado simplesmente de **Fornecedor Registrado**;

A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pela **SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU** como órgão gerenciador, com a(s) empresa(s) que tiver(em) preço registrado(s), na forma prevista no Edital. Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a constar, deu-se por encerrado os trabalhos lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Secretário de Saúde do Município de Caruaru, bem como pelo(s) representante(s) da(s) empresa(s) com preços registrados, devendo a mesma, ser publicada no D.O.M. para que opere seus jurídicos e legais efeitos. A administração não se obriga a adquirir o produto registrado, somente fazendo-o conforme necessidades apresentadas. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora e planilha de preços farão parte da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

DO OBJETO

O objeto da presente **ATA REGISTRO DE PREÇOS** consiste na **Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares e Acessórios/Peças/Componentes** resultantes como itens fracassados/desertos nos processos: **PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 0259/2025 -PREGÃO ELETRÔNICO N°. 90253/2025 e P.L. N°. 0020/2026-P.E. N°. 90020/2026**, com inclusão de novos itens, a serem utilizados nas Redes de Atenção Básica e de Média/Alta Complexidade da SMS, e na **AME ANIMAL**, órgão adscrito à Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB), durante o período de 12 (doze) meses, preços constantes da relação em Anexo a este instrumento e a proposta comercial.

DA VINCULAÇÃO

O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços supramencionado, que se regerá pela **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024, nº 080 de 30 de julho de 2024.

DO PRAZO, DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Do Prazo de Entrega

3.1.1. Os itens serão entregues no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;

3.1.2. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.2. Local/Horário de Entrega

3.2.1. O local de entrega será o ALMOXARIFADO CENTRAL DA SMS , Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222 / 1416, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

3.3. Das Condições de Entrega

O objeto desta licitação será recebido conforme as instruções a seguir:

3.3.1. **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

3.3.2. **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

3.3.2.1. Na entrega dos itens serão verificados:

- i. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- ii. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- iii. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);
- iv. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;

- v. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;
- vi. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;
- vii. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

3.4. Da Substituição do Objeto

3.4.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

3.4.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

3.4.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

3.5.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

3.5. Da documentação necessária na entrega do objeto

3.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

- a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
- b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- c) A quantidade correspondente a cada lote.

3.6. Da Garantia dos Produtos

3.6.1. As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

DO PAGAMENTO

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

4.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

4.2. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

4.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

4.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

4.4.1. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

4.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

4.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

4.7. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

4.8. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesma entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.4. A presente contratação tem vigência de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e sua duração observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/2021 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o FORNECEDOR REGISTRADO e/ou CONTRATADO;

b) demonstração de que o valor registrado em Ata e/ou da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do FORNECEDOR REGISTRADO e/ou contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

6.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

6.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

6.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

6.4. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

6.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

6.6. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade (quando aplicável ao item) e conforme garantia;

6.7. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;

6.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais,

estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

6.9. Substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;

6.10. Comunicar a Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

6.11. Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;

6.12. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou da ARP/Contrato;

6.13. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

6.14. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;

6.15. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

6.16. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail) ou outros dados;

6.17. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. Acompanhar a execução do objeto do termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

7.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;

7.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

7.4. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;

7.5. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

7.6. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

7.7. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;

7.8. Os quantitativos totais expressos no termo de referência são estimativas e representam as previsões para as compras durante o prazo de **12 (doze) meses**.

7.9. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

FISCAL TITULAR/SMS	NOME:Diogo Feitosa Setúbal CARGO/FUNÇÃO:Engenheiro Clínico MATRÍCULA: 56154-4
FISCAL SUPLENTE I /SMS ATB	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues de Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenação de Saúde da Pessoa com Deficiência MATRÍCULA: 18053-3
FISCAL SUPLENTE II / SMS MAC	NOME: Amanda Cordeiro de Vasconcelos. CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Hospitalar MATRÍCULA: 56.281-8
GESTOR TITULAR/SMS	NOME: Taciana Angélica De Carvalho Silva CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA:56199-8
GESTOR SUPLENTE/SMS	NOME: Luciana Ferreira Da Paz CARGO/FUNÇÃO: Gerente De Análise De Processos MATRÍCULA: 56198-5
GESTOR SSB - AME ANIMAL	NOME: Leonardo Júnior Barbosa de Matos CARGO/FUNÇÃO: Gestor - Ame Animal MATRÍCULA: 56.116-2
FISCAL SSB - AME ANIMAL	NOME: José Simonal Cardoso da Silva CARGO/FUNÇÃO: Coordenador Técnico/AME Animal MATRÍCULA:55.977-2

7.9.1. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

8.1. Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050, de 14 de julho de 2023**, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições:

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto

Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);

IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

a) Esta possui validade;

b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;

c) Está corretamente preenchida;

d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.

VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;

VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;

IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:

a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);

b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);

c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.

X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;

XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;

XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;

XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;

XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;

XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;

XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;

XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:

b) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;

b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;

c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;

d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo,

devendo constar:

- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;
- b) Regularidade administrativa contratada;
- c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;
- d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;

II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;

III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;

IV - Controlar a vigência do contrato;

V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;

VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;

VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;

VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.

IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.

XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

§1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o

mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.

§2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.

DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 As condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão eletrônico para Registro de Preços e seus Anexos, deverão ser mantidas pelo fornecedor beneficiário durante toda a vigência da presente Ata, ficando facultado à Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru/PE, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

9.2. Quando do fornecimento dos produtos, o fornecedor beneficiário deverá manter atualizadas a Regularidade Fiscal e a Habilitação Jurídica para com o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº. 014/2014.

10.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

10.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados.

10.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

10.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

11.6. Da Advertência

11.6.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;
- II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

11.7. Da Multa

11.7.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
- IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

11.7.2. Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.8. Do Impedimento de Licitar

11.8.1. Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;

V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respectiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

DO CANCELAMENTO E DO REEQUILIBRIO

12.1. Da extinção da contratação e do cancelamento da ata de registro de preço:

12.1.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretária Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

12.1.2. Na hipótese da transformação de ata em contrato, o Termo de Contrato poderá ser extinto:

12.1.2.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.1.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à prévia e ampla defesa.

12.1.4. O FORNECEDOR REGISTRADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de qualquer tipo de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

12.1.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- i. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. indenizações e multas.

12.2. Do reajuste e do reequilíbrio:

12.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, neste caso, **15/06/2026**.

12.2.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados - conforme previsto no Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 - mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.2.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.2.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.2.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.2.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

DA PUBLICAÇÃO

Esta Ata de Registro de Preços terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de Caruaru, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) conforme Art. 94 da Lei nº. 14.133/2021.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

SMS:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	1.1011	Execução de Obras e Aquisição de Equipamentos para a Atenção Básica
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.



Fonte de recurso	120	Recursos de Operação e crédito
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aquisição de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2.1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Emenda Individual União
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	153	Recursos do SUS governo Estadual
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2.1023	MANUT.AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMP.HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

SSB:

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:	65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
FUNÇÃO:	4 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	412 - GESTÃO DA SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL
AÇÃO:	1.139
DESPESA:	2135
ELEMENTO DA DESPESA:	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	101 - MSC - 1.501.0000 RECURSOS PRÓPRIOS



DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pela Administração, aplicando-se as disposições constantes nos demais diplomas legais pertinentes que fazem parte do Edital, independente de transcrições.

DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU

Sr. Matheus Eduardo Lima Neves
Secretário de Saúde

Fornecedor Registrado

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____



ANEXO I DA ARP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90xxx/2026 - UC-Saúde

Vencedor:

Item	Produto	Marca	Und.	Qtd.	P. (R\$).	Unit	P. (R\$).	Total
Total do Fornecedor (R\$)							R\$	





**ANEXO II (Ata de Registro de Preços) -
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DESIGNADOS**

Eu, **Taciana Angélica de Carvalho Silva**, matrícula N°. 56.199-8, lotada na Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora das Atas de Registro de Preços**, N°(s). XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto N°. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência da Gestora Titular, eu, **Luciana Ferreira da Paz**, matrícula N°. 56.198-5, lotada na Gerência de Análise de Processos e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de Atas suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

Taciana Angélica de Carvalho Silva
Gestora Titular

Luciana Ferreira da Paz
Gestora Suplente



**ANEXO III (Ata de Registro de Preços) -
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS FISCALIS DESIGNADOS**

Eu, _____, matrícula Nº. XX.XXX-X, lotado(a) no(a) _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal das Atas de Registro de Preços**, Nº(s). XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência do Fiscal Titular, eu, _____, matrícula Nº. XX.XXX-X, lotado(a) na _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de Atas suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

(Nome do fiscal titular)
Fiscal Titular

(Nome do fiscal suplente)
Fiscal Suplente

ANEXO V (EDITAL)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2026 – SMS

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____ - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ____/2026 - UC-SAÚDE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026 - UC-SAÚDE.

O **MUNICÍPIO DE CARUARU PE**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.371.082/0001-05, neste ato, representado pelo Gestor e Secretário de Saúde, **Sr. Matheus Eduardo Lima Neves**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, residente e domiciliado em Caruaru/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 106.***-**-29 e RG nº. 9***.705-SDS/PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____ com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, representada pelo _____, CPF nº. _____ e R.G. nº. _____, residente e domiciliado em _____, pactuam o presente Contrato, cuja celebração é decorrente do **Processo de Licitação** nº. ____/2026 – **Pregão Eletrônico** nº. ____/2026 - doravante denominado **CONTRATADO**, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares e Acessórios/Peças/Componentes resultantes como itens fracassados/desertos nos processos: **PROCESSO DE LICITAÇÃO** Nº. 0259/2025 -**PREGÃO ELETRÔNICO** Nº. 90253/2025 e **P.L.** Nº. 0020/2026-**P.E.** Nº. 90020/2026, com inclusão de novos itens, a serem utilizados nas Redes de Atenção Básica e de Média/Alta Complexidade da SMS, e na AME ANIMAL, órgão adscrito à Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB), durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo constantes da relação em Anexo a este instrumento, bem como edital e anexos e a proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato vincula-se às determinações da **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024, nº 080 de 30 de julho de 2024, e suas alterações; aplicam-se ainda à presente relação jurídica contratual os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, LOCAL E DO RECEBIMENTO

Parágrafo Primeiro - Do Prazo de Entrega

- I. Os itens serão entregues no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;
- II. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Parágrafo Segundo - Local/Horário de Entrega

O local de entrega será o ALMOXARIFADO CENTRAL DA SMS , Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222 / 1416, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Das Condições de Entrega

O objeto desta licitação será recebido conforme as instruções a seguir:

A) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

B) **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

C). Na entrega dos itens serão verificados:

- i. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- ii. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- iii. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);
- iv. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;

- v. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;
- vi. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;
- vii. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

Parágrafo Quarto - Da Substituição do Objeto

I - O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

i - O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

ii - Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

II - Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

Parágrafo Quinto - Da documentação necessária na entrega do objeto

I - O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

- a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
- b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- c) A quantidade correspondente a cada lote.

Parágrafo Sexto - Da Garantia dos Produtos

I - As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Atribui-se a esse Contrato o valor total de **R\$ ()** referente ao objeto previsto na Cláusula Primeira, para a totalidade do período mencionado na Cláusula terceira, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. Unit	V. total

Parágrafo Primeiro - Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

- I. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.
- II. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
 - a. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.
- III. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- IV. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.
 - a. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- V. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- VI. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.
- VII. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

VIII. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - São responsabilidades da empresa Contratada:

I - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

II - Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

III - Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

IV - Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

V - Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

VI - Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade (quando aplicável ao item) e conforme garantia;

VII - Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;

VIII - Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

IX - Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas)**, os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;

X - Comunicar a Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

XI - Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;

XII - Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou da ARP/Contrato;

XIII - Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

A) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, podendo o CONTRATANTE solicitar a comprovação do cumprimento da reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

XIV - Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;

XV - Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

XVI - Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail) ou outros dados;

XVII Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro - São responsabilidades da Contratante:

- I. Acompanhar a execução do objeto do termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;
- II. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;
- III. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;
- IV. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;
- V. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;
- VI. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

- VII. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;
- VIII. Os quantitativos totais expressos no termo de referência são estimativas e representam as previsões para as compras durante o prazo de **12 (doze) meses**.
- IX. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

FISCAL TITULAR/SMS	NOME:Diogo Feitosa Setúbal CARGO/FUNÇÃO:Engenheiro Clínico MATRÍCULA: 56154-4
FISCAL SUPLENTE I /SMS ATB	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues de Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenação de Saúde da Pessoa com Deficiência MATRÍCULA: 18053-3
FISCAL SUPLENTE II / SMS MAC	NOME: Amanda Cordeiro de Vasconcelos. CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Hospitalar MATRÍCULA: 56.281-8
GESTOR TITULAR/SMS	NOME: Taciana Angélica De Carvalho Silva CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA:56199-8
GESTOR SUPLENTE/SMS	NOME: Luciana Ferreira Da Paz CARGO/FUNÇÃO: Gerente De Análise De Processos MATRÍCULA: 56198-5
GESTOR SSB - AME ANIMAL	NOME: Leonardo Júnior Barbosa de Matos CARGO/FUNÇÃO: Gestor - Ame Animal MATRÍCULA: 56.116-2
FISCAL SSB - AME ANIMAL	NOME: José Simonal Cardoso da Silva CARGO/FUNÇÃO: Coordenador Técnico/AME Animal MATRÍCULA:55.977-2

- a. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050, de 14 de julho de 2023**, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições:

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual,

arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);

IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

- a) Esta possui validade;
- b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;
- c) Está corretamente preenchida;
- d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.

VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;

VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;

IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:

- a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);
- b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);
- c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.

X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;

XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;

XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;

XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;

XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;

XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;

XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;

XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:

- c) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;
- b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;
- c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;
- d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:

- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;
- b) Regularidade administrativa contratada;

- c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;
- d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;

II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;

III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;

IV - Controlar a vigência do contrato;

V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;

VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;

VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;

VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.

IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.

XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

§1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.

§2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos,

responsável por assinar as solicitações para a contratação.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, que no presente certame data de **15/06/2026**.

Parágrafo Segundo - Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais SERÃO reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

I. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexta - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétima - Fica assegurado o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preço/Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, e art. 36 do Decreto Municipal n.º 35 de 14 de março de 2024, mediante provocação da administração e/ou do fornecedor registrado/contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo - Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no Art. 121, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

Parágrafo Primeiro - Art. 5º DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 155 DA LEI Nº 14.133, DE 2021

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

A) 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

B) 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da dispensa ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

C) 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

D) 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

E) 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro

agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

F) 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da dispensa ou da execução contratual.

Parágrafo Segundo - Art. 9º DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Quarto - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Quinto - Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

Parágrafo Sexto - Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;
- II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.
- III - Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo Sétimo - Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
 - b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;

IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

Parágrafo Oitavo - Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

I - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Parágrafo Nono - Do Impedimento de Licitar

A) Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;

V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respectiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

- I. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- II. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Quarto - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Para assinatura do contrato, a contratada deverá efetuar, o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, através de boleto emitido pela Secretaria da Fazenda Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

Contratos com o Município (Emissão, Renovação e/ou Aditivos).	Taxa Correspondente
Até R\$ 2.000,00	UFM* s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,01	UFM s 500

***Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

SMS:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	1.1011	Execução de Obras e Aquisição de Equipamentos para a Atenção Básica
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	Recursos de Operação e crédito
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aquisição de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2.1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Emenda Individual União
Fonte de recurso	176	Emenda de Bancada União
Fonte de recurso	153	Recursos do SUS governo Estadual
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2.1023	MANUT.AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMP.HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

SSB:

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:	65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
FUNÇÃO:	4 – ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	412 - GESTÃO DA SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL
AÇÃO:	1.139
DESPESA:	2135
ELEMENTO DA DESPESA:	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	101 - MSC - 1.501.0000 RECURSOS PRÓPRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A contratada responderá por perdas e danos que vier a sofrer o contratante, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; não excluindo, ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Art. 125 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Quarto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

Parágrafo Segundo - É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação;

- I. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto;

- II. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s);
- III. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**.

Caruaru/PE, **data da assinatura eletrônica.**

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU

Sr. Matheus Eduardo Lima Neves
Secretário de Saúde

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUC

Sr. José Gilvan Cavalcanti Calado Júnior
Secretário de Educação de Esportes

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME - SAS

Sra. Katiуска Lopes dos Santos
Secretária de Assistência Social e Combate à Fome

EMPRESA
Contratada

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____



ANEXO II (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DESIGNADOS

Eu, **Taciana Angélica de Carvalho Silva**, matrícula Nº. 56.199-8, lotada na Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contratos**, do(s) Contrato(s) Nº. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência da Gestora Titular, eu, **Luciana Ferreira da Paz**, matrícula Nº. 56.198-5, lotada na Gerência de Análise de Processos e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

Taciana Angélica de Carvalho Silva
Gestora Titular

Luciana Ferreira da Paz
Gestora Suplente



ANEXO III (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS FISCALIS DESIGNADOS

Eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) no(a) _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contratos**, do(s) Contrato(s) N°. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto N°. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência do Fiscal Titular, eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) na _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

(Nome do fiscal titular)

Fiscal Titular

(Nome do fiscal suplente)

Fiscal Suplente